

Universidade Federal de Minas Gerais Instituto de Geociências
Departamento de Geografia

Amanda Alves Maciel Rocha

SERTÃO-FRONTEIRA

A travessia dos homens provisórios

Belo Horizonte

2019

Amanda Alves Maciel Rocha

SERTÃO-FRONTEIRA

A travessia dos homens provisórios

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização do Espaço.

Linha de pesquisa: Produção do espaço, teoria e prática

Orientador: Cássio Eduardo Viana Hissa

Belo Horizonte
2019

R672s
2019 Rocha, Amanda Alves Maciel.
Sertão-fronteira [manuscrito] : a travessia dos homens provisórios /
Amanda Alves Maciel Rocha . – 2019.
132 f., enc.: il. (principalmente color.)

Orientador: Cássio Eduardo Viana Hissa.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Departamento de Geografia, 2019.

Área de concentração: Organização do Espaço.

Linha de pesquisa: Produção do Espaço, Teoria e Prática.

Bibliografia: f. 127-132.

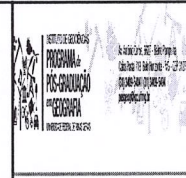
1. Geografia humana – Minas Gerais – Teses. 2. Alteridade – Teses. 3.
Epistemologia – Teses. I. Hissa, Cássio Eduardo Viana. II. Universidade
Federal de Minas Gerais. Departamento de Geografia. III. Título.

CDU: 911.3 (815.1)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

Sertão-fronteira: a travessia dos homens provisórios

AMANDA ALVES MACIEL ROCHA

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em GEOGRAFIA, área de concentração ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO.

Aprovada em 29 de janeiro de 2019, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Cássio Eduardo Viana Hissa - Orientador
UFMG

Prof(a). Heloisa Soares de Moura Costa
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof(a). Maria Cristina Rocha Simão
IFMG CAMPUS OURO PRETO

Belo Horizonte, 29 de janeiro de 2019.

Agradecimentos

Pai, mãe e irmã – os que me ensinaram a amar; minha torcida fiel.

Bruno – pelo amor, companheirismo e paciência.

Cássio – por me mostrar a beleza das perguntas difíceis; pela confiança; pelo carinho.

Amigos – por transformarem minha ausência em saudade.

Filhos de Paredão de Minas – com quem aprendo sobre outros mundos; pela acolhida; por me ensinarem que secar várzea por medo é cavar buraco onde se cai – várzea: o que o córrego deixa ela acolhe, sedimenta sua história, percebe seu tempo. Varzear-se.

Figura 1 – Vereda do Capão – Buritizeiro/MG.



Fonte: Acervo pessoal, 2017.

Resumo

Esta pesquisa busca compreender os processos de construção de *alteridades e formas de resistência* dos sertanejos – subordinadas a um regime colonial de subalternidade – a partir das condições históricas e políticas em que se inserem. Para isso, propomos um *giro epistemológico e enunciativo* impulsionado, principalmente, pelas vozes dos sujeitos locais. A modernidade está em crise e, dessa fissura, surge a possibilidade de retomar outras epistemologias – outras matrizes de racionalidade – que ainda resistem à condição de invisibilidade a que são submetidas. Junto aos moradores de Paredão de Minas – distrito do município de Buritizeiro/MG –, refletimos sobre questões que superam a ordem local e levantam um amplo debate acerca da *colonialidade do saber e do poder*, das diferenças culturais que se combinam nas fronteiras, das formas de resistência e opressão, da fronteira agrícola que avança sobre o cerrado mineiro, dos sertões que nos escapam e dos caminhos a serem construídos rumo às *emancipações sociais*.

Palavras-chave: Sertão. Fronteira. Emancipação. Resistência. Colonialidade. Modernidade. Epistemologias.

Abstract

This research tries to understand the processes of construction of alterities and forms of resistance of the *sertanejos* - subordinated to a colonial regime of subalternity - from the historical and political conditions in which they are inserted. For this, we propose an epistemological and enunciative turn driven, mainly, by the voices of the local subjects. Modernity is in crisis and, from this fissure, the possibility arises to return to other epistemologies - other rationality matrices - that still resist the invisibility condition to which they are submitted. Together with the residents of *Paredão de Minas* - a district of the municipality of Buritizeiro / MG - we reflect on issues that surpass the local order and raise a wide debate about the coloniality of knowledge and power, cultural differences that combine at borders, forms of resistance and oppression, of the agricultural frontier that advances over the *Cerrado* of *Minas Gerais*, of the *sertões* that escape us, and of the roads to be built toward social emancipations.

Keywords: Sertão. Border. Emancipation. Resistance. Coloniality. Modernity. Epistemologies.

Figura 2 – Sertão dentro, Sertão fora.



Fonte: Acervo Pessoal, 2018.

Sumário

1 Apresentação	7
2 Paredão de Minas: senhor vá, senhor veja	15
3 Tudo política, e potentes chefias	29
3.1 Ocupação do sertão e condição de isolamento	29
3.2 Definitivos e provisórios	40
3.3 Prenúncio da nova ordem	48
4 Promessas da modernidade	52
4.1 Nostalgia vacilante	52
4.2 Políticas desenvolvimentistas: ordem e progresso	57
4.3 Quanto vale ou é por quilo?	70
5 E ele era sertanejo?	72
5.1 A literatura de Guimarães Rosa no Sertão mineiro	85
5.2 A resistência dos homens provisórios	89
5.3 O simulacro da legalidade	93
5.4 Migração: um pobre caminhozinho	101
5.5 A adesão pelo abandono	110
5.6 A institucionalização dos laços comunitários	112
6 Considerações finais	124
7 Referências	127

1) Apresentação

Assim como *Minas Gerais é muitas* (sic),¹ muitos são seus sertões. O sertão mineiro redefine seus *cerrados* limites e se volta para o mundo enquanto *fronteira*: sertão dentro, sertão fora, sertão que atravessa e reúne sempre de modo diferente; sertão que abriga, abandona, sertão que convida e move. Quem habita as *fronteiras* do sertão? Qual sertão nos habita?

Minas – a gente olha, se lembra, sente, pensa. Minas – a gente não sabe.²

Esta pesquisa se constrói através de um trabalho de questionamentos mútuos: eu questiono o sertão, o sertão me questiona, eu me questiono, e o sertão se questiona em mim – e assim, nos movimentamos e nos transformamos, juntos. Diante disso, seria impossível explicar a metodologia do trabalho sem abordar minha própria trajetória: *as travessias por este sertão-fronteira*.

É fundamental que se tenha a compreensão de que pesquisar é construir cartografias para além dos mapas, ir além dos lugares representados pelos croquis, fazer percursos e mapeamentos enquanto se faz a trajetória. [...] As ideias difíceis são mesmo aquelas que parecem caminhar no sentido contrário para onde estamos acostumados a ir.³

Meu primeiro contato com o norte mineiro se deu despretensiosamente durante um passeio em família, em 2009, no distrito Paredão de Minas, município de Buritizeiro, às margens do rio do Sono. Por ironia, minha família tomou conhecimento da existência de Paredão através de um tio-avô que foi para o vilarejo – nos anos finais da década de 1980 – gerenciar uma empresa de “reflorestamento”⁴ que se instalou na região.

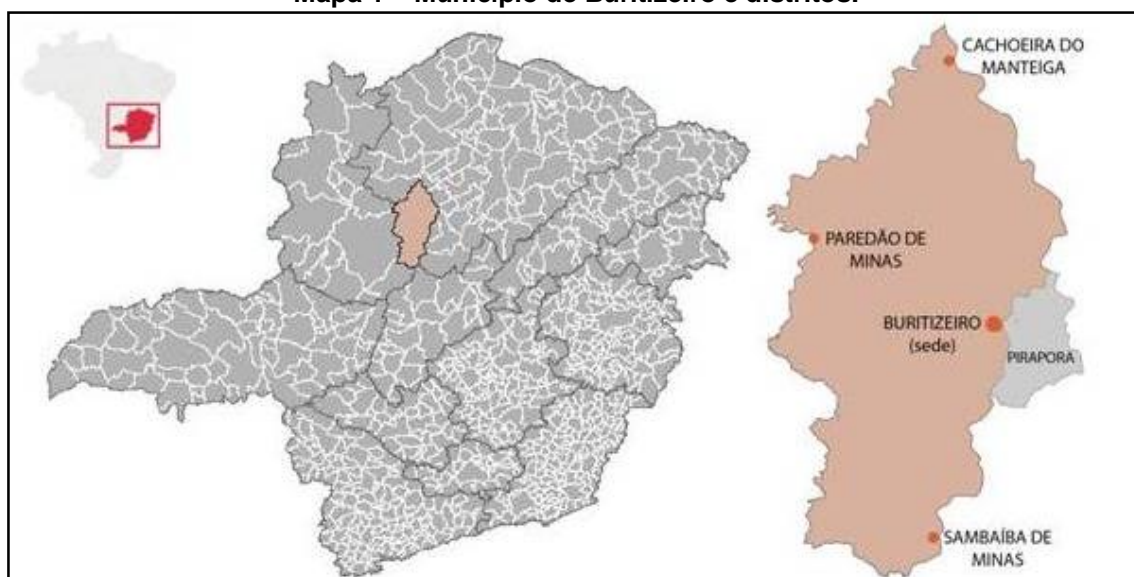
¹ ROSA. *Ave, Palavra*, p. 343.

² ROSA. *Grande Sertão: veredas*, p. 342.

³ HISSA. *Entrenotas*, p.45.

⁴ Monoculturas de eucalipto.

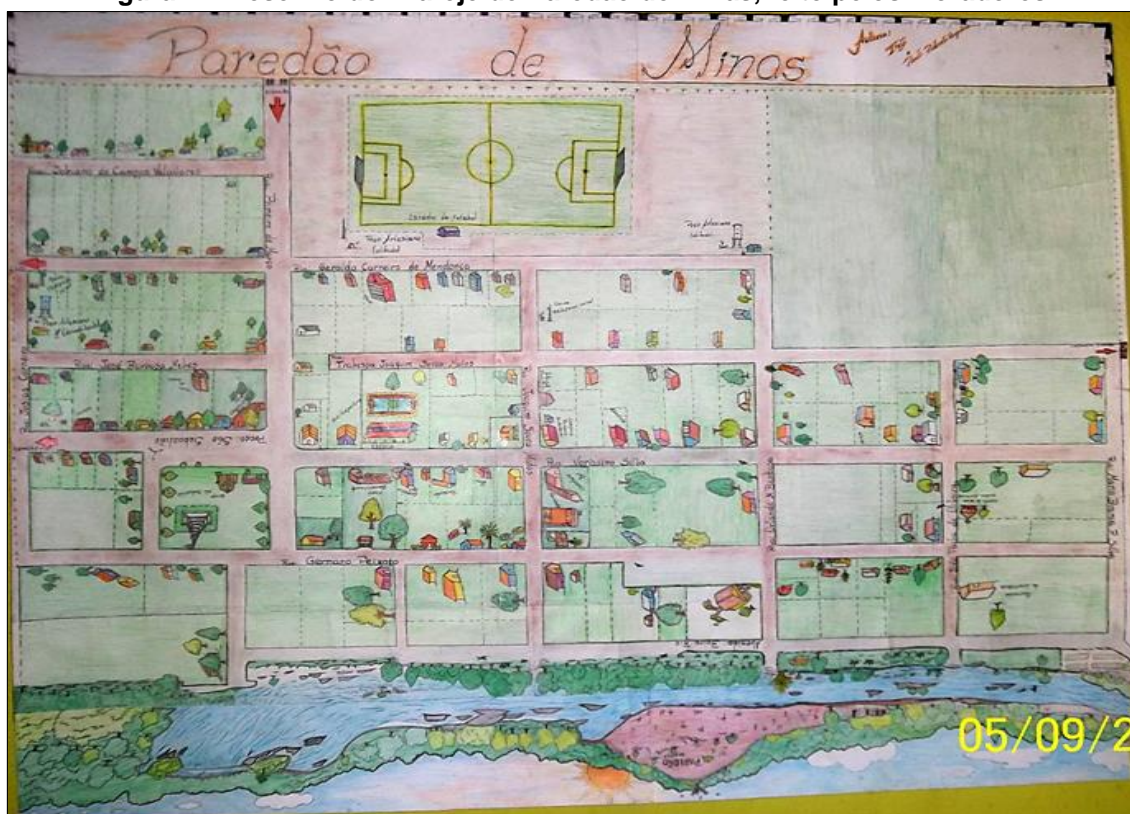
Mapa 1 – Município de Buritizeiro e distritos.



Fonte: Bases cartográficas IBGE. Elaboração da autora.

Quando cheguei a Paredão pela primeira vez, era como se estivesse revisitando cenários imaginários que construía enquanto ouvia todas as histórias que meus familiares mais velhos contavam. As ruas de terra vermelha tomadas por um ar quente que retardava o passar do tempo. As casas abandonadas, o murmurinho de vozes nos quintais, os passos lentos do senhor e a correria das crianças. Os quintais sem muro e as janelas de madeira com frestas para espiar o movimento. Cavalo, cachorro, gato e galinha: sempre soltos, nunca perdidos – eles conheciam seus donos. E o rio, sempre o rio. Sem celular, sem internet, sem supermercado, sem farmácia, sem hospital, sem posto de gasolina, sem ônibus, isolados por 65 km de estrada de terra da cidade mais próxima. Não adiantava correr. Que tempo era aquele? Como vivem essas pessoas?

Figura 1 – Desenho do vilarejo de Paredão de Minas, feito pelos moradores.



Fonte: Acervo dos moradores. 2015.

Nos últimos anos da minha graduação em Arquitetura e Urbanismo, aproximei-me do campo do patrimônio cultural, dos estudos sobre memória, bens materiais, imateriais e tradições. Esse interesse fez com que eu retomasse questões relacionadas a Paredão de Minas: por um lado o intenso processo de migração dos moradores, a falta de emprego, o clima de tensão frente ao projeto de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) às margens do vilarejo e os eucaliptais que avançam a passos largos sobre o cerrado. Por outro, a relevância do lugar enquanto cenário da batalha final do romance *Grande Sertão: Veredas*, de João Guimarães Rosa, a oralidade como principal meio de construção e preservação da memória e a ausência de registros escritos sobre a cultura local. Diante dessa perspectiva, o primeiro ímpeto foi propor uma estratégia capaz de barrar os projetos desenvolvimentistas a partir do reconhecimento e valorização da cultura local. Naquele momento, o turismo cultural me pareceu uma boa alternativa. Propor ações para integrar o distrito de Paredão de Minas às atividades do *Circuito Turístico Guimarães Rosa*⁵ foi a proposta que pareceu

⁵ O *Circuito Turístico Guimarães Rosa* é um circuito de cunho literário criado legalmente em 05 de dezembro de 2003 e certificado pela Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais (SETUR) em 11 fevereiro de 2005. Fonte: CIRCUITO TURÍSTICO GUIMARÃES ROSA. *Apresentação* (site).

mais promissora para valorizar o local, gerar renda e preservar as referências culturais.

Durante o primeiro semestre de 2015 realizei uma residência de pesquisa junto ao *Grupo Galabra*,⁶ na Universidade de Santiago de Compostela. O objetivo era conhecer a experiência de Compostela diante de sua atuação central nos Caminhos de Santiago. A partir das correlações entre diversas obras literárias sobre Santiago de Compostela, dos perfis dos visitantes, do caráter das instituições e agentes que atuam nas rotas, dos contextos socioculturais dos diversos grupos e comunidades envolventes e das significativas mudanças socioespaciais no centro histórico da cidade em função das novas demandas do turismo, o grupo buscava compreender as divergências entre o imaginário criado – de fora para dentro – sobre Santiago, e os modos de vida e referências culturais dos moradores locais. Os estudos junto ao grupo e a vivência na cidade me levaram a novos questionamentos: a obra de Guimarães Rosa tem relevância para os moradores de Paredão de Minas? Este “patrimônio cultural” a ser preservado é patrimônio para os moradores ou para os leitores-turistas de Guimarães Rosa? Quais são os valores e referências culturais locais? Neste momento, percebi que antes de “propor uma solução”, eu deveria conhecer melhor o lugar e as pessoas que lá viviam.

Durante o primeiro trabalho de campo em Paredão de Minas, que durou cerca de 20 dias, percebi que, apesar da literatura de Guimarães Rosa ter a cultura sertaneja como forte elemento, os moradores de Paredão de Minas não tinham a literatura rosiana como referência cultural; e que, portanto, propor diretrizes para a valorização da *cultura local* partindo de um elemento – a literatura rosiana – que não faz parte desta mesma cultura, me pareceu incoerente e precipitado. Concluí, a partir disso, que a abordagem *rosiana* não deveria ser o ponto de partida para a pesquisa que viria.

Diante disso, desviei meu foco do turismo rosiano e propus realizar um *Inventário Nacional de Referências Culturais* aos moldes da metodologia proposta

⁶ O trabalho do *Grupo Galabra* – Grupo de Estudo das Culturas galega, luso, brasileira e africanas de língua portuguesa – apresenta diversas dimensões em função dos múltiplos interesses e áreas de investigação de seus membros. À época da residência de pesquisa, o grupo centrava sua atuação no projeto sobre as imagens da Galiza e de Santiago de Compostela – *Discursos, imagens e práticas culturais sobre Santiago de Compostela como meta dos Caminhos* – através do fenômeno do Caminho de Santiago e a eventual derivação planificadora, referente a continuação da encomenda de análise feita pelo Governo Galego em 2008 (Projeto TUI). Igualmente, trabalha na aplicação e no desenvolvimento de instrumentos metodológicos para a análise da literatura e da cultura. Fonte: GALABRA. *Âmbitos de investigação* (site).

pelo IPHAN.⁷ Este inventário seria um tipo de mapeamento e registro através de fichas de identificação dos ofícios, edificações, celebrações, formas de expressão e lugares considerados bens e referências para os moradores locais. O objetivo era que este material servisse como subsídio para políticas de planejamento, preservação do patrimônio e consequente melhoria das condições de vida dos moradores. A metodologia – apesar de inovadora ao propor a participação ativa dos grupos sociais nos processos de identificação e valoração – se mostrou pouco coerente com a realidade com a qual me deparei em Paredão de Minas. Eles queriam celular, um bom emprego, uma moto, saúde e educação, mas também queriam o rio limpo correndo ao fundo de casa, o peixe fresco, o cavalo, o silêncio, os pés no chão, o tempo de compassos largos. Eu perguntava sobre as casas de adobe, eles respondiam ser coisa do passado. Perguntava sobre celebrações, mas elas não aconteciam como antigamente: — *Povo foi embora, foi desanimando. — A gente plantava de tudo, mas esses meninos de hoje não querem saber disso não.* Era possível identificar um certo descontentamento na fala dos moradores, porém, uma leitura rasa e precipitada neste momento facilmente nos levaria a pensar que não havia *resistência* por parte dos mesmos. Se há resistência, onde ela está, como se constrói e se manifesta? Quais sentidos o sertanejo atribui à vida?

[...] cidade acaba com o sertão.
Acaba?⁸

Neste momento, cheguei inocentemente a pensar que, talvez, os moradores não fossem “tradicionais o suficiente”. Foi isso que pensei, mas, imediatamente, assustei-me com o absurdo da ideia. Talvez, eles não fossem “tradicionais o suficiente” para atender aos atuais e questionáveis parâmetros das políticas de preservação do patrimônio cultural. A identificação e classificação sistemática destes supostos bens e referências escapavam à lógica local e, principalmente, não

⁷ O *Inventário Nacional de Referências Culturais* (INRC) é uma metodologia de pesquisa desenvolvida pelo IPHAN para produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores e que, portanto, constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo social. Contempla, além das categorias estabelecidas no Registro, edificações associadas a certos usos, a significações históricas e a imagens urbanas, independentemente de sua qualidade arquitetônica ou artística. A delimitação da área do Inventário ocorre em função das referências culturais presentes num determinado território. Essas áreas podem ser reconhecidas em diferentes escalas, ou seja, podem corresponder a uma vila, a um bairro, a uma zona ou mancha urbana, a uma região geográfica culturalmente diferenciada ou a um conjunto de segmentos territoriais. Fonte: IPHAN. *Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências*.

⁸ ROSA. *Grande Sertão: veredas*, p.230.

contemplava o que o lugar parecia querer dizer sobre si. Impor um ajustamento simplesmente para cumprir a metodologia pareceu um risco diante da complexidade com a qual me deparei. Minhas fichas de inventário ficaram com lacunas impreenchíveis.

O conceito de tradição é comumente associado a elementos do passado que se mantêm no presente, o que remete a uma dimensão cristalizada da cultura.⁹ Porém, se buscarmos compreender a tradição juntamente ao movimento de formação das culturas, sempre impulsionado pelo contato com o *outro*, percebemos que o próprio processo de transmissão – a *entrega* – ressignifica e seleciona elementos de acordo com o *outro* cujo contato é estabelecido e, claro, a partir das condições históricas, da conjuntura política do presente e do que se almeja enquanto futuro.

Todas as vezes que somos levados a qualificar uma cultura humana de inerte ou de estacionária, devemos, pois, perguntarmo-nos se este imobilismo aparente não resulta da nossa ignorância sobre os seus verdadeiros interesses, conscientes ou inconscientes, e se, tendo critérios diferentes dos nossos, esta cultura não é, em relação a nós, vítima da mesma ilusão.¹⁰

Porém, como compreender a tradição quando o *outro* com quem se estabelece contato pretende-se universal, como a civilização ocidental moderna? Aliás, não parece irônico que o mesmo sistema cultural que historicamente impõe sua superioridade e avança sobre os mais diversos *gêneros de vida*¹¹, restringindo-lhes a possibilidade de escolha ao apresentar-se como universal, agora determine – por meio do direito e da ciência moderna – o que deve ou não ser acautelado e preservado com base em critérios de *originalidade e autenticidade*?

Desde então, comecei a questionar as abordagens puristas em relação ao patrimônio cultural, a busca por um suposto passado originário que legitima o valor de determinada cultura, os manuais de metodologia, a *fetichização e estereotipificação* dos lugares e suas culturas,¹² e as políticas de preservação que partem mais de uma demanda externa – muitas vezes mercadológica – e menos dos contingentes processos de construção social e identitária dos próprios grupos.

⁹ CASTRIOTA. A questão da tradição: algumas considerações preliminares para se investigar o saber-fazer tradicional, p.3.

¹⁰ LÉVI-STRAUSS. *Raça e História*, p.11.

¹¹ LA BLACHE. *Princípios de geografia humana*.

¹² BHABHA. *O local da cultura*.

Aqui, pensamos o *estereótipo* e o *fetichismo* a partir do que defende o sociólogo indiano Home Bhabha: “o fetichismo ou o estereótipo dá acesso a uma ‘identidade’ baseada tanto na dominação e no prazer quanto na ansiedade e na defesa, pois é uma forma de crença múltipla e contraditória em seu reconhecimento da diferença e recusa da mesma.”¹³ No contexto do turismo cultural-literário rosiano, por exemplo, devemos refletir se estereótipos e fetiches – condições que enrijecem limites e negam fronteiras – são construídos dentro do sistema que incorpora a literatura de Guimarães Rosa como símbolo da “alta cultura” e, contraditoriamente, como representação da “cultura local” – o sertão. Neste contexto a reflexão mostra-se de suma relevância, afinal, o estereótipo e o fetichismo esvaziam os lugares de sentido e transforma-os em cenários onde os sujeitos locais – também esvaziados de sentido – somente podem continuar a ocupar uma posição subalterna, assim como a própria literatura – que, subvertida como símbolo de uma cultura dominante – perde seu potencial transgressor.¹⁴

Após estes processos de reflexão, desconstrução e recuos, ainda restou-me algum tempo para construir a monografia final do curso a partir de entrevistas e relatos livres de moradores e ex-moradores de Paredão de Minas.¹⁵ Busquei, então, compreender as diversas temporalidades – *hegemônicas e não hegemônicas* –¹⁶ que coexistem em Paredão, os processos de *historicização* e os *valores* que balizam o que os sujeitos locais entendem por *qualidade de vida*.¹⁷ A monografia foi entregue, porém seu ponto final parecia ser um convite para a continuidade do trabalho. Paredão exigia o desatropiamento do olhar, o abandono de pressupostos rasos, o questionamento de teorias, do meu lugar no mundo e da presença do outro em mim. Aceitos esses desafios, minha travessia passaria a ser pelo *sertão-fronteira*.

Ah, tem uma repetição, que sempre outras vezes em minha vida acontece. Eu atravesso as coisas – e no meio da travessia não vejo! – só estava era entretido na idéia dos lugares de saída e de chegada. Assaz o senhor sabe:

¹³ BHABHA. *O local da cultura*, p.130.

¹⁴ Atualmente, tenho repensado sobre a presença da *literatura rosiana* no sertão mineiro, principalmente em Paredão de Minas. De fato, os sujeitos locais não leem Guimarães Rosa, e tampouco citam ou fazem referências às obras em suas conversas cotidianas. Porém, existem outros meios – para além dos livros – a partir dos quais a literatura rosiana tem penetrado o sertão e possibilitado que os sujeitos locais se apropriem de elementos deste universo literário para dizerem para o *outro* sobre *si*, sobre suas histórias e sobre o lugar. Porém, minhas ressalvas quanto ao risco da estereotipificação e fetichização do sertão e dos sertanejos se mantêm.

¹⁵ ROCHA. *Paredão de Minas: análise do espaço-tempo e do desenvolvimento como liberdade*.

¹⁶ Referências utilizadas na monografia: SANTOS. *A natureza do espaço*; SANTOS. *A questão do meio ambiente*; SANTOS. *Espaço e Método*; SANTOS. *Técnica, espaço, tempo*.

¹⁷ Cf. SEN. *Desenvolvimento como liberdade*; SEN. *A ideia de justiça*.

a gente quer passar um rio a nado, e passa; mas vai dar na outra banda é num ponto muito mais em baixo, bem diverso do que em primeiro se pensou. Viver não é muito perigoso?¹⁸

Durante a graduação, sempre fui muito crítica quanto aos ditos “trabalhos de campo” que, não raramente, serviam mais para ilustrar um trabalho do que para construir a pesquisa junto ao outro.¹⁹ Pior ainda eram os projetos de revitalização urbana, habitação de interesse social, gestão comunitária e participação popular que mobilizavam grupos periféricos somente durante o tempo do semestre acadêmico. Uma total irresponsabilidade e falta de compromisso com os sujeitos dos lugares. Diante disso, concluí que minha presença em Paredão de Minas – pelo menos durante um período que me permitisse *viver* o lugar – era essencial para o desenvolvimento do trabalho.²⁰ Minha pesquisa pedia “o exercício da *visita intencional ao mundo* – a certo recorte de mundo”.²¹ A leitura que me propus construir, *junto ao outro*, exigia intimidade e confiança, e para isso é necessário tempo. Portanto, foi preciso romper com um dos principais paradigmas da ciência moderna: ser pesquisadora sem abrir mão da própria condição de *sujeito do mundo*. Era preciso ir ao encontro do outro.

Apesar de tomar como principal referência o pequeno vilarejo de Paredão de Minas, as reflexões aqui desenvolvidas superam a ordem local e levantam questões para um amplo debate sobre a *colonialidade do saber e do poder*,²² sobre as diferenças culturais entendidas a partir dos diferentes processos de territorialização, sobre a contingência inerente aos processos de construção de identidades, sobre as condições históricas e políticas de formação das sociedades e sobre os caminhos a serem construídos rumo às *emancipações sociais*.

¹⁸ ROSA. *Grande Sertão: veredas*, p. 42.

¹⁹ Aqui, me refiro aos trabalhos de campo das pesquisas empíricas que, cada vez mais, adquirem espaço nas ciências sociais.

²⁰ Certamente, nem todas as pesquisas pedem trabalho de campo. Aliás, a presença física do pesquisador no lugar pode não significar nada, dependendo da forma como se dá. Também sabemos que muitos pesquisadores não têm condições de mudar completamente sua rotina em função da pesquisa, ainda mais se considerarmos o *tempo da universidade-fábrica* (HISSA, *Entrenotas*, p.155) ao qual temos sido submetidos. “A pesquisa diz a vida do sujeito. A metodologia anuncia o sujeito e a sua compreensão de mundo; a sua inserção no mundo. A obra é o sujeito.” HISSA, *Entrenotas*, p.127.

²¹ HISSA. *Entrenotas*, p.131.

²² QUIJANO. *Colonialidade, poder, globalização e democracia*; QUIJANO. *Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina*.

2) Paredão de Minas: senhor vá, senhor veja

Figura 2 – Distrito Paredão de Minas.



Fonte: Acervo pessoal, 2015.

Dia 18 de janeiro de 2018 cheguei a Paredão de Minas, desta vez para residir por tempo indeterminado. Desde o início do meu mergulho no local tinha em mente o que Boaventura de Sousa Santos propõe em *Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*: a busca por novos caminhos que nos levam a emancipações sociais envolve um movimento simultâneo de *contração do futuro* e *expansão do presente*.²³ As *ausências* podem ser entendidas como todas aquelas práticas e saberes que, sob a “lógica produtivista e assenta na monocultura dos critérios de produtividade capitalista”,²⁴ foram intencionalmente produzidas e que agora devem ser transformadas em *presenças*, ampliando o presente. As *emergências* se referem a todas “possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas”²⁵ que, através dos cuidadosos trabalhos de investigação, devem ser construídas no presente, contraindo o futuro.

Logo que cheguei a Paredão, os moradores se mostraram curiosos com minha presença, desconfiados também, mas sempre muito atenciosos e receptivos. Afinal, por que a “menina estudada” da cidade veio sozinha para um vilarejo distante onde o

²³ SANTOS. *Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*, p. 258-259.

²⁴ SANTOS. *Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*, p. 248.

²⁵ SANTOS. *Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*, p. 256.

fluxo migratório, principalmente entre os jovens, é em direção às cidades? Aos poucos, minha casa – que ficava em frente à igreja – tornou-se um ponto de encontro, principalmente para as crianças. Fazíamos sessões de cinema na varanda, mutirão para apanhar frutas, oficina de origamis e arranhávamos um violão.

Figura 3 – Criançada reunida na porta de casa.



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

Para quem queria trocar um dedo de prosa, minha casa também estava sempre aberta. Era comum aparecer alguém no portão com uma sacola de quiabo, pequi, tomate, ovos e tudo mais que por acaso a menina da cidade precisasse. No início, perguntava aos pescadores se podia acompanhá-los durante a pesca. O mesmo fazia com os vaqueiros, com os que iam buscar remédio no mato, tecer tarrafa, limpar galinha, “ticar” peixe, e todas aquelas atividades comuns no dia-a-dia do lugar. Após certo tempo, não precisei mais perguntar se podia acompanhá-los, eles mesmos passaram a me convidar para as pescarias, cavalgadas, comilanças, passeios em fazendas, conversas nas cozinhas, e tudo que, aos poucos, eles percebiam ser de meu interesse. Se referiam a mim como bióloga, historiadora, professora e/ou escritora; profissões que, pela perspectiva deles, pareciam ser meu trabalho. Eles riam da *menina granjêra* que se atrapalhava com atividades que eles faziam com naturalidade. Em meio a tudo isso, intercalava minhas leituras e escrita. Andava com um gravador e, sempre que as conversas tomavam rumos interessantes, pedia

permissão para gravá-las. Raramente realizava entrevistas programadas e semiestruturadas – a riqueza, geralmente, estava nas horinhas de descuido.

Figura 4 – Prosas.



Fonte: Acervo pessoal, 2017.

Com o passar do tempo, as gravações se tornaram cada vez mais raras, principalmente à medida que minha vivência no local gradativamente deixava de ser uma turbulência de novidades para se aproximar do amadurecimento de um cotidiano: arrumava a casa, lavava roupa, brincava com o cachorro, cuidava do quintal e das plantas, pescava à tardinha – quando o sol já não castigava tanto –, cozinhava, ia ao bar jogar sinuca, dançar forró e conversar. Mesmo assim, busquei relatar em diário de campo os acontecimentos e os diálogos riquíssimos que tive o privilégio de presenciar e participar, muitos deles presentes – diretamente ou indiretamente – neste trabalho.

Após minha segunda visita a Paredão, em 2015, mantive contato próximo com alguns moradores. Entre o ano de 2015 e 2018, retornei algumas vezes ao vilarejo, tanto para trabalho quanto para visitas informais.²⁶ Quando cheguei para morar,

²⁶ Em 2016 e 2017 participei do *Projeto Rondon Minas*. Coordenei uma equipe de estudantes, das mais variadas áreas, em atividades de cunho social no município de Buritizeiro. Este trabalho foi muito importante para a compreensão do município em sua totalidade. Conversamos com muitos gestores, secretários da prefeitura, lideranças locais e visitamos diversas localidades rurais de Buritizeiro, como

grande parte dos moradores já me conheciam, e isso foi muito importante para a relação de confiança que viria a se fortalecer. Desde 2015, já conversávamos sobre a necessidade de reativar a Associação Comunitária de Paredão. Os moradores expunham a situação de abandono em que o distrito se encontrava, a falta de perspectiva para melhorar suas condições de vida e os projetos que sonhavam para o lugar. Desta forma, compreendendo esta *emergência*, busquei auxiliar a comunidade com os processos burocráticos para regularizar a Associação, assim como atuar na mobilização dos moradores. Considero que este processo tenha se aproximado, talvez, muito do que Boaventura de Sousa Santos denomina por *trabalhos de tradução*.

A tradução é o procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis, reveladas pela sociologia das ausências e a sociologia das emergências. [...] O trabalho de tradução visa esclarecer o que une e o que separa os diferentes movimentos e as diferentes práticas de modo a determinar as possibilidades e os limites da articulação ou agregação entre eles. Dado que não há uma prática social ou um sujeito colectivo privilegiado em abstracto para conferir sentido e direcção à história, o trabalho de tradução é decisivo para definir, em concreto, em cada momento e contexto histórico, quais as constelações de práticas com maior potencial contra-hegemónico.²⁷

Mais adiante, discorreremos sobre o histórico da Associação Comunitária de Paredão de Minas, assim como os frutos do trabalho desenvolvido no local. Ainda no tempo que lá estive, apresentamos à Prefeitura Municipal de Buritizeiro um projeto social e arquitetônico para reforma da edificação onde os moradores desejam implantar o telecentro e a biblioteca comunitária. Organizamos a festa de recepção da *9ª Cavalgada Grande Sertão Veredas*, cujo lucro foi destinado à Associação. Realizamos o *I Encontro Viva Paredão de Minas*, evento que possibilitou ricas trocas entre artistas, visitantes, moradores locais e do entorno, dentre outras demandas que, aos poucos, passei a identificar como *emergentes*, possíveis, e que apontam caminhos rumo à *emancipações sociais*.

Cachoeira do Teobaldo, Sambaíba de Minas, Cachoeira do Manteiga, Felisnome, e também Paredão de Minas.

²⁷ SANTOS. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências, p.262-266.

Figura 5 – Espetáculo de Mágica. I Encontro Viva Paredão de Minas.



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

Figura 6 – Contação de estórias. I Encontro Viva Paredão de Minas.



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

Figura 7 – Plantio de mudas.



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

Mesmo após meu retorno a Belo Horizonte, tenho acompanhado e colaborado com os projetos de Paredão: faço as divulgações dos eventos, acompanho editais para submissão de projetos, articulo as estadias e os passeios de turistas e estudantes que me procuram com a intenção de conhecer Paredão, dentre outras tarefas que os próprios moradores me direcionam. Apesar de ter me envolvido intensamente com os projetos do lugar, tomados várias iniciativas de mobilização e articulação com agentes externos, busquei, a todo momento, criar condições para que, quando eu não pudesse mais estar por perto, os moradores tivessem autonomia para dar continuidade. Minha tarefa não era simplesmente “pegar e fazer”, era preciso fortalecer a cooperação mútua entre os moradores e construir possibilidades a partir das diversas experiências de mundo disponíveis.

Ter ido morar em Paredão sem data predeterminada de volta foi muito interessante. Percebemos o tempo de uma forma muito diferente quando nos permitimos – pelo menos em alguns momentos da vida – viver para além dos prazos que nos atropelam. Retornei a Belo Horizonte, após 4 meses, devido a uma situação isolada de machismo que inviabilizou minha permanência no afastado distrito. Não tive tempo para sentir aquela saudade antecipada, comum de quando sabemos o dia da partida. Foi tudo muito rápido. Como disse o músico Makely Ka – em relato informal – “o sertão não é terra de fofuras e afetos domesticados.” Nunca achei que fosse. Porém, percebi com mais clareza que as “leis” do lugar para as mulheres de fora –

estrangeiras – não são as mesmas válidas para as mulheres do lugar. A medida que fui me tornando cada vez menos estrangeira, as “leis” começaram a valer também para mim. A autonomia de uma mulher, sem muitos esforços intencionais, apresentase como uma ameaça à dominação patriarcal. Apesar de considerar esta permanência relativamente curta, ela foi intensa e riquíssima. Pensei muitas vezes em não voltar, imaginei minha vida em Paredão. Percebi com mais clareza meus privilégios. Percebi que meu conhecimento e experiência de vida são muito valorizados pelos sujeitos locais, por mais que, na maioria das vezes, eles não garantissem minha sobrevivência no lugar: não sabia medir a água e o fogo para cozinhar no fogão a lenha, não sabia caçar, matar galinha, a época certa de cada cultivo, reconhecer o rastro do peixe ou medir o nível da água do rio pelo seu próprio som. Diante disso, pensava no quanto os saberes daqueles sujeitos eram desvalorizados no meio urbano, no *desperdício da experiência*,²⁸ na condição de invisibilidade a qual estão submetidos. E claro, pensei nas mulheres que passam por situações de violência e que não tem ou tiveram a opção que eu tive, a de ir embora. Minha presença em Paredão foi vivida para além de um simples trabalho de campo. Vivi Paredão com todos meus medos, sonhos e contradições.

Através deste mergulho no lugar – juntamente ao reconhecimento das condições históricas e políticas da formação da cultura local, comecei a me aproximar de questões importantes: a resposta que explica a migração rumo às cidades realmente se resume à “falta de emprego”? Como eram os modos de vida antes da *lógica moderno-capitalista* atravessar o sertão, proletarizar e financeirizar as relações sociais e de trabalho? Até que ponto a migração para os centros urbanos é uma *escolha* diante das mudanças de valores e referências culturais, e até que ponto reflete a *expropriação* de sujeitos que têm seus meios e modos de vida cerceados por

²⁸ “Em primeiro lugar, a experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que o que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante. Em segundo lugar, esta riqueza social está a ser desperdiçada. É deste desperdício que se nutrem as ideias que proclamam que não há alternativa, que a história chegou ao fim, e outras semelhantes. Em terceiro lugar, para combater o desperdício da experiência, para tornar visíveis as iniciativas e os movimentos alternativos e para lhes dar credibilidade, de pouco serve recorrer à ciência social tal como a conhecemos. No fim de contas, essa ciência é responsável por esconder ou desacreditar as alternativas. Para combater o desperdício da experiência social, não basta propor um outro tipo de ciência social. Mais do que isso, é necessário propor um modelo diferente de racionalidade. Sem uma crítica do modelo de racionalidade ocidental dominante pelo menos durante duzentos anos, todas as propostas apresentadas pela nova análise social, por mais alternativas que se julguem, tenderão a reproduzir o mesmo efeito de ocultação e descrédito.” SANTOS. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências, p. 238-239.

uma ordem externa que se impõem em seus territórios? O que explica a aparente inércia e dependência dos moradores frente ao governo e empresas que se instalam na região? Por que a rapina ambiental e os conflitos territoriais são veementemente velados, inclusive e principalmente pela grande mídia? Por que antigas práticas, que antes proporcionavam autonomia e bem estar, são quase “abandonadas” e abrem espaço para modos de vida cada vez mais dependentes de bens de consumo e serviços urbanos de difícil acesso? Por que um vilarejo de 120 habitantes apresenta tantos conflitos internos e dificuldades para se representar enquanto *comunidade*? Por que os moradores não questionam e reivindicam a posse da terra que está nas mãos de uns poucos que sequer nela vivem ou trabalham? Por que as articulações e adesões políticas ainda se estabelecem com base nos “antigos” *valores personalistas e patriarcais* e não a partir de, por exemplo, uma consciência de classe? O que é liberdade para o sertanejo? Enfim, o que habita este *Sertão-fronteira*?

Vivenciar este *espaço-lugar fronteiro* – que a própria condição de *estrangeira-moradora*, ou *moradora-estrangeira*, assume – iluminou a compreensão de impasses produzidos por uma espécie de *abismo cognitivo* – expressão fundamentada no que Boaventura de Sousa Santos discorre sobre a *condição abissal do pensamento moderno*.²⁹

O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que estas últimas fundamentam as primeiras. As distinções invisíveis são estabelecidas por meio de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o "deste lado da linha" e o "do outro lado da linha". A divisão é tal que "o outro lado da linha" desaparece como realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer modo de ser relevante ou compreensível. [...] A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. O universo "deste lado da linha" só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante: para além da linha há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética.³⁰

O título deste trabalho – *Sertão-fronteira* – adianta a abordagem relacional, intersticial, que parte de um pensamento de fronteira e entende a cultura se formando no contato, na diferença.

²⁹ SANTOS. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes, p. 23-24.

³⁰ SANTOS. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes, p. 21-22.

É apenas quando compreendemos que todas as afirmações e *sistemas culturais* são construídos nesse *espaço contraditório e ambivalente de enunciação* que começamos a compreender porque as reivindicações hierárquicas de originalidade ou “pureza” inerentes às culturas são insustentáveis, mesmo antes de decorrerem a instâncias históricas empíricas que demonstram seu *hibridismo*. [...] É o *Terceiro Espaço*, que embora em si irrepresentável, constitui as condições discursivas da enunciação que garantem que o significado e os símbolos da cultura não tenham unidade ou fixidez primordial e que até os mesmos signos possam ser *apropriados, traduzidos, re-historicizados e lidos* de outro modo.³¹

Diante disso, não objetivamos descrever um sistema cultural em sua [inalcançável] totalidade, ou capturar uma suposta essência que explicaria a *Genesis do Sertão*. Aqui, entendemos a *diferença* enquanto *força motriz* e a *fronteira* enquanto *locus movente* de formação das culturas, afinal, “as diferenças não podem ser negadas ou totalizadas porque ocupam de algum modo o mesmo espaço”.³²

O senhor tolere, isto é o sertão. Uns querem que não seja: que situado sertão é por os campos-gerais a fora a dentro, eles dizem, fim de rumo, terras altas, demais do Urucuia. Toleima. Para os de Corinto e do Curvelo, então, o aqui não é dito sertão? Ah, que tem maior! O Urucuia vem dos montões oeste. Mas, hoje, que na beira dele, tudo dá – fazendões de fazendas, almargem de vargens de bom render, as vazantes; culturas que vão de mata em mata, madeiras de grossura, até ainda virgens dessas lá há. O gerais corre em volta. Esses gerais são sem tamanho. Enfim, cada um o que quer aprova, o senhor sabe: pão ou pães, é questão de opiniões... O sertão está em toda a parte.³³

Se o *sertão está em toda parte*, “é do tamanho do mundo”,³⁴ as linhas radicais que dividem a realidade social, conceituadas por Boaventura de Sousa Santos, são os limites que criam um *sertão de dentro*, e um *sertão de fora*? Neste caso, penso que o *sertão de dentro* seria aquele que se aproxima da condição de inexistência, invisibilidade e incompreensão, intencionalmente produzidas por um *sertão de fora* que se impõe como realidade concreta e verdade universal. Porém, como pontua Boaventura de Sousa Santos, por mais radicais que sejam as distinções, elas se combinam: “as distinções intensamente visíveis que estruturam a realidade social deste lado da linha baseiam-se na invisibilidade das distinções entre este e o outro lado da linha.”³⁵ Diante disso, entendemos que – como considerado por Cássio Hissa – a “inevitabilidade do limite torna-se resultado da inevitabilidade do contato”,³⁶ e que,

³¹ BHABHA. *O local da cultura*, p. 74. Grifos nosso.

³² BHABHA. *O local da cultura*, p. 284.

³³ ROSA. *Grande Sertão: veredas*, p. 3-4.

³⁴ ROSA. *Grande Sertão: veredas*, p. 96.

³⁵ SANTOS. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes, p. 24.

³⁶ HISSA. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*, p. 38.

a partir de disso, é também inevitável a formação de uma *fronteira* que incorpora o “conteúdo histórico e cultural numa superposição cumulativa de tempos e espaços”³⁷, de copresenças. O que chamamos de *abismo cognitivo*, portanto, é fruto da insistente negação da fronteira que o limite carrega e constrói, é o que nos torna estranhos uns aos outros e, portanto, distantes. Pensar o *Sertão-fronteira* é buscar a compreensão deste *todo movente* e propor a superação do *pensamento abissal* que nega a *coopresença dos dois lados da linha*; é compreender que este *Terceiro Espaço*, *embora em si irrepresentável*, garante que as culturas estejam sempre se formando, deslocando limites e fronteira – “o sertão está movimentante todo-tempo.”³⁸

O senhor... Mire veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou. Isso que me alegra, montão.³⁹

Para superar a *condição abissal do pensamento moderno*, esta pesquisa propõe um giro epistemológico e enunciativo. Através das narrativas dos sujeitos locais, de referências teóricas que nos permitem pensar para além dos limites – disciplinares, culturais e territoriais – e de um cuidadoso trabalho de investigação, buscamos compreender o processo de construção de *alteridades* e formas de *resistência* – subordinadas a um regime colonial de subalternidade – a partir das condições históricas e políticas em que se inserem.

Na perspectiva pós-colonial, a questão já não é apenas a voz ativa, como a do outro diferente, mas o reconhecimento das condições históricas e políticas de construção de alteridades submetidas a um regime colonial de subalternidade.⁴⁰

A partir disso, pretendemos colaborar para a articulação de um *locus enunciativo*⁴¹ que retome e possibilite a compreensão de outras epistemologias –

³⁷ HISSA. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*, p. 38.

³⁸ ROSA. *Grande Sertão: veredas*, p. 741.

³⁹ ROSA. *Grande Sertão: veredas*, p. 24-25.

⁴⁰ BHABHA. *O local da cultura*, p. 128.

⁴¹ “Na perspectiva do projeto decolonial, as fronteiras não são somente este espaço onde as diferenças são reinventadas, são também *loci* enunciativos de onde são formulados conhecimentos a partir das perspectivas, cosmovisões ou experiência dos sujeitos subalternos. [...] Afirmar o *locus* de enunciação significa ir na contramão dos paradigmas eurocêntricos hegemônicos que, mesmo falando de uma localização particular, assumiram-se como universais, desinteressados e não situados. O *locus* de enunciação não é marcado unicamente por nossa localização geopolítica dentro do sistema mundial moderno/colonial, mas é também marcado pelas hierarquias raciais, de classe, gênero, sexuais etc. que incidem sobre o corpo.” ERNARDINO-COSTA. GROSFOGUEL. *Decolonialidade e perspectiva negra*, p. 19.

outras matrizes de racionalidade – que ainda resistem à condição de invisibilidade a que são submetidas. Enfim, buscamos caminhos para *emancipações sociais*, caminhos para que possamos construir – como nos diz o lema zapatista – “luchar por un mundo donde otros mundos sean posibles”.⁴²

Optamos por não dedicar um capítulo específico à convencional “delimitação da área de estudo”, ou “sobre o lugar”. Entendemos que isto trairia a própria proposta do trabalho. Censos, cronologias, estatísticas e mapas não dizem nada por si só, e soltos de leituras interpretativas podem incitar falsas conclusões. Diante disso, Paredão de Minas diluído e relatado ao longo do texto.

O capítulo TUDO POLÍTICA, E POTENTES CHEFIAS aborda os diferentes processos de ocupação do território brasileiro a partir da colonização. Neste momento, refletimos sobre as constantes e as especificidades dos *processos de territorialização* de acordo com cada região do país.⁴³ Apesar de ter como base a unidade do *latifúndio* e o *sistema patriarcal*, os diferentes tipos de produção desenvolvidos durante esta fase resultaram em diferentes configurações *socioespaciais*. A partir disso, refletimos sobre a histórica condição de *isolamento* do sertão brasileiro, condição que hoje se manifesta como uma via de mão-dupla: a organização social e o sistema político interno, edificados sobre fortes valores patriarcais, sobre a ordem latifundiária e com alto grau de autonomia em relação ao governo central e à economia nacional, deixaram fortes marcas nas relações sociais e políticas do sertão que hoje conhecemos. Ao mesmo tempo, o isolamento permitiu que populações locais desenvolvessem modos de vida particulares e condizentes com as condições do meio em que se encontravam, assim como práticas que, em grande medida, fogem à *racionalidade hegemônica*. Nesta perspectiva, pensamos sobre as *estruturas verticais e horizontais de solidariedade* que edificavam os grupos sociais e de que forma tais estruturas foram abaladas com a chegada de uma *nova ordem* fundamentada na *lógica moderno-capitalista*.⁴⁴ Abordamos, também, as históricas estratégias de

⁴² GROSGOUEL. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global, p. 414.

⁴³ FURTADO. *Formação econômica do Brasil*. MATA-MACHADO; *História do sertão noroeste de Minas Gerais*; OLIVEIRA. RODRIGUES (Orgs.). *Formação social e econômica do Norte de Minas*.

⁴⁴ GALVÃO. *As Formas do Falso: um estudo sobre a ambiguidade no Grande Sertão: Veredas*; CÂNDIDO. *Os Parceiros do Rio Bonito*; RIBEIRO. *O povo brasileiro*.

ajustamento de poder dos homens definitivos e de que forma isto se relaciona com a *colonialidade do poder e do saber*.⁴⁵

No capítulo PROMESSAS DA MODERNIDADE retomamos os processos abordados anteriormente para compreender de que forma a *nova ordem* atravessa o sertão, especificamente. Abordamos os prenúncios da chegada desta nova ordem em Paredão de Minas e de que forma o *discurso de ordem e progresso* fora percebido pelos sujeitos locais. Refletimos sobre as *políticas desenvolvimentistas* direcionadas ao sertão, a partir década de 1970, e seus desdobramentos sobre o atual contexto da região.⁴⁶ Discutimos a formação da *tensão epistêmica-enunciativa*⁴⁷ a partir do momento em que parte do isolamento da região de Paredão de Minas é rompida – sendo a outra parte reafirmada – pela chegada efetiva de um *sistema de normas* imposto pelo *Estado Moderno* brasileiro e seu *projeto desenvolvimentista* que “insere” a região às *margens* da economia mundial. A partir disto, buscamos compreender de que maneira os *sistemas de valores modernos* confrontam e abalam os antigos *sistemas de valores tradicionais*, processo que esgarça os *limites do sertão* e desloca os sujeitos para o *sertão-fronteira*.

O capítulo E ELE ERA SERTANEJO? retoma uma passagem do romance *Grande Sertão: Veredas* para refletir, a partir da alegoria literária de João Guimarães Rosa, sobre os sujeitos deste *sertão-fronteira*.⁴⁸ Refletimos sobre as relações estabelecidas entre os *sujeitos rosianos* que se direcionam ao norte de Minas Gerais – tendo como mote literatura do escritor mineiro João Guimarães Rosa – e as comunidades locais, incluindo Paredão de Minas. A partir disso, pensamos em como tem sido a atuação destes sujeitos externos, assim como o papel da literatura *rosiana*, diante as perspectivas e projetos de emancipação dos sujeitos locais.⁴⁹ Buscamos compreender – mesmo que de forma incipiente – o que é *liberdade* para os sertanejos,

⁴⁵ QUIJANO. Colonialidade, poder, globalização e democracia; QUIJANO. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento em América Latina; QUEIROZ. *O mandonismo local na vida política brasileira*.

⁴⁶ CARDOSO. A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais; LASCHEFSKI. Licenciamento e equidade ambiental: as racionalidades distintas de apropriação do ambiente por grupos subalternos; GONÇALVES. Formação sócio espacial e questão ambiental no Brasil; ACSELRAD. Políticas ambientais e construção democrática; VARSANO. *Os incentivos fiscais do imposto de renda das empresas*; RIBEIRO. *O povo brasileiro*. FURTADO. *Formação econômica do Brasil*.

⁴⁷ BHABHA. *O local da cultura*; GONÇALVES. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-americana.

⁴⁸ ROSA. *Grande Sertão: veredas*.

⁴⁹ SILVA (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. BOURDIEU. *A economia das trocas simbólicas*. BHABHA. *O local da cultura*.

assim como os sentidos que eles atribuem a vida. Abordamos as mudanças socioculturais a partir da chegada dos meios e veículos de comunicação. Discutimos os processos de *burocratização dos meios de vida* dos povos sertanejos e de que forma isto se relaciona com o *cerceamento de práticas e saberes tradicionais*, com os *epistemicídios*⁵⁰ e com a perda de autonomia destes sujeitos. Diante disso, o *giro epistemológico* que propomos confrontará as ideias de *atraso e ilegalidade* apregoadas ao sertão para compreender as *formas de resistência* dos sujeitos que se encontram imersos neste *sertão-fronteira*. Refletimos sobre os *processos migratórios* dos *homens provisórios* e de que forma tais processos se relacionam à *nova ordem* que se impõe. Retomamos o histórico da vida política brasileira para compreender como “*velhos hábitos políticos*” se mantêm sob uma suposta democracia, e de que forma isto se relaciona à *manutenção dos sistemas de opressão*. Percorremos o histórico da Associação Comunitária de Paredão de Minas para compreender, a partir do lugar, as contradições e ambiguidades que surgem quando sujeitos locais passam a ser interpelados a partir dos *sistemas de valores modernos*,⁵¹ assim como refletir sobre os projetos de emancipação impulsionados pelo desejo da autonomia e pelas potências dos sujeitos locais.

⁵⁰ SANTOS. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. SANTOS. MENESES (orgs). *Epistemologias do Sul*.

⁵¹ HALL. *A identidade cultural na pós-modernidade*.

Figura 8 – Pescador.



Fonte: Acervo Pessoal, 2018.

Adormeço profundamente
Na curva de um braço seu
Encostado num Paredão
Cantinho sossego meu

Rio do sono, rio querido
Amado, desprotegido
Se demonstra calmo na seca
Nas águas mostra o perigo

Antigos são seu mistérios
Histórias, contos e lendas
Imagens nas águas noturnas
Um homem jogando sua tenda

Luz que surge na escuridão
Assombrando o pescador valente
Eu acho que é assombração
Outros acham ser diamante

Diamante que encanta o homem
Garimpeiro que achou você
Diamante que encanta aquele
Que te compra pra revender

O rio do sono é rico de peixe
Tem pacaman, tem matrinchã
Tem pialzin, também tem o mandim

Tem a piranha, tem crumatá

Tem o cari, também tem o pirá
Tem a curvina, maria chiquinha
Tem gongó e lamprão sarapó
Tem o pacu branco e pacu caranha
Tem a traíra e tem o dourado
E por fim, surubim, o grande pintado

Rio do sono
Não sei de onde vem
Se vem do norte, se vem do sul
Confesso que não sei bem
Só sei que joga no Paracatu
Num rio bonito e rico também

Sereia não sei se há
Caboclo já ouvi falar
Num poço chamado Pindolo
Já viram ele aprontar

Existe uma lenda clara
Transparente que vem de uma nascente
O rio que me faz sonhar
Quem bebe água do rio do sono
Sempre volta a te visitar.⁵²

⁵² *Encantado Rio do Sono*. Autor: Sebastião da França, filho de Paredão de Minas.

3) Tudo política, e potentes chefias

– Ah, a vida vera é outra, do cidadão do sertão. Política! *Tudo política, e potentes chefias*. A pena, que aqui já é terra avinda concorde, roncice de paz, e sou homem particular. Mas, adiante, por aí arriba, ainda fazendeiro graúdo se reina mandador – todos donos de agregados valentes, turmas de cabras do trabuco e na carabina escopetada!⁵³

3.1) Ocupação do sertão e condição de isolamento

Para compreender os processos de construção de alteridades e formas de resistência no *sertão-fronteira*, precisamos retomar certas condições históricas. A partir da observação do presente, direcionamos a investigação dos processos históricos percorrendo múltiplas escalas, do local ao global. Durante este estudo, partimos do princípio da *coopresença*, ou seja, abandonamos a concepção linear do progresso para compreender a simultaneidade e contemporaneidade das práticas e agentes de ambos os lados da linha – hegemônicos e não hegemônicos.⁵⁴

A histórica *condição de isolamento* do sertão está diretamente relacionada ao processo de colonização do Brasil. As regiões do país colonizadas tendo como unidade produtiva os latifúndios monocultores apresentam características muito distintas das que permaneceram isoladas do comércio internacional e das políticas governamentais centrais por um longo período.

Segundo Celso Furtado, a criação de gado no Nordeste brasileiro iniciou-se dependente de um segundo sistema, a economia açucareira. A impossibilidade de se criar gado junto as plantações de cana, a crescente demanda por animais de tiro⁵⁵ e lenha – as duas principais fontes de energia dos engenhos – assim como por alimento, fez surgir duas unidades distintas de produção no nordeste do Brasil: a criatória e a açucareira.⁵⁶ Certamente, as condições naturais do cerrado e da caatinga foram essenciais para o desenvolvimento de uma atividade que – considerada a “filha pobre da economia

⁵³ ROSA. *Grande Sertão: veredas*, p. 150.

⁵⁴ SANTOS. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes, p.45.

⁵⁵ Animais utilizados para arado, moinhos e transporte de cargas.

⁵⁶ FURTADO. *Formação econômica do Brasil*, p.56-57.

colonial”⁵⁷ – não contava com muitos investimentos. A presença de pastos naturais, os solos considerados impróprios para as grandes monoculturas de cana, assim como a presença de extensas áreas ainda não colonizadas e as dificuldades de comunicação entre o centro do país e a região litorânea, também apresentaram-se como fatores chave para a predominância da pecuária extensiva nesta região.

A economia criatória foi uma das grandes responsáveis pela penetração e ocupação do interior do país. Porém, a continuidade territorial envolvendo, principalmente, os estados do Mato Grosso, Minas Gerais, Bahia e Goiás, não se estabeleceu simplesmente pela criação de gado. Inicialmente, quando ainda mantinha forte dependência com a economia açucareira, diversas localidades desenvolviam a pecuária num regime de subsistência, “sem vínculos de solidariedade econômica que as articulassem”.⁵⁸ Aliás, cada região especializava-se em determinadas atividades dentro da pecuária, como a engorda, a criação ou a distribuição. O que de fato irá atuar na articulação destas regiões interioranas é – segundo Celso Furtado – “a procura do gado que se irradiava do centro dinâmico construído pela economia mineira”.⁵⁹

As características físicas – vegetação, clima, solo – da porção interior do país, assim como sua ocupação por meio da pecuária extensiva, certamente não definem ou delimitam o Sertão. O Sertão é definível?

Como o rio, o sertão se movimenta, escoar, escorre: “e, toda a vida, de longe a longe, rolando essas braças águas de outra parte, de outra parte, de fugidia, no sertão.” Como o sertão, “o rio não quer ir a nenhuma parte, ele quer e chegar a ser mais grosso, mais fundo.” *Sertão*, deserto-rio, mar de territórios: lei e ausência de lei, ordem e desordem, liberdade e aprisionamento. As dificuldades de compreensão do *lugar-sertão*, *lugar-cosmo*, suas ambiguidades, ambivalências, contradições, paradoxos e aporias são do mesmo caráter das que se referem a condição humana: “sertão: é dentro da gente.” E o interior de cada um, o interior da humanidade. Não se pode localizar precisamente um lugar. Não se pode localizar precisamente o sertão, assim como não se pode elucidar a natureza dos subterrâneos da humanidade, da distância e da proximidade entre os homens, de suas relações, seus desejos e de suas ações: “o senhor enche uma

⁵⁷ GALVÃO. *As Formas do Falso*: um estudo sobre a ambiguidade no Grande Sertão: Veredas, p. 31.

⁵⁸ FURTADO. *Formação econômica do Brasil*, p.77.

⁵⁹ FURTADO. *Formação econômica do Brasil*, p.77.

caderneta... O senhor vê aonde é o sertão? Beira dele, meio dele? ...
Tudo sai e mesmo de escuros buracos, tirante o que vem do Céu”.⁶⁰

De todo modo, pensar as dinâmicas socioespaciais tendo como horizonte um todo movente que articula dimensões idiossincráticas ao nosso sistema-mundo, é fundamental para que se compreenda, inclusive, o porquê da própria indefinição – “Sertão é isso: o senhor empurra para trás, mas de repente ele volta a rodear o senhor dos lados. Sertão é quando menos se espera; digo.”⁶¹

A pecuária no interior do Brasil – sempre associada as práticas de policultura, caça e coleta – teve como grande característica a *plasticidade*⁶² que assumia. Mesmo diante das crises econômicas das atividades as quais ela esteve diretamente vinculada – como a açucareira e a mineira – a pecuária se reinventava: voltou-se para o abastecimento interno do país quando a economia prosperava, e aproximou-se da condição de subsistência quando as crises vieram.⁶³ Inclusive, segundo Celso Furtado, a redução relativa da renda monetária na região pecuária – intensificada durante as crises econômicas – repercutia diretamente nos sistemas internos de divisão do trabalho e especialização da economia: “muitos artigos que antes se podiam comprar nos mercados do litoral – e que eram importados – teriam agora de ser produzidos ao âmbito local”,⁶⁴ processo diretamente relacionado ao desenvolvimento de saberes condizentes às características socioambientais locais. Esta plasticidade, portanto, relaciona-se também à possibilidade de permanência da população no interior do país e, ainda, contribuiu para que a pecuária da região fosse mais que uma atividade econômica, aproximando-se de um *modo de vida*.⁶⁵

⁶⁰ MELO. *Sertões do mundo, uma epistemologia* (vol. 1), p.86. Neste trecho, as citações curtas indicadas pela autora se referem a trechos do romance *Grande Sertão: veredas*, de João Guimarães Rosa.

⁶¹ ROSA. *Grande Sertão: veredas*, p. 402.

⁶² Aqui, entendemos *plasticidade* como a capacidade que um corpo/objeto/sistema possui para mudar de forma de modo irreversível ao ser submetido a uma tensão. O termo *resiliência* é comumente utilizado para exprimir esta ideia de adaptabilidade, porém, entendemos que o conceito de resiliência – propriedade que alguns corpos apresentam de retornar à forma original após terem sido submetidos a uma deformação – não é adequado neste contexto, simplesmente por não existir uma *forma original* da pecuária e, mesmo que existisse, este retorno seria impossível. O que existe são processos que se entrecruzam no espaço-tempo, que se desenvolvem de acordo com os contextos políticos, sociais e econômicos e formam a cultura através de um movimento constante.

⁶³ FURTADO. *Formação econômica do Brasil*, p. 62-63.

⁶⁴ FURTADO. *Formação econômica do Brasil*, p. 63.

⁶⁵ CARDOSO. *A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais*, p.188. Grifos nossos. A letra da canção *Paredão Nosso de Cada Dia*, transcrita ao

Figura 9 – Cavalgada de São Sebastião.



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

É importante destacar que, já no período colonial, a especialização das atividades econômicas por região, incluindo a ocupação do sertão pelo gado, apresentava-se como fruto da *expansão do capital pré-industrial* no território brasileiro. Portanto, dizer que o sertão passou por um histórico processo de isolamento econômico e político – que permitiu, inclusive, que grupos sociais construíssem modos de vida que fogem à racionalidade moderno-capitalista – não significa afirmar que a região permaneceu hermética, encerrada em seus limites.

Apesar de o latifúndio ter sido a principal unidade de ocupação colonizadora do território brasileiro como um todo, o tipo de atividade desenvolvida em cada região resultou em diferentes configurações *socioespaciais*. As regiões dedicadas às grandes monoculturas de cana e café, por exemplo, são as mesmas onde a mão de obra escrava era mais presente. Isto porque o capital era investido principalmente nas economias produtivas, ou seja, as que se dedicavam a exportações. As sociedades que se desenvolveram nas regiões monocultoras apresentam uma nítida estratificação entre homens livres – proprietários – e escravos, diferentemente das sociedades sertanejas

final deste capítulo, nos mostra como as atividades ligadas à pecuária se mantêm como forte referência para os sujeitos locais.

cuja organização social, também ligada à estrutura fundiária, se configurava predominantemente por duas classes: os grandes proprietários, e uma *plebe rural livre* [seria tão livre assim?] composta por moradores, agregados e sitianteiros.⁶⁶

Na verdade, a sociedade sertaneja do interior distanciou-se não só espacialmente mas também social e culturalmente da gente litorânea, estabelecendo-se uma defasagem que as opõe como se fossem povos distintos.⁶⁷

As atividades realizadas em função da produção pecuária extensiva não demandavam muita mão de obra e eram executadas por essa plebe que, paralelamente, garantia seus meios de vida através de pequenas policulturas de subsistência, da caça, da pesca e da coleta, configurando *vidas sociais e sistemas econômicos fechados*.⁶⁸ Nas regiões onde a mão de obra era principalmente escrava, o “tempo livre” – tanto para lazer quanto para atividades destinadas à subsistência – praticamente inexistia, fator que se reflete nas especificidades dos processos de territorialização e socialização de cada grupo, assim como no grau de autonomia das regiões e dos grupos sociais.

A condição de isolamento do sertão, principalmente na região norte de Minas Gerais, também estabelece estreita relação com as medidas restritivas impostas pela Coroa durante o auge das atividades mineradoras. De acordo com Bernardo Mata-Machado, a impossibilidade de controle e fiscalização de uma área tão vasta e com povoamento disperso, fez com que a Coroa tenta-se isolar a região.⁶⁹ Apesar disso, o isolamento não foi pleno. A facilidade de escoamento de produtos pelo Rio São Francisco somada às dificuldades que São Paulo e Rio de Janeiro tinham para abastecer a região das minas, criou condições para que os comerciantes sertanejos burlassem as imposições da Coroa e viabilizassem seus comércios por meio de vendas ilegais e subornos. É interessante lembrar que as transações comerciais, à época, eram comumente realizadas por meio de *escambos* ou por intermédio de *mercadorias-moedas* –

⁶⁶ GALVÃO. *As formas do falso: um estudo sobre a ambiguidade no Grande Sertão: Veredas*, p. 31-32; CÂNDIDO. *Os Parceiros do Rio Bonito*, p.84-85.

⁶⁷ RIBEIRO. *O povo brasileiro*, p. 355.

⁶⁸ CÂNDIDO. *Os Parceiros do Rio Bonito*, p.36.

⁶⁹ MATA-MACHADO. *História do sertão noroeste de Minas Gerais*, p. 38-43.

aquelas que apresentavam “valor em si mesmas”.⁷⁰ Este relativo isolamento, que perduraria até meados do século XX, está diretamente relacionado aos *núcleos de poder autônomos* que se consolidariam diante da nova realidade econômica, social e política que se estabelecia no Norte de Minas.⁷¹ Além disso, o isolamento fez com que os moradores da região passassem a explorar melhor seus recursos vegetais, animais e minerais, o que foi fundamental para o desenvolvimento de saberes essenciais à sobrevivência dos sertanejos.⁷²

Como defende Maria Isaura Pereira de Queiroz, a política brasileira se desenvolveu tendo por núcleo o município. Como no Brasil “a força econômica tem sido o esteio da política” –⁷³ o que se comprova pelas mudanças de eixos políticos que acompanham as mudanças de eixos econômicos – não era incomum que os interesses da região mais próspera economicamente fossem confundidos com os interesses da nação como um todo, assim como o interesse particular dos chefes locais facilmente se confundiam com o do município que dominavam.

Durante a colônia, as dificuldades que encontrou Portugal em dominar e povoar um país do tamanho do Brasil, fizeram com que se fomentasse o poder e a independência dos senhores rurais, que dominavam esses pequenos centros; o que havia de importante então eram as lutas dos proprietários rurais entre si para terem o poder, ou as lutas dos mesmos proprietários contra as interferências da metrópole.⁷⁴

Assim, o poder dos grandes proprietários sobre a vida política acomodou-se de acordo com as condições políticas de cada época: “impôs à Metrópole durante a colônia, governou sob o manto do parlamentarismo durante o Império e abertamente dirigiu os destinos do país durante a Primeira República.”⁷⁵

Apesar da grande autonomia dos chefes locais, e conseqüentemente dos municípios em relação ao poder central, o interesse e as intervenções diretas da Metrópole – e posteriormente do Estado – em determinado município se dava de

⁷⁰ CARDOSO. *A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais*, p.194.

⁷¹ CARDOSO. *A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais*, p.193.

⁷² CARDOSO. *A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais*, p.194.

⁷³ QUEIROZ. *O mandonismo local na vida política brasileira*, p. 22.

⁷⁴ QUEIROZ. *O mandonismo local na vida política brasileira*, p.19.

⁷⁵ QUEIROZ. *O mandonismo local na vida política brasileira*, p. 20-21.

acordo com a prosperidade econômica deste. Quanto mais desarticulados da economia nacional, mais remotos e autônomos fossem os municípios, mais o Estado se tornava um ente distante e abstrato para a população. As leis não alcançavam estes lugares, que desenvolviam sua própria *ordem* com base nos *valores e estruturas sociais internas*.

Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade.⁷⁶

A ocupação do sertão brasileiro, especificamente a região norte de Minas Gerais, se deu, principalmente, pela sedentarização dos vaqueiros nordestinos que desceram o Rio São Francisco em busca de terras para pastagem – ocupação construída sobre a unidade do latifúndio – e dos bandeirantes paulistas e baianos que adentraram o interior do país.⁷⁷ Os povos originários que habitavam a região foram massivamente massacrados e escravizados com a chegada dos colonizadores.

É importante observar que, num primeiro momento, a mobilidade era um mecanismo de ajustamento do “equilíbrio instável” das sociedades caipiras paulistas, incluindo os exploradores do sertão.⁷⁸

A combinação dos traços culturais indígenas e portugueses obedeceu ao ritmo nômade do bandeirante e do povoador, conservando as características de uma economia largamente permeada pelas práticas de presa e coleta, cuja estrutura instável dependia da mobilidade dos indivíduos e dos grupos.⁷⁹

O povoamento disperso promovido pelo incessante deslocamento do bandeirismo prolongou-se, em certa medida, na agricultura itinerante, nas atividades de coleta, caça e pesca do descendente caipira.⁸⁰

“— Nós somos os novos índios!”⁸¹

⁷⁶ ROSA. *Grande Sertão: veredas*, p.3.

⁷⁷ MATA-MACHADO. *História do sertão noroeste de Minas Gerais*.

⁷⁸ CÂNDIDO. *Os Parceiros do Rio Bonito*.

⁷⁹ CÂNDIDO. *Os Parceiros do Rio Bonito*, p. 37.

⁸⁰ CÂNDIDO. *Os Parceiros do Rio Bonito*, p. 44.

⁸¹ Fala de um morador de Paredão que domina diversas técnicas de pesca, caça e coleta de frutos que, de fato, carregam várias referências indígenas. Fala registrada dia 28 de maio de 2018, em diário de campo.

Porém, a sedentarização desses exploradores em territórios sertanejos – intensificada principalmente a partir do século XVIII com as políticas de “desbandeirização” e dos vaqueiros que não possuíam meios de produção e bens – ocorreu sobre as bases do latifúndio. A concessão de *sesmarias* teve um importante papel neste processo colonizador: além da prática de arrendamento de terras por seus proprietários, era comum que os vaqueiros recebessem – como pagamento pelos seus serviços – parte das crias que nasciam, o que possibilitava a expansão e formações de seus próprios currais.⁸² Apesar da possibilidade dos vaqueiros montarem seus próprios currais, Manuel Correia de Andrade relata que este processo mantinha uma estrutura concentradora de renda e poder político.⁸³ Mesmo com grandes extensões de terra improdutivo, a tendência dos mais desafortunados era ocupar terrenos pertencentes às esferas de influência de determinados proprietários – os *mandões locais*.⁸⁴

No período Imperial, e ainda no início da República brasileira, a terra por si só não tinha valor nem garantia poder e riqueza. A produtividade dos latifúndios não era diretamente proporcional à extensão da terra, principalmente no sertão de terras tidas como inférteis. O que aumentava o poder e a esfera de influência do proprietário, assim como o valor da terra, era a posse de escravos – no caso das grandes monoculturas – e a presença de sitiantes e agregados – como nos latifúndios sertanejos.⁸⁵ Por sua vez, os pequenos sitiantes e agregados se colocavam sob a proteção e corroboravam com os interesses particulares dos grandes proprietários. A partir disso, as *relações solidárias verticalizadas* – entre grupos pertencentes a diferentes classes sociais e econômicas – começam a estruturar os grupos sociais e a política local.⁸⁶ As *relações solidárias verticalizadas* conformaram a estrutura base do *coronelismo* – durante a primeira República –⁸⁷ e ainda hoje mantêm fortes resquícios na vida social e política do sertão.

⁸² CARDOSO. *A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais*, p.183.

⁸³ ANDRADE. *Áreas de domínio da Pecuária Extensiva e Semi-Extensiva na Bahia e Norte de Minas*, p. 69 *apud* CARDOSO. *A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais*, p.184.

⁸⁴ QUEIROZ. *O mandonismo local na vida política brasileira*, p.19.

⁸⁵ QUEIROZ. *O mandonismo local na vida política brasileira*, p. 39.

⁸⁶ QUEIROZ. *O mandonismo local na vida política brasileira*, p.189.

⁸⁷ QUEIROZ. *O mandonismo local na vida política brasileira*, p.190.

Este processo de *territorialização* coloca as *relações solidárias verticalizadas* e a autonomia dos *latifúndios* em posições ambíguas: a possibilidade de permanência e acesso à terra – mesmo para aqueles que não possuíam riquezas e meios de produção – permite com que uma grande plebe desafortunada se fixe nos territórios e desenvolva, com certa autonomia, modos de vida, práticas e saberes intimamente ligados às condições naturais do meio, o que cria laços de pertencimento com os lugares. Por outro lado, as relações sociais construídas a partir das *relações solidárias verticalizadas* denunciam a fragilidade dos laços que garantem à plebe o acesso à terra, submetendo-a a um sistema opressor em que os interesses individuais dos grandes proprietários deveriam, necessariamente, ser defendidos e incorporados pela sua *parentela*.⁸⁸

– “Ah, a vida vera é outra, do cidadão do sertão. *Política! Tudo política, e potentes chefias*. A pena, que aqui já é terra avinda concorde, ronçice de paz, e sou homem particular. Mas, adiante, por aí arriba, ainda fazendeiro graúdo se reina mandador – todos donos de agregados valentes, turmas de cabras do trabuco e na carabina escopetada!⁸⁹

A respeito das relações de *cooperação* e *solidariedade vicinal* entre membros de grupos camponeses, como abordado por Antônio Cândido,⁹⁰ existem alguns aspectos importantes a serem destacados. A organização e disposição das *vizinhanças* dizem muito a respeito dos valores que orientavam as relações solidárias. O *fator vizinhança*, por si só, não se apresentava como um motivo de conformação de alianças e cooperação mútua. Porém, não era incomum que membros de uma *família extensa* morassem próximos uns aos outros, o que – pelo valor dos laços consanguíneos – justificava as relações solidárias entre vizinhos. Mesmo sem haver laços de sangue, quando várias famílias moravam ou trabalhavam nas terras de determinado proprietário –

⁸⁸ A socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz define as *parentelas* como estruturas formadas por um “conjunto de indivíduos que estabelecem entre si laços de parentesco ou carnal, ou espiritual (compadrio), ou de aliança (uniões matrimoniais)” (QUEIROZ, *O mandonismo local na vida política brasileira*, p.180). “Por sua capacidade de reunir diferentes grupos sociais numa ampla rede de solidariedade, a parentela não pode ser confundida com ‘clã’, que remonta a uma “ascendência comum”, de tipo consanguíneo ou mítico (como no caso do totem); tampouco com o conceito de “famílias extensas”, “pois as diversas famílias conjugais que dela fazem parte não residem no mesmo local, não sendo a distância geográfica, portanto, fator que impeça a vitalidade dos laços ou das obrigações que reúnem os indivíduos uns aos outros.” (BOTELHO; CARVALHO, *A sociedade em movimento: dimensões da mudança na sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz*, p.227).

⁸⁹ ROSA. *Grande Sertão: veredas*, p. 150. Grifos nosso.

⁹⁰ CÂNDIDO. *Os Parceiros do Rio Bonito*.

conformando a *parentela* deste –, as *relações solidárias horizontais* também eram presentes.

Compreender os valores que regem as *estruturas horizontais e verticais de solidariedade* é fundamental para uma leitura do sertão de hoje. Não é incomum nos depararmos com pequenos vilarejos e nos referirmos a eles, de forma generalizada, como *comunidade*. Porém – e esta foi minha experiência em Paredão de Minas –, também não é raro identificarmos diversos conflitos internos e um certo individualismo – uma ausência de *senso comunitário* – entre os moradores. O que é ser ou pertencer a uma *comunidade*? Para decepção de muitos, a *vizinhança* não necessariamente é uma condição definidora de coesão social e representatividade política, assim com a *consciência de classe* pode ser muito incipiente, ou até mesmo inexistente. A vivência em Paredão de Minas possibilitou a melhor compreensão de alguns aspectos destes conflitos, aspectos que remetem aos valores das antigas – talvez não tão antigas – estruturas de solidariedade. Porém, mesmo que na esfera representativa os sujeitos apresentem dificuldades para se articular enquanto *comunidade*, existe, a priori, o *comum* que deriva da *partilha* do tempo, do lugar, dos valores e das histórias entrecruzadas, a partir de onde devemos compreender o *comum*.

Com efeito, cabras, agregados, sitiante esposavam o partido de “seu” coronel com tal vigor que passavam a encarar como inimigos figadais os componentes do grupo coronelista adversário – solidariedade que não era puramente afetiva e sentimental, porém estava alicerçada em dados concretos: decorria da maneira pela qual estavam estruturados os grupos em parentelas aliadas e hostis.⁹¹

Paredão de Minas, hoje uma vila de 120 habitantes, nunca pertenceu ao domínio de um único chefe local. Paredão não foi fundada por um proprietário rural específico que pretendia solidificar sua esfera de influência, o que era comum em sociedades não industrializadas, uma vez que vilas e povoados conformavam polos de comércio, serviços, o lugar da religião, das festividades e encontros. Formada no início do século XIX a partir da aglomeração de garimpeiros que exploravam diamantes na região, Paredão rapidamente se tornou um *centro de convergência e divergência de poderes*, tanto dos grandes proprietários do entorno, quanto dos garimpeiros mais prósperos que

⁹¹ QUEIROZ. *O mandonismo local na vida política brasileira*, p. 202 Grifos nosso.

rapidamente conquistavam sua riqueza e, conseqüentemente, aumentavam suas esferas de influência. O garimpo intensificava o comércio e o fluxo de dinheiro no vilarejo, oferecendo, inclusive, possibilidades de ascensão a forasteiros.

Como relembra Maria Isaura Pereira, as fortunas rurais se assentaram ou se associaram às atividades comerciais. No período coronelístico, a “capacidade de fazer favores” era a medida do nível de influência dos chefes locais, e esta capacidade era tanto dos proprietários quanto dos comerciantes.⁹² Apesar de contarem com mais autonomia do que os agregados que moravam nas fazendas, as *parentelas* se estendiam ao vilarejo. Paredão de Minas é conhecido na região como um lugar historicamente violento. As brigas entre famílias – como os Carneiros e os Mirandas – que não raramente se desdobravam em tiroteios nas ruas de Paredão, assim como as mortes encomendadas e traições, são muito presentes nos relatos e histórias de vida dos moradores. Para se proteger, o mais sensato era manter-se sob a proteção de algum grande chefe, de preferência aquele que tinha mais poder. O que de fato determinava tanto as rixas, quanto algum nível de solidariedade e cooperação, eram os *laços familiares* e as adesões por *parentela*. Recentemente – por motivos que abordaremos mais à frente –, a *solidariedade horizontal* e o *senso comunitário* têm amadurecido em certos aspectos, porém, as adesões políticas personalistas-paternalistas e os laços consanguíneos ainda são elementos definidores das relações sociais e da vida política local. O histórico das alianças forjadas sobre *relações solidárias verticalizadas*, assim como as rixas – ou a ausência de solidariedade – entre indivíduos e famílias vizinhas pertencentes a uma mesma classe social, serão os grandes desafios enfrentados pelas iniciativas de gestão comunitária e associativismo em Paredão de Minas.

O senhor sabe: sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo, quando vier, que venha armado!⁹³

⁹² QUEIROZ. *O mandonismo local na vida política brasileira*, p. 195.

⁹³ ROSA. *Grande Sertão: veredas*, p. 19.

Figura 10 – Garimpeiro



Fonte: Acervo pessoal, 2015.

3.2) Definitivos e provisórios

Não seriam, todos os homens, provisórios? Talvez sim, se considerarmos a condição de provisoriedade inerente ao próprio tempo da vida. Porém, os homens provisórios e definitivos não devem ser entendidos de forma individualizada, e sim em relação ao nosso sistema-mundo. Para além dos fatores fisiológicos, relativizar a condição de provisoriedade com base nos indivíduos por si só, ou em casos isolados, nos aproximaria de um argumento meritocrata. Os homens provisórios são aqueles que engrossam o caldo do subdesenvolvimento, sem o qual não seria possível o próprio projeto do desenvolvimento. São aqueles sujeitos jogados de uma periferia a outra – das grandes cidades, do campo e dos modos de produção – para atender aos interesses alheios. Mais que isso, são aqueles que – diante do incessante esforço da classe dominante em vender seus padrões de vida como os mais dignos – tentam se convencer de que os interesses alheios são os mesmos que os seus para que, assim, a esperança de uma vida melhor possa existir. São aqueles a quem a mobilidade deixa de ser uma manifestação da liberdade para se tornar uma prisão labiríntica. Os homens definitivos, por sua vez, são aqueles

que conseguem resguardar a fatia do prometido bolo que só cresce, e nunca é dividido. São aqueles que, mesmo diante das reestruturações políticas, econômicas e institucionais, conseguem garantir suas esferas de influência. São aqueles que narram a história oficial e, por meio dela, garantem que suas conquistas e glórias se perpetuem no tempo. São os donos dos meios de produção, da terra, das leis.

A vida política do Brasil é marcada pela grande capacidade que os *donos do poder – homens definitivos* – têm de se ajustar às novas estruturas administrativas e às instituições que se sucederam ao longo da história. Explicitar esta constante é fundamental para compreendermos, por exemplo, por que e como antigas estratégias políticas de dominação permanecem sob o manto da democracia, assim como permanecem as adesões políticas não-ideológicas. O sertão de hoje escancara estas constantes.

O que me dava a qual inquietação, que era de ver: conheci que fazendeiro-mor é sujeito da terra *definitivo*, mas que jagunço não passa de ser homem muito *provisório*.⁹⁴

Nos anos que antecedem a Independência brasileira, houve uma tentativa de retorno às limitações coloniais por parte de Portugal, o que ameaçou diretamente a autoridade municipal dos grandes proprietários e comerciantes.⁹⁵ Nesta época, consubstanciava-se uma camada de intelectuais nativos – bacharéis que ocupavam cargos de influência – que tiveram seus estudos financiados pelos pais “incultos”, porém ricos: os senhores coloniais. Estes jovens que, em sua maioria, passavam a viver em importantes centros urbanos, formavam uma espécie de extensão dos interesses dos chefes do interior na vida política das cidades.⁹⁶

A nova possibilidade de ascensão através dos títulos de bacharel – adquiridos em instituições de ensino europeias – e a conseqüente subjugação dos que moravam no campo como incultos e ignorantes – marcam o processo de construção, no contexto brasileiro, da *superioridade e hegemonia da ciência moderna e do modo de vida urbano em relação aos demais saberes e à vida no campo*. Obviamente, o acesso aos estudos não era uma realidade homogênea

⁹⁴ ROSA. *Grande Sertão: veredas*, p.588.

⁹⁵ QUEIROZ. *O mandonismo local na vida política brasileira*, p. 63-64.

⁹⁶ QUEIROZ. *O mandonismo local na vida política brasileira*, p. 65.

nas famílias dos proprietários rurais brasileiros. A formação superior de alguns indivíduos da parentela – anterior à Independência – era comum às famílias dos potentados residentes nas regiões economicamente desenvolvidas. Agora, além da política acompanhar o eixo econômico, o conhecimento e a formação de intelectuais também entram na engrenagem.

Enquanto isso, no sertão – governado por proprietários rurais menos relevantes economicamente e pouco influentes na política nacional –, a conquista dos diplomas e o acesso às novas ideias liberais ainda eram distantes. À imagem do sertão – já impregnada pelo estereótipo do isolamento e atraso econômico – soma-se também a ignorância, o rudimentarismo, a “ausência de cultura e civilização”.

[...]
Nordeste é uma ficção, nordeste nunca houve
Não, eu não sou do lugar dos esquecidos
Não sou da nação dos condenados
Não sou do sertão dos ofendidos
Você sabe bem, conheço o meu lugar.⁹⁷

No processo de transição para a Independência, o *colonialismo* tratará de manter as bases ideais para a *colonialidade do poder e do saber*.⁹⁸ O conhecimento e o direito modernos – manifestações cabais do *pensamento abissal* –⁹⁹ passam, juntos, a se impor hegemonicamente. Nestes processos, faz-se importante considerar e correlacionar as escalas de opressão: o sertão é subalternizado em relação às regiões economicamente desenvolvidas e politicamente ativas nacionalmente – que são as responsáveis pela estigmatização do sertão como um todo. Porém, isso não anula a opressão interna às relações verticalizadas que estruturavam os grupos sociais no sertão.

Apesar de comungarem com os ideais liberais e republicanos – “ideias vindas da Europa” – a ideologia destes jovens intelectuais não competiam com

⁹⁷ BELCHIOR. Conheço o meu lugar (canção).

⁹⁸ O conceito de *colonialidade* ultrapassa o *colonialismo* histórico. A *colonialidade* entende a *modernidade* como um processo inerente à experiência colonial. A continuidade da dominação aos moldes coloniais e a reprodução das estruturas de poder – possibilitadas pelos mecanismos do sistema-mundo capitalista, colonial, moderno – mesmo após a descolonização, explica a diferença entre os conceitos. (cf. QUIJANO. Colonialidade do poder e classificação social; MIGNOLO, A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade; DUSSEL, Europa, modernidade e eurocentrismo).

⁹⁹ SANTOS. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes, p.24.

o poder dos conservadores senhores coloniais. Além do mais, os laços consanguíneos e parentais permaneciam fortes o suficiente para não serem rompidos por ideologias. Porém, a atitude centralizadora de Portugal – interpretada pelos grandes proprietários e comerciantes como uma usurpação – despertou o sentimento da independência de forma generalizada, conquistando o apoio de muitos proprietários conservadores – adesão mais por conveniência, ou por confiança no espírito iluminado dos jovens estudados da família, que por convicção ideológica.¹⁰⁰

Com a Independência, em 1922, os intelectuais brasileiros – que à época residiam na capital Rio de Janeiro, e demais importantes cidades como São Paulo, Recife e Bahia – “sentiram-se donos da vida política do momento”.¹⁰¹ Em 1928, houve a tentativa – por parte dos novos políticos – de centralizar a vida política do país, que até então se dava nos municípios, na capital Rio de Janeiro.¹⁰² Porém, as grandes distâncias e falta de comunicação trataram de tornar inexecutável a centralização e manter a autonomia dos senhores rurais. Diante das resistências e revoltas separatistas, promulgou-se o Ato Adicional que criava as Assembleias Provinciais. Rapidamente, os senhores rurais ocuparam os quadros administrativos das Assembleias com seus representantes – indivíduos de suas respectivas parentelas. Os presidentes das províncias iam e vinham, e eles, os senhores rurais, mantinham seus poderes, como homens *definitivos* que eram. Esta mudança na estrutura administrativa foi bem conveniente aos interesses dos senhores rurais, que romperam os limites dos municípios para atuar em esferas maiores da administração.¹⁰³

Quando estudamos a vida política das províncias, devemos nos atentar para o fato de que as alianças – constantemente forjadas e desfeitas – não seguiam a *lógica das ideias*, e sim a *lógica dos interesses* dos grandes

¹⁰⁰ QUEIROZ. *O mandonismo local na vida política brasileira*, p. 74.

¹⁰¹ QUEIROZ. *O mandonismo local na vida política brasileira*, p. 65.

¹⁰² “Em 1828, com a lei de organização municipal, as Câmaras passaram a ser rigidamente submetidas aos conselhos gerais, mais ou menos equivalentes às posteriores assembleias provinciais; era o chamado ‘sistema de tutela’. Se as Câmaras Municipais ficavam na estreita dependência dos conselhos gerais, estes, por sua vez, dependiam da Assembleia Geral localizada na capital do Império. Decretava a Constituição que ‘os negócios que começarem nas câmaras serão remetidos oficialmente ao secretário do conselho (geral)’, onde serão discutidas a portas abertas”; mas todas as deliberações destes conselhos gerais deveriam ser imediatamente enviadas à assembleia geral do Rio de Janeiro [...]” (QUEIROZ, *O mandonismo local na vida política brasileira*, p.65).

¹⁰³ QUEIROZ. *O mandonismo local na vida política brasileira*, p.67.

proprietários.¹⁰⁴ As ideologias não se manifestavam como um fator de convergência ou divergência política de fato. Esta ausência de ideologia é uma constante na vida política do sertão. Compreender historicamente a *lógica dos interesses* – personalistas, individuais, paternalistas – juntamente às *relações solidárias verticalizadas* arraigadas às estruturas sociais faz-se essencial para refletirmos sobre a ausência da consciência de classes por parte dos sujeitos subalternizados, sobre os conflitos internos dos pequenos grupos sociais e os contextos que permitem a manutenção de “velhos hábitos políticos” encobertos por uma suposta democracia.

A que grande necessidade correspondeu a divisão nacional em dois grandes partidos, o conservador e o liberal, durante a Regência? Parece difícil explicar tal divisão [...] O ditado do tempo do Império: “não há nada de tão semelhante a um conservador quanto um liberal no poder” retratava fielmente a situação que então encontramos. Fazendeiros, comerciantes, gente de profissões liberais existiam em ambos os partidos em doses mais ou menos semelhantes, seus figurões políticos tinham os mesmo caracteres.¹⁰⁵

Outro processo iniciado – ainda neste período – nas províncias mais desenvolvidas e que deixa fortes marcas na vida política brasileira foi o *absenteísmo*. A progressiva diferenciação de uma classe encarregada da vida política – os “profissionais da política” –, sustentada pelos senhores rurais, tornou dispensável a presença dos políticos, e dos próprios proprietários, no interior.

O absenteísmo era possível porque os políticos graduados da capital eram eles mesmos os proprietários rurais; podiam não dirigir mais pessoalmente suas plantações, fazendo-o por intermédio de um parente ou de um administrador de confiança; mas suas posses vinham da terra, seus interesses eram os mesmos do coronel que o escolhia seu representante. Ao lado do absenteísmo político, havia já o absenteísmo do proprietário agrícola.¹⁰⁶

Esta progressiva ausência dos políticos e proprietários no interior enfraqueceu as relações de pertencimento destes com os lugares e os distanciaram da realidade cotidiana da vida no campo, da lida com a terra e das relações pessoais com seus agregados. Este é um processo que se relaciona diretamente aos *abismos cognitivos* alargados à medida que o urbano passa a

¹⁰⁴ QUEIROZ. *O mandonismo local na vida política brasileira*, p.74.

¹⁰⁵ QUEIROZ. *O mandonismo local na vida política brasileira*, p.75.

¹⁰⁶ QUEIROZ. *O mandonismo local na vida política brasileira*, p.84.

ser considerado o único meio para o florescer da civilização, da cultura, da ciência, e do progresso – berço da consolidação do direito e do Estado modernos no Brasil. Novamente, o interesse da parcela dominante se impõe como o interesse geral da nação.

O fenômeno que notamos já do absenteísmo político, e a cultura europeia de tipo liberal do século XVIII, criara ente nós o estadista, o homem público, o jornalista preso ao mundo rural pelos laços econômicos e familiares, mas com a cabeça nas novas doutrinas que aprendera lá fora; e da cultura predominantemente jurídica hauria uma fé incondicional na lei como instrumento por excelência para guiar os povos e melhorar-lhes as condições.¹⁰⁷

Em Paredão de Minas, os moradores identificam o progressivo afastamento dos proprietários rurais, porém, já nos final dos anos 1970. Nesta época, muitos proprietários já haviam “terceirizado” a administração das fazendas, e passaram a viver nas cidades. Outros muitos proprietários, apesar de permanecerem na terra, enviavam seus filhos às cidades para que pudessem estudar. Vários destes filhos não retornaram às fazendas, que foram abandonadas ou vendidas às grandes empresas depois da morte dos pais. No município de Buritizeiro, de forma geral, o absenteísmo é um fenômeno que coincide com a expansão do capitalismo-industrial na região – o que não nos permite pensar neste processo como algo que ocorre com certo atraso, mas sim, como um outro processo, contemporâneo e não-linear.

Artur enviava-lhe relatórios, na sua escrita atrapalhada, dizendo coisas da fazenda. Ele respondia em bilhetes curtos, ordens sucintas. Não ligava muito para a fazenda, fora feliz em outros negócios do Rio, soubera empregar o dinheiro herdado, acumulado nos bancos pelo coronel Inácio. O velho não conhecia outro emprego de capital que terras e quando achava que sua fazenda atingira o tamanho desejado, começara a deixar os lucros nos bancos para render. Aureliano empregara esse dinheiro logo que o encontrou à sua disposição. E hoje mais importantes para ele eram os negócios no Rio que a fazenda do sertão, distante e quase esquecida.

[...]

— Que foi Artur? Alguma desgraça? Que sucedeu ao doutor?

A voz de Artur é pesada:

— Vendeu a fazenda...

— Vendeu?

— E diz que é pra despachar todos os colonos. Liquidar as contas de todos, até de Bastião, e mandar embora antes do novo dono chegar...¹⁰⁸

¹⁰⁷ QUEIROZ. *O mandonismo local na vida política brasileira*, p.90.

¹⁰⁸ AMADO. *Seara Vermelha*, p. 44-47.

Com Proclamação da República, em 1889, as províncias se transformaram em estados e o voto foi estendido a uma parcela maior da população. Os modelos de exploração das regiões mantiveram-se praticamente inalterados, com a diferença de que, agora, os latifúndios que, antes empregavam mão-de-obra escrava, passavam a contar com um número maior de colonos – trabalhadores “livres”. Sujeitos aos mandos do patrão, estes colonos – desde que alfabetizados – incorporaram-se à *parentela votante* dos senhores rurais, conformando um numeroso “eleitorado de cabresto”.¹⁰⁹ “O significado das eleições era manter no poder por um *simulacro de legalidade* aqueles que dele tinham conseguido se apossar.”¹¹⁰ Eis as raízes da inquestionável habilidade que, ainda hoje, muitos políticos detém para dissimular seus velhos cabrestos.

Ignorante, quase completamente analfabeto, sem assistência dos poderes públicos, o trabalhador rural, fosse ele colono, ou parceiro, ou pequeno sitiante, só tinha uma pessoa a quem recorrer nos seus apertos: o patrão, o fazendeiro. [...] A extensão do direito de voto às classes populares não tivera, pois, outro efeito senão aumentar o número de eleitores rurais às ordens de determinado mandão político.¹¹¹

O poder se mantinha nas mesmas velhas mãos. O apoio do governo do Estado ao coronel da situação baseava-se em suas chances de derrota ou vitória em relação à oposição – enfatizando que situação e oposição eram definidas por interesses particulares, privados. Mesmo com as restrições das funções municipais vindas com a República, os proprietários rurais não se sentiram de fato lesados. Além disso, os cargos administrativos dos governos estaduais e federais passaram a ser uma nova possibilidade de ascensão social e econômica, uma forma de capilarizar o poder local para esferas maiores.¹¹²

O que de fato virá abalar a *ordem coronelista* é a progressiva entrada de companhias anônimas – ligadas a bancos estrangeiros – no Brasil. A chegada do capitalismo urbano-industrial, moderno, afeta o principal elo estruturante da coesão social que antes possibilitava a manutenção da velha ordem: o *tradicional*

¹⁰⁹ QUEIROZ. *O mandonismo local na vida política brasileira*, p.111-112.

¹¹⁰ QUEIROZ. *O mandonismo local na vida política brasileira*, p.129. Grifo nosso.

¹¹¹ QUEIROZ. *O mandonismo local na vida política brasileira*, p.112-113.

¹¹² QUEIROZ. *O mandonismo local na vida política brasileira*, p.135.

modo *patriarcal e personalista* de negociar foi sendo substituído pela maneira *moderna e impessoal*.¹¹³

A chegada da *nova ordem* no Brasil, assim como nas diversas partes do mundo, não foi simultânea nem homogênea. Como era de se esperar, no Brasil, o primeiro a passar por este processo foi São Paulo, estado que dominava a economia nacional através do café e, por isso, também determinava politicamente as prioridades do país. Se por um lado o Estado representava o interesse dos fazendeiros perante os capitais estrangeiros, a progressiva integração do país às finanças internacionais aumentava os níveis de dependência em relação à economia mundial.¹¹⁴ A adoção de políticas de valorização da economia cafeeira e o papel de mediador entre os interesses dos proprietários paulistas e o mercado internacional construíram a imagem do governo federal como “motor do progresso, um órgão que devia promover e zelar pelo desenvolvimento e bem-estar do país todo”.¹¹⁵ Não era de se espantar que demais regiões do país se sentissem abandonadas diante do protagonismo de São Paulo.

A crise do café, em 1929, caiu como uma luva para os que questionavam os privilégios de São Paulo e para os que defendiam a criação de uma *unidade nacional*, pois, afinal,

se as coisas andavam mal para o resto do Brasil, era porque a excessiva descentralização impedia o governo federal de desempenhar seu papel primordial de protetor e amparo dos mais fracos; dominando o Estado de S. Paulo na política, toda a proteção do governo federal ia somente para São Paulo¹¹⁶.

Esta crise também criou condições para que empresas estrangeiras adquirissem terras, abrindo as portas para a entrada efetiva do capital internacional no país. Os antigos cafeicultores, perdidos em dívidas com os bancos internacionais, ofereciam parcelas de suas propriedades como pagamento. Essa foi a origem das primeiras fortunas industriais e comerciais nas mãos de estrangeiros no Brasil.¹¹⁷

¹¹³ QUEIROZ. *O mandonismo local na vida política brasileira*, p.138.

¹¹⁴ QUEIROZ. *O mandonismo local na vida política brasileira*, p.138.

¹¹⁵ QUEIROZ. *O mandonismo local na vida política brasileira*, p.144.

¹¹⁶ QUEIROZ. *O mandonismo local na vida política brasileira*, p.144.

¹¹⁷ QUEIROZ. *O mandonismo local na vida política brasileira*, p.153-154.

Diante do exposto até então, a linha condutora das reflexões históricas será também referenciada pela presença do sertão. Pensaremos, a partir do sertão mineiro, como foi a chegada efetiva *da lógica moderno-capitalista* e como isso se relaciona a redefinição dos *limites* que apartam o *sertão de dentro* e o *sertão de fora*, assim como o conseqüente deslocamento de sujeitos de ambos os *lados da linha* para o *sertão-fronteira*. Até o momento, a narrativa geral da história do Brasil se justifica pela necessidade de reconhecimento de determinadas condições históricas e políticas a partir de várias escalas. Afinal, como percebemos, a modernidade não chegou de forma igual e simultânea em todas as partes do mundo. Da mesma forma, esta *nova ordem* não se impôs de forma homogênea no sertão, pois os *lugares* sempre tratarão de atribuir especificidades a esses processos. Paredão de Minas, assumidamente, deixou suas marcas na leitura que faremos, pois, afinal, possibilitou que ela fosse repleta de mundo.

3.3) Prenúncio da nova ordem

O colapso da economia mineradora, ainda no período colonial, afetou diretamente o Norte de Minas. Com o rápido esgotamento das reservas aluviais de ouro e diamante e a ineficiência do governo português em reorganizar a atividade utilizando técnicas mais avançadas, a região se deparou com um grande contingente de imigrantes que se fixou e passou a se dedicar às atividades agrícolas essenciais a subsistência. Este colapso, ocorrido já nos anos finais do século XVIII, coincide com a transformação da indústria têxtil – fruto da Primeira Revolução Industrial que marcava profundas alteração nos sistemas produtivos mundiais.¹¹⁸ O aumento do preço do algodão e a propensão das terras sertanejas para a prática da cotonicultura rapidamente tornou a divisa do norte de Minas com o sul da Bahia, uma importante área produtora. Apesar de ser uma atividade comercial voltada para a exportação, segundo Stralen¹¹⁹ e

¹¹⁸ CARDOSO. *A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais*, p. 195.

¹¹⁹ STRALEN. *A capitalização do Campo e as políticas de Saúde: o caso do Norte de Minas*. 1980, p. 10 *apud A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais*, p. 196.

Oliveira¹²⁰, a atividade algodoeira não promoveu grandes transformações nas relações de produção da região.

O desenvolvimento da agricultura no Norte de Minas não contou com o desenvolvimento das forças produtivas, das técnicas agrícolas. Cada minifúndio era um meeiro da produção de algodão e um produtor autônomo de meio de subsistência, com rara capacidade de acumulação e sem investimentos no desenvolvimento de suas habilidades. Isso contribuiu para a passividade da população, e para a falta de organização política. Implantava-se o imobilismo político, de um lado; com o autoritarismo da classe dirigente, de outro. Dessa maneira, o ecológico, o econômico, o social e o político se entrelaçam para produzir o subdesenvolvimento.¹²¹

A produção de algodão foi assimilada pela estrutura agrária preexistente, formada a partir da pecuária extensiva, realizando-se através de culturas pequenas e isoladas – e não sob a forma de “plantations”. É interessante observar que a pecuária continuou a se desenvolver na região mesmo nos períodos de prosperidade da mineração e do algodão.

Apesar de não provocar grandes transformações nos modos de produção, a expansão do algodão propiciou o crescimento de Montes Claros e Pirapora, duas localidades que, no decorrer das décadas que viriam, tornaram-se grandes polos regionais do norte mineiro.¹²² No ano de 1884, em Pirapora – que há pouco tempo não passava de um povoado ribeirinho com apenas 36 casinhas cobertas com palha de buriti –¹²³ seria instalado um depósito de compra de algodão e venda de tecidos da Companhia Cedro Cachoeira. Apesar de Guaicuí apresentar mais infraestrutura e dinamismo econômico, a escolha por Pirapora se deu com base numa *especulação*: era lá o local mais indicado para a passagem da linha férrea Central do Brasil, como de fato ocorreu em 1911.¹²⁴ Quando a linha férrea chegou a Pirapora, esta já era uma cidade próspera.¹²⁵

¹²⁰ OLIVEIRA. A inclusão do Norte de Minas na Área de Atuação da SUDENE. 1993, p. 47 *apud* *A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais*, p. 196.

¹²¹ CARDOSO. *A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais*, p. 119.

¹²² CARDOSO. *A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais*, p. 197.

¹²³ Relato do viajante James Wells in MATA-MACHADO. *História do Sertão Noroeste de Minas Gerais*, p. 123.

¹²⁴ CARDOSO. *A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais*, p. 197-198.

¹²⁵ MATA-MACHADO. *História do Sertão Noroeste de Minas Gerais*, p. 124.

É importante observar como, ao longo do tempo, os meios de transporte influenciaram – e ainda influenciam – diretamente no desenvolvimento de determinadas localidades. No Norte de Minas, quando a principal via de acesso ao sertão era o Rio São Francisco, localidades ribeirinhas como Guaicuí e São Romão desenvolveram-se por serem estratégicas para trocas comerciais. Com a chegada das ferrovias, outras localidades – como é o caso de Montes Claros – passaram a crescer de acordo com a proximidade que mantinham com as linhas férreas, assim como, posteriormente, aconteceria com as cidades atendidas por rodovias pavimentadas e bem estruturadas. A ferrovia, especificamente, marca o início do rompimento da condição de isolamento do sertão e prenuncia a chegada da *nova ordem, moderno-capitalista*, que modificaria intensamente os modos de produção e de vida das populações locais.

Figura 11 – Cavalgada de São Sebastião.



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

Levanto de madrugada
Ao cantar do galo
Passo meu café caseiro
Arreio meu cavalo
Saio rumo a internada
Olhar o cuiabano
Essa vida de vaqueiro
Oh vida que eu amo!

Meu filho tirando leite
Ficou no curral
O moleque tem dez anos
E já doma animal
Sinto o cheiro do franguinho
Lá do Lagoão
Minha patroa pra almoçar
Me espera no portão.

Chegando o fim de semana
A filha do José vai casar
E ouço o som do cravinote
Para anunciar
Meu barraco fica perto
Da velha vereda
E a casinha do compadre
Do lado de lá.

A cavalgada percorrendo
Por todo sertão
Saindo de Buritizeiro
Rumo a Paredão
Me lembro as festas de rodeio
De tempos atrás
Momentos bons de Paredão
Que não voltam jamais. ¹²⁶

¹²⁶ *Paredão nosso de cada dia.* Autor: Sebastião da França, filho de Paredão de Minas.

4) Promessas da modernidade

Seo Assis Wababa oxente se prazia, aquela noite, com o que o Vupes noticiava: que em breves tempos os trilhos do trem-de-ferro se armavam de chegar até lá, o Curralinho então se destinava ser lugar comercial de todo valor. Seo Assis Wababa se engordava concordando, trouxe canjirão de vinho. Me alembro: eu entrei no que imaginei – na ilusõzinha de que para mim também estava tudo assim resolvido, o progresso moderno: e que eu me representava ali rico, estabelecido. Mesmo vi como seria bom, se fosse verdade.¹²⁷

4.1) Nostalgia vacilante

A nostalgia dos filhos de Paredão de Minas vacila entre o que o lugar foi, e o que ele poderia ter sido. Esse sentimento revela parte das contradições e ambiguidades dos sujeitos que habitam este *sertão-fronteira*.

Paredão de Minas foi um vilarejo central na vida econômica, social e política de sua região. Chegou a contar, no início do século XX, com mais de 600 moradores,¹²⁸ além de absorver um grande fluxo de residentes das fazendas do entorno que se direcionavam ao vilarejo para ter acesso a comércios, à igreja, à escola, cartório, correio, participar de festividades, dentre outras atividades da vida social. As sedes das fazendas do entorno também eram bem estruturadas, muitas contavam com escolas, balsas, engenhos, casas de farinha, rapadura e queijo, currais, capelas, dentre outros elementos que viabilizam os sistemas econômicos e as estruturas sociais fechadas em que viviam as populações. Segundo relatos dos moradores, tanto por sua infraestrutura quanto por sua idade, Paredão de Minas tinha tudo para ter se tornado cidade antes mesmo do atual distrito sede do município de Buritizeiro. Por que não se tornou?

A *promessa da modernidade* foi feita a Paredão em diferentes momentos. Em 1911, os planos do engenheiro Paulo Frontin revelam a intenção do prolongamento dos trilhos da *Central do Brasil* – que já se encontrava construída até Pirapora – passando pela área da futura capital da República – Brasília – a

¹²⁷ ROSA. *Grande Sertão: Veredas*, p.169.

¹²⁸ Pode não parecer um número considerável de habitantes. Entretanto, se levarmos em conta a localização geográfica de Paredão, assim como sua condição de isolamento e o povoamento disperso característico da região, este número de habitantes não era desprezível para um vilarejo.

Belém do Pará. De acordo com as descrições do Relatório da EFCB – Estrada de Ferro Central do Brasil,¹²⁹ esta linha passaria por Paredão de Minas, o que prometia romper o isolamento do pequeno vilarejo ao ligá-lo diretamente à capital do país. Este projeto fez parte dos *planos de integração do território nacional*. Entretanto, por ser pensado dentro do Plano da Borracha – plano que visava a valorização e a integração das atividades seringueiras da Região Norte do país à economia nacional –, foi abortado com o argumento de não ser, naquele momento, algo factível ou prioritário por parte do governo.¹³⁰ O deputado amazonense Luciano Pereira se posicionou contra o argumento de inviabilidade do plano tocando exatamente na questão que abordamos no último capítulo: os interesses dos proprietários da região economicamente mais lucrativa do Brasil sendo confundidos com os interesses gerais da nação.

Se em vez de beneficiar o Norte a lei fosse em benefício do Sul, estou certo que o nobre senador nada tinha a opor-lhe, achando talvez s. ex^a ainda poucas as medidas nela configuradas. É por motivos iguais a este que se diz ter sido até hoje a União mãe para o Sul e madrasta para o Norte. O governo quis fazer exceção a esta praxe odiosa e s. ex^a acha que ela ainda deve perdurar por mais tempo.¹³¹

O projeto da Transbrasilândia – prolongamento da Central do Brasil de Pirapora (MG) até Belém (PA) – foi retomado pelo governo do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). As obras de terraplanagem avançaram até Paredão de Minas, mas os trilhos nunca foram lançados. O trecho Pirapora-Brasília recebeu nova atenção durante as primeiras visitas dos engenheiros responsáveis pela construção da nova capital.

A linha, ao cruzar o rio, seguiria para o norte via Formosa e teria um ramal para Patos [...]. Com base em cartas de navegação da USAF dos anos 40, vê-se que a linha foi aberta até um lugar denominado Paredão de Minas. Em Pirapora, entrevistei pessoas que me garantiram que a linha foi estendida até lá. Alguns pilotos também dizem isto. O fato é que não encontrei documentos da Central sobre a operação da linha, apenas da construção.¹³²

¹²⁹ CAVALCANTI. *Ferrovias Pirapora-Brasília*.

¹³⁰ Deste projeto, concretizou-se somente a construção da ponte Marechal Hermes sobre o rio São Francisco, a jusante da cachoeira de Pirapora, considerada durante muitos anos a maior ponte metálica do Brasil.

¹³¹ BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*.

¹³² REZENDE. *Estações Ferroviárias do Brasil (1922-1930)*.

Figura 12 – Mapa da Rede Ferroviária Federal (apenas os traçados da Novacap). Círculo vermelho indicando Paredão de Minas (marcação da autora).



Fonte: Revista Ferroviária, 1959. José Emílio Buzelin (SPMT) / Pesquisa e digitalização: Chris R.¹³³

Assim como Pedro Paulo Rezende, entrevistei moradores de Paredão que se recordam das obras. Ainda é possível identificar na paisagem os trabalhos de terraplanagem nas proximidades da foz do córrego Banguê, em Paredão de Minas. A promessa de uma obra desse porte povoou o imaginário dos moradores de Paredão com as ideias do *desenvolvimento* e do *progresso*.

Apesar das expectativas, o atraso dos projetos ferroviários diante da rápida construção de Brasília – já no governo de Juscelino Kubitschek (1956 a 1961) –, aliada às novas políticas nacionais de transporte que visavam a priorização dos *sistemas rodoviários*, resultaram na estagnação definitiva de vários ramais que se encontravam em fase de construção, incluindo a Transbrasilândia, além da desativação de várias linhas já consolidadas.

¹³³ Extraído de: BRAZILIA.JOB. Revista Ferroviária: ferrovias para Brasília – 1956-1959.

Figura 13 – Ponte Marechal Hermes, sobre o Rio São Francisco. Buritizeiro/Pirapora.



Fonte: Acervo pessoal, 2017.

Ponta de areia, ponto final
Da Bahia à Minas, estrada natural
Que ligava Minas ao porto, ao mar
Caminho do ferro mandaram arrancar
Velho maquinista com seu boné
Lembra o povo alegre que vinha cortejar
Maria Fumaça, não canta mais
Para moças, flores, janelas e quintais
Na praça vazia, um grito um ai
Casas esquecidas, viúvas nos portais.¹³⁴

¹³⁴ NASCIMENTO; BRANT. *Ponta de areia*.

Outro acontecimento, que também se relaciona às *promessas da modernidade* e à *nostalgia* dos moradores locais, foi a gravação da minissérie *Grande Sertão: Veredas*, produzida pela Rede Globo, em Paredão de Minas. Em 1985, durante 90 dias, cerca de 2.000 pessoas – dentre estas, moradores da região e equipe de produção – foram mobilizadas para a gravação da minissérie. À época, foi construído um campo de aviação em uma fazenda próxima, instalou-se a primeira linha telefônica, geradores, e três anos após a gravação, seria instalada a rede elétrica. Os moradores relatam que o fluxo de pessoas foi o maior que Paredão já viu. Os moradores locais, assim como os agregados que viviam nas fazendas, foram contratados para atuarem como figurantes.

Até nossas galinhas eles alugavam pra aparecer no filme! No fim do dia, formava aquela fila de gente pra receber. Eles não pagavam pouco não, e era em dinheiro mesmo. Aquele mundo de arma que eles entregavam pra gente, mas tudo sem munição, algumas nem funcionavam, e no final do dia tinha que devolver. Achava estranho eram as roupas. Aquilo era roupa de sertanejo da Bahia, aqui em Minas é diferente.¹³⁵

Os moradores mais velhos contam sobre as conversas que tiveram com Tony Ramos – ator que interpretou o personagem Riobaldo – e sobre as cenas nas margens do Rio do Sono para gravação da batalha final do romance. Bruna Lombardi – atriz que interpretou Diadorim – talvez nem saiba, mas ganhou uma cachoeira: Cachoeira da Bruna, também conhecida como Ponte Pedra. Nesta cachoeira foi gravada a cena onde Diadorim se banha nua no Rio do Sono. As narrativas dos moradores sobre essa cena são divertidíssimas: “Pelada, você acredita?! Com um monte de gente filmando! A gente até tentou ver, mas o povo da Globo não deixava.”¹³⁶

Para Paredão, a minissérie foi a esperança de que, finalmente, o pequeno vilarejo sairia da invisibilidade. De fato, Paredão entrou na casa de muitos brasileiros, mas poucos telespectadores sabiam sobre aquele “cenário” e quem eram aqueles “intérpretes”. A Rede Globo nunca voltou, e os amigos que os moradores julgavam ter conquistado nessa época, também não. Alguns moradores que atuaram nas filmagens faleceram sem nunca terem visto a minissérie. Os poucos que viram ficaram felizes quando reconheceram seus

¹³⁵ Relato de morador de Paredão de Minas. Diário de Campo.

¹³⁶ Relato de morador de Paredão de Minas. Diário de Campo.

avós e tios. É interessante perceber como os moradores locais associam a relativa visibilidade de Paredão mais à minissérie do que ao livro *Grande Sertão: veredas*. Muitos não sabem que o autor do romance é João Guimarães Rosa e, muito menos, que o livro é consagrado internacionalmente.

Desde essa época, e mais intensamente nos últimos 10 anos, o distrito de Paredão recebe a visita de turistas que chegam tendo como principal referência a *literatura rosiana*. Porém, a presença destes visitantes não chega a conformar um fluxo turístico. Mesmo sem terem lido o romance, ao compreender o interesse dos visitantes, os moradores passaram a incorporar elementos e passagens de *Grande Sertão: veredas*, e da própria gravação da minissérie, em seus diálogos com os que chegam: levam os turistas até a Cachoeira da Bruna, ao cemitério onde Diadorim foi enterrada, ao local da batalha final e mostram a casa onde Tony Ramos ficou hospedado. Além disso, curiosamente, as histórias do lugar se misturam a trama do romance. Alguns moradores, por exemplo, contam sobre uma mulher que, segundo eles, vivia em uma fazenda próxima ao vilarejo de Paredão e se travestia de homem. Se João Guimarães Rosa teve esta história como referência, ou se parte do romance foi incorporado pelos sujeitos a ponto de se transformar em uma história local, não se sabe. É um belo mistério.

Diante disso, penso que a literatura rosiana, em certa medida, tem sido incorporada e resignificada pela cultura local. Contudo, é muito importante pensarmos de que forma essa *fronteira intercultural* tem se movimentado – o que será feito no subcapítulo *A literatura de Guimarães Rosa no sertão mineiro*.

4.2) Políticas desenvolvimentistas: ordem e progresso

No período de 1930 a 1945, anos de grande incentivo do Governo brasileiro à indústria nacional, era alarmante a disparidade regional entre o Nordeste e o Centro-Sul do país.¹³⁷ A indústria têxtil nordestina, apesar de ter impulsionado o desenvolvimento de determinadas localidades da região, não conseguia competir nacionalmente com o mercado Centro-Sul. Além disso, o setor agropecuário – segundo pesquisa realizada por Silva e Lima – passava por

¹³⁷ SILVA. Sertão Norte: área do Sistema Gado-Algodão, p. 53 *apud* CARDOSO. *A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais*, p. 208.

uma reestruturação na divisão inter-regional do trabalho¹³⁸: “naquele contexto econômico emergente, as atividades agropecuárias tendiam a ser transferidas daquela Região para outras, a exemplo do Nordeste e do Sul, regiões que tanto ampliavam quanto criavam novas fronteiras agrícolas”¹³⁹. As disparidades entre as regiões, além de repercutir no crescimento do país como um todo, era vista por muitos como uma ameaça à *união nacional*.

Foram motivações desta natureza que fizeram com que o Governo Federal passasse a adotar uma postura assumidamente *intervencionista* no Nordeste do País. Esta postura sustentava-se, principalmente, na ideia de que os problemas do Nordeste poderiam ser resolvidos à medida que a região se integrasse às economias mais dinâmicas do país, ou seja, à economia do Centro-Sul.¹⁴⁰ No início do século XIX, algumas medidas já haviam sido tomadas para mitigar os impactos da seca no Nordeste. Estas medidas, inicialmente pontuais, passaram a ser incorporadas nos planos regionais – inclusive pela SUDENE – e consubstanciaram o que Darcy Ribeiro chama de “Indústria da Seca”,¹⁴¹ como abordaremos mais adiante.

A SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste,¹⁴² autarquia fundada em 1959 pelo governo do presidente Juscelino Kubitschek, marca a chegada efetiva do *discurso do desenvolvimento, da ordem e do progresso* no Norte de Minas e demais regiões do nordeste brasileiro inseridas em sua área de atuação.¹⁴³ Segundo o economista José Maria Alves Cardoso, existem várias especulações de cunho político a respeito da inclusão do norte de Minas na área de atuação da SUDENE. Porém, o argumento oficial seria o de que, devido as semelhanças – físicas, econômicas, culturais e sociais – da porção norte de Minas que conformava o Polígono das Secas com o Nordeste,

¹³⁸ SILVA. *Sertão Norte: área do Sistema Gado-Algodão*.

¹³⁹ CARDOSO. *A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais*, p. 209.

¹⁴⁰ CARDOSO. *A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais*, p. 210.

¹⁴¹ RIBEIRO. *O povo brasileiro*, p. 348.

¹⁴² Lei 3.692, regulamentada pelo Decreto nº47.890/60.

¹⁴³ “A autarquia teria como áreas de atuação os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, além do Polígono das Secas de Minas Gerais.” O Polígono das Secas de Minas Gerais passou a ser considerado área nordestina no ano de 1963 (Lei nº4.239). CARDOSO. *A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais*, p. 217-218.

esta deveria ser considerada, a fins de planejamento regional, como Região Nordeste do país.

Esta Região mineira, desde o isolamento por que passou no decorrer do ciclo aurífero [...], vinha apresentando uma realidade econômica bastante peculiar onde reforçavam-se tanto as suas relações intra-regionais quanto as inter-regionais, especialmente aquelas praticadas com outras regiões, que não as mais dinâmicas do País.¹⁴⁴

À época, a expansão da rede ferroviária e rodoviária já havia rompido parte do isolamento da região, mas consideramos as políticas e propostas viabilizadas pela SUDENE o principal marco da expansão da *lógica moderno-capitalista* no sertão mineiro.

Figura 14 – Área de atuação da SUDENE em Minas Gerais.



Fonte: IBGE, 2013. MI, 2005.¹⁴⁵

Em parceria com o economista Celso Furtado, a SUDENE foi pensada para atender as políticas desenvolvimentistas do governo que prometia *50 anos em 5*. Sob o argumento da diminuição das desigualdades regionais brasileiras,

¹⁴⁴ CARDOSO. A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais, p.211.

¹⁴⁵ Extraído de: SUDENE. Mapas. Área de atuação da SUDENE em Minas Gerais. Disponível em: <<http://sudene.gov.br/dados-abertos/58-paginas/678-mapas>> Acesso em 22 de novembro de 2018.

a SUDENE passou a atuar como o principal órgão de fomento à instalação de empresas privadas na região, de incentivos para modernização das fazendas já existentes, de isenção de “quaisquer impostos e taxas a importação de equipamentos destinados ao Nordeste – considerados preferencialmente os das indústrias de base e de alimentação [...]”,¹⁴⁶ assim como na promoção de desapropriações por “necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social”.¹⁴⁷

A aquisição de novas terras na região se mostrava extremamente interessante para a burguesia urbana e empresas transnacionais, pois, afinal, o contexto da época era: um país novo em processo de ocupação, altas taxas inflacionárias, fácil acesso a crédito para atividades rurais e mão de obra barata.¹⁴⁸ A aquisição de terras era interessante não somente para a exploração produtiva, mas também a nível de especulação, pois passava por um processo de valorização como reserva de capital.

Segundo Klemens Laschefski, nesse período, observa-se na região processos oriundos dos modos de produção urbano-industrial que fizeram do Norte de Minas uma região fornecedora de matéria prima e energia destinada aos complexo industriais metalúrgicos e siderúrgicos, como os implantados em Pirapora, Várzea da Palma e na Região Metropolitana de Belo Horizonte.¹⁴⁹ Ainda de acordo com o autor, a partir de uma concepção abstrata e economicista do espaço, os programas do estado de Minas Gerais e do governo federal tentaram promover o desenvolvimento através da demarcação e da regularização da propriedade das terras com o objetivo de vendê-las aos investidores privados, ou disponibilizá-las na forma de concessão para atividades produtivas em terras devolutas ou públicas. Esta apropriação de terras devolutas – legitimada por medidas governamentais – desencadeou diversas expropriações de famílias de pequenos produtores, o que demonstra a insensibilidade e o descaso dos órgãos governamentais em relação a questão fundiária da região.

¹⁴⁶ BRASIL. Artigo 18 da Lei Nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959.

¹⁴⁷ BRASIL. Artigo 16 da Lei Nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959.

¹⁴⁸ ANDRADE. Industrialização e Incentivo Fiscal: Minas Gerais no Período 1970/1977, p.385-460 *apud* CARDOSO. A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais, p.309.

¹⁴⁹ LASCHEFSKI. Licenciamento e equidade ambiental: as racionalidades distintas de apropriação do ambiente por grupos subalternos, p. 21- 59.

No caso específico do Norte de Minas, além destas vantagens, os investidores tinham, especialmente a partir da década de 1960, a possibilidade de desfrutar de incentivos fiscais e creditícios propiciados pela SUDENE a projetos envolvendo grandes extensões territoriais, ligados à atividade agropecuária e de reflorestamento. Por isso mesmo, não só na área das invernadas, mas na Região norte-mineira como um todo, a excelente oportunidade de investimento representada pelas aquisições de terras, fez com que a demanda pelas mesmas se aquecesse.¹⁵⁰

Estudos realizados ainda na década de 1980 detectavam e previam as consequências das deficiências dos programas regionais que adotam incentivos de investimento. Estes programas criaram uma disponibilidade de *capital de risco* atrativo para suas áreas prioritárias, mas, simultaneamente, atribuíram a *posse deste capital* e das *rendas futuras* que ele geraria às *empresas já existentes* no país.¹⁵¹ Novamente, reafirma-se a grande habilidade dos *donos do poder* em se manter como tais.

Cerca de 50% destes estímulos são usufruídos por empresas localizadas em São Paulo (que corresponde à 8ª Região Fiscal), 75% pelas sediadas na região Sudeste e 90% pelas situadas nas regiões Sudeste e Sul. Portanto, o capital investido no Norte e Nordeste em decorrência do gozo de benefícios fiscais, e conseqüentemente o lucro por ele gerado, *pertence quase integralmente a empresas sediadas nas regiões mais desenvolvidas do país*. [...] Deste modo, ainda que se mostre que os incentivos fiscais são de vital importância para o crescimento da capacidade produtiva das regiões Norte e Nordeste, pode-se concluir que o objetivo último dos mesmos – reduzir as disparidades regionais de renda – não é atingido: *a renda ali criada é em grande parte exportada para outras regiões*. Mesmo que os lucros fossem reinvestidos, estes benefícios fiscais teriam o efeito de *concentrar a riqueza e as rendas futuras nas regiões mais desenvolvidas do país*, alcançando-se a antítese do que se almeja.¹⁵²

Enquanto as deduções para investimentos promoviam a *concentração de renda* e acentuavam as disparidades regionais, as isenções e reduções criavam atrativos para a entrada de capital nestes setores e regiões, ao mesmo tempo em que incentivavam a escolha de “técnicas mais intensivas em capital entre as disponíveis para a produção em um dado setor, bem como, no caso dos incentivos regionais, a desenvolver a produção de setores que utilizem com mais

¹⁵⁰ CARDOSO. A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais, p. 227.

¹⁵¹ VARSANO. *Os incentivos fiscais do imposto de renda das empresas*, p. 123-124.

¹⁵² VARSANO. *Os incentivos fiscais do imposto de renda das empresas*, p. 123-125. Grifos nosso.

intensidade este fator.”¹⁵³ Como é característico dos empreendimentos de *capital intensivo*,¹⁵⁴ a criação de postos de trabalho foi necessariamente pequena.

Entre os anos de 1968 e 1975, além da metade do valor das deduções para investimentos do Governo ser direcionada à área da Sudene, houve uma relevante “participação das atividades de florestamento e reflorestamento na captação de recursos provenientes de incentivos fiscais”¹⁵⁵. Darcy Ribeiro nos recorda que, além das políticas de incentivos fiscais, altos investimentos foram realizados sob o argumento de combate à seca, redução da miséria e apoio aos pequenos proprietários, o que originou uma verdadeira “indústria da seca”. Porém, assim como os incentivos fiscais, estas políticas pouco beneficiaram os pequenos produtores.

Assim, a ordem oligárquica, que monopolizara a terra pela outorga das sesmarias durante a época colonial, continua conduzindo, segundo seus interesses, as relações com o poder público, conseguindo, por fim, colocar até mesmo as secas a seu serviço e fazer delas um negócio. Cada seca, e por vezes a simples ameaça de uma estiagem, transforma-se numa operação política que, em nome do socorro dos flagelados, carrega vultuosas verbas para a abertura de estradas e, sobretudo, criação de açudes nos criatórios.¹⁵⁶

O Estado – ente distante e abstrato para o povo sertanejo – se apresenta já de braços dados com o capitalismo-industrial. Uma porção do interior do país passaria, então, a ser “integrada às margens” da economia mundial. Como relembra Cardoso, alguns pesquisadores – assim como nós – entendem que esta intensificação das relações capitalistas representou uma *segunda fase da colonização* da região: durante a primeira fase, as sesmarias e as armas de fogo foram os principais instrumentos. Já na segunda, os incentivos da SUDENE, os estímulos ao reflorestamento e a irrigação pública e privada foram os principais mecanismos de dominação.¹⁵⁷

Deste modo, imensos recursos aplicados com alto padrão técnico e moral beneficiaram o Nordeste, produzindo, porém, efeitos sociais

¹⁵³ VARSANO. *Os incentivos fiscais do imposto de renda das empresas*, p.122.

¹⁵⁴ Empreendimentos de *capital intensivo* requerem uma grande quantidade de investimento inicial, apresentando mais riscos. Tais empreendimentos funcionam com economias de escala, ou seja, organizam-se visando a máxima utilização dos fatores produtivos e procura, como resultado, baixos custos de produção e o incremento de bens e serviços.

¹⁵⁵ VARSANO. *Os incentivos fiscais do imposto de renda das empresas*, p. 119.

¹⁵⁶ RIBEIRO. *O povo brasileiro*, p. 348-349.

¹⁵⁷ CARDOSO. *A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais*, p. 231.

muito menores do que uma parcela dos mesmos investimentos permitiria alcançar, se se pudesse reordenar o regime de propriedade da terra. Todos os fatores institucionais decisivos permaneceram, assim, sob a guarda de poderosas forças políticas, cujos interesses são opostos aos da população sertaneja, mas cujo domínio sobre a estrutura do poder é hegemônico.¹⁵⁸

Apesar das intensas modificações pelas quais passaram a economia e os modos de produção, no decorrer das décadas de 60 e 70, é importante frisar que várias características da vida política se mantiveram, especialmente aquelas ligadas ao poderio dos mandões locais do sertão. Segundo a socióloga Dione Moraes, a atuação modernizadora do Estado não significou a ruptura com o poder local/regional: o que ocorreu foi a reestruturação institucional do poder através das novas alianças forjadas entre o poder local e os novos capitais – principalmente do centro-sul – que ingressavam na região.¹⁵⁹ Os donos do poder que, ao perceberem as mudanças, conseguiram abrir mão de certos tradicionalismos para se adaptarem ao novo modo *moderno-capitalista* que se impunha às relações econômicas, sociais e políticas, conseguiram reafirmar suas condições enquanto *homens definitivos*. Nesta nova concepção, além dos novos empresários que se direcionaram ao sertão, os fazendeiros locais mais “sagazes” transformaram suas fazendas em empresas rurais, ou seja, em prol do progresso e do desenvolvimento da região, agiam “positivamente para ampliar o lucro sobre o capital”,¹⁶⁰ fazendo “vista grossa” para todas as problemáticas relacionadas à estrutura fundiária e às relações de trabalho.¹⁶¹ Como afirma Carlos Walter-Porto Gonçalves, “a fatia de poder da velha oligarquia latifundiária, que se adapta com facilidade às novas circunstâncias, permanece intocada”¹⁶².

Por aí, vi que ele era adiantado e sagaz. Porque: ema, no chapadão, é a primeira que ouve e se sacode e corre – e mesmo em quando tenha razão.¹⁶³

¹⁵⁸ RIBEIRO. *O povo brasileiro*, p. 350.

¹⁵⁹ MORAES. Organizações Não Governamentais e Campesinato: Novas Alianças Políticas no Campo Tecnológico, p. 84 *apud* CARDOSO. A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais, p. 235.

¹⁶⁰ AUGUSTO. A Intervenção do Estado na Região Norte de Minas Gerais, p. 7 *apud* CARDOSO. A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais, p. 238.

¹⁶¹ CARDOSO. A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais, p. 238.

¹⁶² GONÇALVES. Formação sócio espacial e questão ambiental no Brasil, p. 319.

¹⁶³ ROSA. *Grande Sertão: veredas*, p. 586.

De forma geral, os empreendimentos instalados por meio dos incentivos fiscais e financeiros na região não se preocuparam em se adequar ao contexto socioeconômico desta. Além de criar poucos postos de trabalho – sendo muitos destes ocupados por pessoas de origem extra-regional – muitas das atividades implantadas não utilizavam matéria-prima proveniente da região em que estavam, e destinavam sua produção a um mercado também externo.¹⁶⁴

Minas Gerais é o estado brasileiro recordista na produção de eucalipto, empregado principalmente como fonte energética destinada às indústrias siderúrgicas localizadas na região Centro-Sul do país.¹⁶⁵ Por sua vez – de acordo com dados *Anuário Estatístico de 2016* da SINDIFER –, grande parte da matéria prima produzida no Brasil é exportada.¹⁶⁶

O Estado de Minas Gerais segue apresentando a maior área de espécies florestais plantadas do País, com quase 2 milhões de hectares, sendo sua quase totalidade de eucalipto, [e] segue como destaque na produção de carvão vegetal no País, apresentando em 2017 valor de produção de R\$ 2,1 bilhões, crescimento de 7,4%.¹⁶⁷

¹⁶⁴ CARDOSO. A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais, p. 303.

¹⁶⁵ IPEA. *Anuário estatístico 2013 ano base 2012*.

¹⁶⁶ SINDIFER. *Anuário Estatístico de 2016*.

¹⁶⁷ IBGE. *PEVIS - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2017*, p. 4-5.

Tabela 1 – Exportações de ferro-gusa produzido com carvão vegetal (Quantidade (t) x Faturamento)

Ano	Brasil (inclui MG)		Minas Gerais	
	Quantidade (t)	US\$ 10 ³ FOB	Quantidade (t)	US\$ 10 ³ FOB
2005	6.710.373,00	1.810.414,98	3.269.054,00	925.489,85
2006	6.037.885,00	1.637.332,70	2.207.965,00	629.992,74
2007	5.924.063,00	1.865.017,72	2.121.144,00	668.592,94
2008	6.299.060,00	3.144.982,40	2.390.744,00	1.273.121,14
2009	3.052.073,00	1.089.647,93	985.459,60	344.156,49
2010	2.308.936,90	971.091,30	690.266,50	308.654,13
2011	3.230.012,40	1.598.803,96	1.016.326,20	519.879,48
2012	3.014.201,30	1.344.593,52	788.015,30	379.243,49
2013	2.691.786,70	1.068.557,02	859.105,50	351.394,84
2014	2.588.316,30	1.031.245,90	972.316,00	394.442,04
2015	2.751.557,00	772.993,65	1.245.657,90	380.115,38
2016	2.177.718,00	523.670,18	1.115.349,00	275.551,80

Fonte: Empresas/SINDIFER/MDIC.¹⁶⁸

O município de Buritizeiro é destaque na atividade de silvicultura e produção de carvão vegetal. Além da proximidade com Pirapora e Várzea da Palma – dois municípios que abrigam grandes complexos industriais siderúrgicos – a proximidade física com a região Centro-Sul também se apresenta como um dos fatores que fizeram do município a porta de entrada da expansão da *fronteira agrícola* no Norte de Minas. De acordo com dados do *Instituto Brasileiro de Defesa Florestal* (IBDF) e do *Censo Agropecuário de 1985*, neste mesmo ano Buritizeiro já contava com a maior área reflorestada entre os municípios do norte mineiro, como mostra José Maria Alves Cardoso na tabela que segue.¹⁶⁹

¹⁶⁸ Extraído de: SINDIFER. *Anuário Estatístico de 2016*.

¹⁶⁹ CARDOSO. A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais, p. 292-293.

Tabela 2 – Expansão da área de reflorestamento do Norte de Minas. De 1975 a 1985.

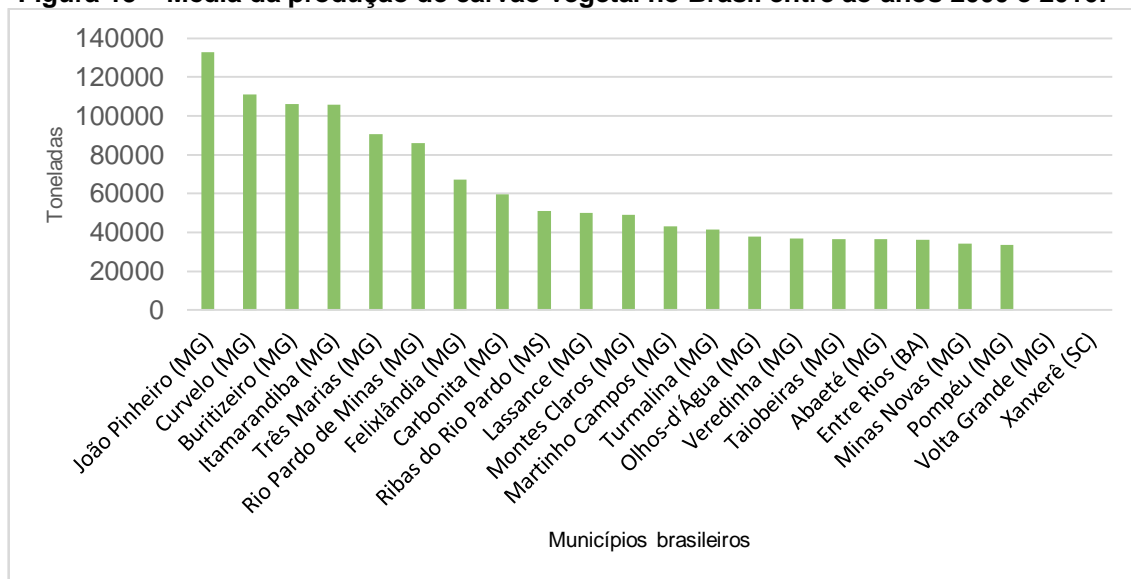
Município	Área total (ha)	Área reflorestada		Proporção da área reflorestada 1985/área do município (%)
		1975	1985	
Águas Vermelhas	156.549	-	8.191,49	5
Bocaiúva	309.610	6.484	46.385,17	15
Botumirim	97.626	-	9.657,83	10
Buritizeiro	567.809	24.211	169.375,29	30
Claro dos Porções	63.903	-	3448,96	5
Francisco Dumont	76.545	-	7194,25	9
Grão Mogol	270.425	15.223	65.207,46	24
Itacambira	68.122	2.527	19.737,10	29
Januária	705.530	-	127.929,59	18
Jequitaiá	89.866	4.406	11.521,08	13
Lassance	107.935	7.640	47.614,15	44
Monte Azul	321.469	-	7.277,76	2
Montes Claros	236.143	-	3.800,00	1
Riacho dos Machados	87.347	-	7.973,57	9
Rio Pardo de Minas	247.226	3.004	89.743,23	36
Salinas	247.127	-	10.681,62	4
São Francisco	583.325	-	54.309,18	9
São João do Paraíso	232.790	1.967	69.375,11	30
Taioberas	108.019	-	20.333,84	19
Várzea da Palma	186.231	3.978	39.726,92	21
Outros		1.457	4.591,54	
Total		70.898	868.075,14	

Fonte: Instituto Brasileiro de Defesa Florestal (IBDF); IBGE. Censo Agropecuário 1985.¹⁷⁰

Não somente Buritizeiro, como também Três Marias, João Pinheiro, Itamarandiba e Curvelo – assim como alguns municípios do Vale do Jequitinhonha – são destaque na produção de carvão vegetal. De acordo com a tabela que segue – considerando todo o território nacional – os municípios de Minas Gerais foram responsáveis pelas maiores produções de carvão vegetal entre os anos de 2000 e 2016.

¹⁷⁰ Extraído de: CARDOSO. A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais, p. 292-293.

Figura 15 – Média da produção de carvão vegetal no Brasil entre os anos 2000 e 2016.¹⁷¹



Fonte: IBGE. Séries históricas e estatísticas. *Censo Agropecuário 1920/2006*. Elaboração da autora.

Além da proximidade física com a região Centro-Sul, da grande disponibilidade de terras acessíveis às operações mecanizadas, da inoperante legislação trabalhista rural,¹⁷² da existência de mão de obra barata e dos incentivos governamentais direcionados ao Norte de Minas, como já abordado, o “desconhecimento” quanto a importância ecológica da grande biodiversidade do cerrado também é um dos fatores que se relaciona *expansão da fronteira agrícola* exatamente nesta região. “Desconhecimento” entre aspas porque, em grande medida, a imagem da seca e da pobreza apregoada ao cerrado e seus povos foram oportunamente construídas para justificar a degradação deste bioma e reafirmar a invisibilidade das comunidades locais. Como afirma Carlos Walter-Porto Gonçalves:

O cerrado, segundo bioma brasileiro em extensão territorial, tem sido objeto da mais intensa degradação, notavelmente em Minas Gerais, onde [...] prossegue acelerado o desmatamento para abastecer de carvão vegetal as siderurgias da região. O desequilíbrio hidrológico pode ser constatado pelos inúmeros rios que se tornaram temporários. A reduzida atenção que vem sendo dada aos impactos ambientais provocados nas áreas de cerrado precisa ser revertida com urgência,

¹⁷¹ Os dados incluem as quantidades de carvão vegetal produzidos com madeira nativa e eucalipto (madeira reflorestada).

¹⁷² CARDOSO. *A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais*, p. 273.

levando-se em conta, no mínimo, a importância desse bioma para a dinâmica das mais importantes bacias hidrográficas brasileiras.”¹⁷³

No Brasil, o reflorestamento com eucalipto e pinus é uma prática comumente tida como “sustentável”, uma vez que, de forma rasteira, é vendida como uma grande alternativa ao consumo de madeira advinda das florestas nativas.

Com uma área de 7,84 milhões de hectares de reflorestamento, o setor brasileiro de árvores plantadas é responsável por 91% de toda a madeira produzida para fins industriais e 6,2% do PIB Industrial no País e, também, é um dos segmentos com maior potencial de contribuição para a construção de uma economia verde.¹⁷⁴

Porém, como analisado pela EMBRAPA, apesar do consumo de carvão originário de florestas plantadas ter saltado de 2,8 milhões de MDC¹⁷⁵ em 1980, para 19,2 milhões de MDC em 2005, houve também o aumento no consumo de carvão vegetal de origem nativa, que passou de 16,9 milhões de MDC em 2005 para 18,8 milhões de MDC em 2005.¹⁷⁶ Estes dados mostram que a prática do reflorestamento com eucalipto e pinus não necessariamente diminuiu o uso da madeira nativa destinada a produção de carvão vegetal. No período analisado, o grande aumento da demanda por produção de carvão – diretamente relacionado ao crescimento industrial – resultou não só na degradação gerada pelas grandes monoculturas de espécies estrangeiras, como na supressão de madeira nativa.

As paisagens do norte mineiro denunciam a devastação. Na região de João Pinheiro, Paracatu e Santa Fé o cerrado abre espaço para os canaviais; mais ao norte, em Chapada Gaúcha, Arinos e Unaí, as monoculturas de soja margeiam as estradas; em Buritizeiro, Curvelo, Três Marias, Várzea da Palma e Lassance os eucaliptais formam grandes desertos verdes. Além disso, existem as mineradoras, as empresas extratoras de gás natural, as barragens e pivôs centrais que pouco beneficiam as comunidades locais. O desenvolvimento

¹⁷³ GONÇALVES. Formação sócio espacial e questão ambiental no Brasil, p. 327.

¹⁷⁴ IBÁ. *Relatório IBÁ 2017 ano base 2016* (carta ao leitor).

¹⁷⁵ MDC – Metro de Carvão: unidade de medida equivalente à quantidade de carvão que pode ser contida em um metro cúbico.

¹⁷⁶ EMBRAPA. *Panorama Atual da Produção de Carvão Vegetal no Brasil e no Cerrado (2007)*, p. 16.

chega, mas não da forma como foi prometida aos sertanejos. O relato do morador de Paredão de Minas retrata como, a partir do lugar, essas políticas foram percebidas:

[O senhor cria animais, tem plantação?]

Hoje as coisas aqui estão se complicando, a gente não planta mais igual plantava, mas aqui nós já vivemos do sustento de Paredão. Agora a maioria das coisas são compradas na cidade, inclusive o leite e os ovos, entendeu? Porque nunca imaginei que ia chegar a este ponto, de você trazer ovos da cidade, o leite.

[Porque o senhor acha que o pessoal foi parando de plantar, de cultivar e começou a comprar?]

A história é bem longa, veja bem. O próprio governo, sistema político do Brasil, leva... Na época, em 1970, foi quando surgiu o reflorestamento. Quê que o governo fez? [...] Quê que aconteceu na época? Todo mundo foi vendendo as propriedades, quem produzia pouco, e foi por dinheiro no banco. Foram para as capitais, igual Belo Horizonte [...]. Com isso as firmas tomaram conta praticamente do Brasil, a maioria daqui pra Buritizeiro quase tudo é firma, em volta de Pirapora, daqui de Belo Horizonte, você vai ver, tudo é empresa grande. Isso foi incentivo do governo. Então o governo fez isso porque ele precisava da verba, uma troca que ele queria fazer com os empresários. A corda só quebra do lado mais fraco, então, com isso, enfraqueceu a nossa região. Os pequenos fazendeiros foram tudo embora. Já teve fazendeiro aqui na nossa região de ter duas mil hectares em terra, e os filhos estão pobres. Por quê? Porque eles venderam o que eles sabiam fazer.¹⁷⁷

A fala do morador local ilustra o que Henri Acselrad denomina de *acumulação extensiva do capitalismo* nos territórios brasileiros, processo que “terminou por resultar na destruição de formas sociais não-capitalistas de apropriação do território e de seus recursos, assim como na desestabilização dos sistemas ecológicos nos espaços ocupados”.¹⁷⁸ A chegada do Estado e do capitalismo-industrial marca o esgarçamento dos limites que separam o *sertão de dentro* e o *sertão de fora*. A *nova ordem* atravessa o sertão: ameaça o velho modo personalista e patriarcal com formas impessoais de negociação; restringe a autonomia das pequenas produções e cerceia modos de vida ao integrar a região a esferas de influência nacionais e internacionais; impõe um arcabouço

¹⁷⁷ Morador de Paredão de Minas. Transcrição de entrevista, 2015. Grifos nossos. Obs.: as transcrições das entrevistas, neste trabalho, seguiram a norma culta da língua portuguesa, com poucas exceções à expressões e palavras específicas do local. Quando questionados(as) a respeito da preferência para transcrição dos áudios, os(as) entrevistados(as) manifestaram que, para melhor compreensão, deveriam ser transcritos de acordo com as normas.

¹⁷⁸ ACSELRAD. Políticas ambientais e construção democrática, p. 76.

de novas leis, normas e valores pensados a partir de um modelo hegemônico de sociedade; proletariza o trabalho e capitaliza a natureza, reduzindo-a a mero recurso.

4.3) Quanto vale ou é por quilo?¹⁷⁹

A *financeirização* das relações de trabalho afetou diretamente as *relações solidárias horizontais* das sociedades sertanejas. Voltamos, então, com um dos questionamentos iniciais: *Por que antigas práticas, que antes proporcionavam autonomia e bem estar, são quase abandonadas e abrem espaço para modos de vida cada vez mais dependentes de bens de consumo e serviços urbanos de difícil acesso?*

Como anteriormente abordado, as *relações solidárias horizontais*, apesar de serem determinadas por laços consanguíneos e pelas estruturas das parentelas, possibilitavam a articulação de sistemas de *cooperação vicinal*¹⁸⁰. Estes sistemas se baseavam em trocas de favores e na união de pessoas para execução de tarefas de interesse mútuo. Já as *relações solidárias verticais* – como o vaqueiro que trabalha para o fazendeiro – admitiam algum nível de recompensa monetária, porém não eliminavam a possibilidade de troca de favores ou escambos. A *proletarização do trabalho* – processo diretamente ligado à chegada das grandes empresas – desestabiliza as estruturas tradicionais. Apesar de abordar as mudanças dos meios de vida dos caipiras paulistas, a leitura de Antônio Candido sobre as consequências da expansão do mercado capitalista também cabe aos sertanejos mineiros.

A expansão do mercado capitalista não apenas força o caipira a multiplicar o esforço físico, mas tende a atrofiar as formas coletivas de organização do trabalho (mormente ajuda mútua), cortando as possibilidades de uma sociabilidade mais viva [...]. Entregue cada vez mais a si mesmo, o trabalhador é projetado do âmbito comunitário para a esfera de influência da economia regional, individualizando-se. Condição de eficácia e, portanto, sobrevivência, é a renúncia aos padrões anteriores e a aceitação plena do trabalho integral, isto é, trabalho com exclusão das atividades outrora florescentes e necessárias à integração adequada.¹⁸¹

¹⁷⁹ Referência ao filme brasileiro *Quanto vale ou é por quilo?* [2005], do gênero drama, dirigido por Sérgio Bianchi.

¹⁸⁰ CÂNDIDO. *Os Parceiros do Rio Bonito*.

¹⁸¹ CÂNDIDO. *Os Parceiros do Rio Bonito*, p. 169.

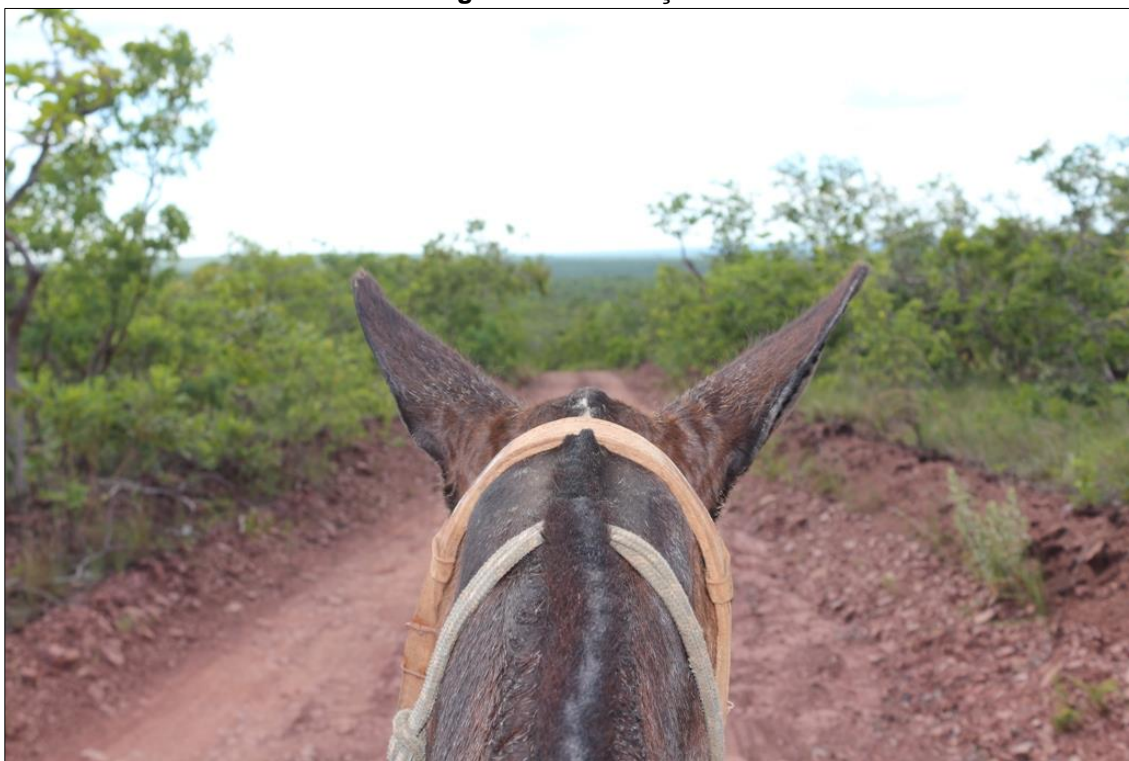
A *comercialização da cooperação*,¹⁸² consequência da nova lógica moderno-capitalista que atravessa os lugares, não só projeta os trabalhadores para esfera de influência da economia regional, como considerado por Antônio Cândido, como promove uma série de desavenças entre eles. Em Paredão de Minas presenciei alguns conflitos, quando os sujeitos não entravam em comum acordo sobre o que era trabalho remunerado e o que era cooperação mútua – isto, tanto entre indivíduos de uma mesma família, como entre os moradores, de forma geral.

O pescador – detentor do *saber pescar* – não dispunha de dinheiro para comprar uma boa tarrafa e embarcação. Assim, o amigo vizinho – um pequeno produtor agropecuário que não dominava muito bem o ofício da pesca – comprou a tarrafa para o pescador com o combinado de que, às vezes, o pescador deveria levar um peixe para ele. O outro vizinho – que possuía uma embarcação, mas não tinha habilidade para lançar a tarrafa – pescava junto ao pescador mais experiente – o detentor do *saber pescar* – com o acordo de que dividiriam sempre os peixes que pegaram no dia. Tudo ia muito bem até que o amigo vizinho resolve cobrar pela tarrafa, o dono da embarcação pelo seu aluguel, e o pescador pelas suas horas de trabalho. No final das contas, o pescador devolveu a tarrafa para o amigo vizinho que não sabia pescar, e o dono da embarcação preferiu deixar o barco parado. Todos sem peixe, todos sem dinheiro.

¹⁸² CÂNDIDO. *Os Parceiros do Rio Bonito*, p. 192.

5) E ele era sertanejo?

Figura 16 - Andanças



Fonte: Acervo pessoal, 2018

Seô Habão estava conversando com Zé Bebelo. Admirei a noção dele: que era uma calma muito sensata e firmada, junto com um miúdo comportamento. E vigiava os traços simples do arredor, não perdendo azo de reparar em todas as coisas, como era que estavam em que pé. *Olhares de dono – o senhor sabe*. E assim foi que ele declarou a Zé Bebelo que, na ocasião, estava desprevenido, não transportava consigo o dinheiro razoável. Mas que, se a gente desse a ele o gosto de seguirmos até à verdadeira sua fazenda-grande que possuía, na vertente do Resplendor, dali a umas vinte léguas de lonjura, ele havia de fornecer ademais um auxílio, em espórtulas. E ele falou aquilo com tantas sinceras medidas – *a gente se capacitando do profundo que o dinheiro para ele devia de ter valor. Por aí, vi que ele era adiantado e sagaz. Porque: em, no chapadão, é a primeira que ouve e se sacode e corre – e mesmo em quando tenha razão*.

Mas, com seus modos guerreiros, Zé Bebelo abriu um gesto, à fidalgamente, nem deixando o outro estipular:

– “Ah, isso não, patrício meu amigo, he, mas absolutamente! *A gente não é gente da desordem...* E favor, de sobra, nós já devemos ao senhor pela pousada em suas terras e pelas cabeças de gado de sua posse, que temos carneado, por precisão de sustento...”

O homem depressa pronunciou que tinha prazer naquilo, que sua boiada toda estava às ordens; mas, como por uma regra, perguntou assim mesmo quantas cabeças, mais ou menos, a gente já tinha consumido. *Assim ele dava balanço, inquiria, e espiava gerente para tudo, como se até do céu, e do vento suão, homem carecesse de cuidar comercial. Eu pensei: enquanto aquele homem vivesse, a gente sabia que o mundo não se acabava. E ele era sertanejo? Sobre minha surpresa, que era. Serras que se vão saindo, para destapar outras serras. Tem de todas as coisas. Vivendo, se aprende; mas o que se aprende, mais, é só a fazer outras maiores perguntas.*

Fiquei notando. Em como Zé Bebelo aos poucos mais proseava, com ensejos de *ir mostrando a valia declarada que tinha, de jagunço chefe famoso; e daí, sutil, se reconhecia da parte dele um certo desejo de agradar ao outro. Por causa que o outro era diferido, composto em outra séria qualidade de preocupações.* E seô Habão, que escutava com respeito, devagarzinho pegava a fazer perguntas, com a idéia na lavoura, nos trabalhos perdidos daquele ano, por desando das chuvas temporãs e do sol grave, e das doenças sucedidas. O que me dava a qual inquietação, que era de ver: *conheci que fazendeiro-mor é sujeito da terra definitivo, mas que jagunço não passa de ser homem muito provisório.*

E Zé Bebelo mesmo se cansava de falar demonstrado. Porque seô Hahão, mansoso e manso, *sem glória nenhuma, era um toco de pau, que não se destorce, fincado sempre para o seu arrumo.* Ele só entendia de assuntos triviais, mas cuidava deles com uma força vagarosa, verdadeira, de boi-decoice. E, no mais, nem ouvia, apesar de toda a cortesia de respeito, quando se falava em loca Ramiro, no Hermógenes e no Ricardão, em tiroteios com os praças e na grande tomada, por quinhentos cavaleiros, da formosa cidade de São Francisco – que é a que o Rio olha com melhor amor. Daí, assim ia sendo que, mesmo sem sentir, o próprio Zé Bebelo se via principiando a ter de falar com ele em todas as pestes de gado, e nas boas leiras de vazante, no feijão-da-seca e nos arrozais cacheando, em que os passarinhos de Deus viram em a má praga. Com efeito, nos intervalos daquela dividida conversa, não sei o que Zé Bebelo sentia nem achava. Eu, digo – me disse: *que um homem assim, seô Habão, era para se querer longe da gente; ou, pois, então, que logo se exigisse e deportasse. Do contrário, não tinha sincero jeito possível: porque ele era de raça tão persistente, no diverso da nossa, que somente a estância dele, em frente, já media, conferia e reprovava.*

Mas, sei lá, só por um doente desejo de necessidade de ver bem se aquilo era, o certo foi que não sosseguei até poder me presenciar com ele, perto a perto, e inventar conversação. E nem custoso não me foi, porque ele passou ali com a gente muitas horas, quase que o dia todo. Dei um jeito, fazendo como se menos quisesse, e vim em fala. *Seô Habão me olhou com tantã norma desusada, que eu senti minhas falsidades.* E esqueci as palavras primeiras, que tinha aprontado para declarar.

– “*Seô Capitão Habão...*” – eu disse; e num relance eu conheci que estava também tendo de falar o p’r’ agradar.

Assim, *o que dissertei foi que eu sabia do título de capitão que ele usufruía*, por ter relido o diploma, na casa do Valado, que de roubos a furtos a gente do Sucruiú tinha devastado. E contei a ele que a referida patente eu tinha por cautela apanhado do chão e guardado dentro do oratório, por detrás das imagens dos santos.

Ele nem deu ar de interesse no fato, não me agradeceu por isso; perguntou nada. Disse:

– “*A bexiga do Sucruiú já terminou. Estou ciente dos que morreram: foram só dezoito pessoas...*”

E o que indagou foi se eu soubesse se tinham feito muitos estragos nos canaviais. – “... O que eles deixaram em pé, e que lobo ou mão-pelada não roeram, sempre há-de dar uns carros, se move moagem...” Agora ele conservava os olhos sem olhar, num vagar vago, circunspecto, pensava aqueles capítulos. *Disse que ia botar os do Sucruiú para o corte da cana e fazeção de rapadura. Ao que a rapadura havia de ser para vender para eles do Sucruiú, mesmo, que depois pagavam com trabalhos redobrados. De ouvir ele acrescentar assim, com a mesma voz, sem calor nenhum, deu em mim, de repente, foram umas nervosias.* Ao que, aqueles do Sucruiú, fossem juntas-de-bois em canga, criaturas de toda proteção apartadas. Mas eu não tinha raiva desse seô Habão, juro ao senhor, que ele não era antipático. Eu tinha era um *começo de certo desgosto, que seria meditável.* – “Para o ano, se Deus quiser, boto grandes roças no Valado e aqui... O feijão, milho, muito arroz...” Ele repisava, que o que se podia estender em lavoura, lá, era um desadoro. E espiou para mim, com aqueles olhos baçosos – aí eu *entendi a gana dele: que nós, Zé Bebelo, eu, Diadorim, e todos os companheiros, que a gente pudesse dar os braços, para capinar e roçar, e colher, feito jornaleiros dele. Até enjoei. Os jagunços destemidos, arriscando a vida, que nós éramos; e aquele seô Habão olhava feito o jacaré no juncal: cobiçava a gente para escravos! Nem sei se ele sabia que queria. Acho que a idéia dele não arrumava o assunto assim à certa. Mas a natureza dele queria, precisava de todos como escravos. Ainda confesso declarado ao senhor: eu não tivesse raiva daquele seô Habão. Porque ele era um homem que estava de mim em tão grandes distâncias. A raiva não se tem numa jibóia, porque jibóia constraga mas não tem veneno. E ele cumpria sua sina, de reduzir tudo a conteúdo.* Pudesse, economizava até com o sol, com a chuva. Estava picando fumo no covão da mão, garanto ao senhor que não desperdiçava nem o átomo dumas felpas. A alegria dele era uma recontada repetição, um condescendido: vinte, trinta carros de milho, ah, os mil alqueires de arroz... *Zé Bebelo, que esses projetos ouvisse, ligeiro logo era capaz de ficar cheio de influência: excluir que assim era assim mesmo, para se transformar aquele sertão inteiro do interior, com benfeitorias, para um bom Governo, para esse ô-Brasil! Em peta, que, um seô Habão, esse não*

se entusiasmava. Era só os carros-de-bois carreando a cana. E ele dava ordens. Ordem que dava, havia de ser costumeira e surda, muito diferente da de jagunço. Cada pessoa, cada bicho, cada coisa obedecia. Nós íamos virando enxadeiros. Nós? Nunca! Mas, então, eu antes queria ver chegar duma vez os do Hermógenes, em galopadas e gritos, berrando rifles em todo fogo, e aí para se ouvir, e sangue para quem ver pudesse. Aí era que iam saber o que sebaceiro é! E, por um despique, foi que acertei meu correão com as armas; e pronunciei:

– “*Duvidar, seô Habão, o senhor conhece meu pai, fazendeiro Senhor Coronel Selorico Mendes, do São Gregório?!*”

Pensei que ele nem fosse acreditar. Mas, juro ao senhor: ele me olhou com muitos outros olhos. Aquele olhar eu agüentei, facilitado. Seô Habão sacudia em sim a cabeçona, surpreendido mas circunstante. – “Dou notícia... Dou notícia...” – ele quase que se lastimou. *Nem sei se ele sabia que meu Padrinho Selorico Mendes fosse, como era, muito mais fornecido de renome e avultado em posses, conforme até por estes sertões do gerais se contava*. Regozijei, devagar; mas não regozijei completo. Do que destapei: que um desses, com a estirpe daquele seô Habão, tirassem dele, tomassem, de repente, tudo aquilo de que era dono – e ele havia de choramingar, que nem criancinha sem mãe, e tatear, toda a vida, feito ceguinho catando no chão o cajado, feito quem esquenta mãos por cima dum fogo fumacento. A misericórdia, também, eu quase tive. *Natureza da gente não cabe em nenhuma certeza*. De ver o homem, em pé, diante de mim, recrescer e tornar a minguar – isto tudo no meu juízo – nem sei de que estimas me esquecia e de que outras me lembrava. E, com pouco, no rebaixar do sol, ele tornou a amontar no seu cavalo gateado, belo, e se foi, de rompido, no rumo torto do Valado.¹⁸³

Seô Habão – *sujeito da terra definitivo, sujeito de raça persistente* – é visto pelo sertão de dentro como homem sem *glórias: era diferido, composto em outra séria qualidade de preocupações*. Seô Habão representa o processo de redução da natureza a mero recurso: *assim ele dava balanço, inquiria, e espiava gerente para tudo, como se até do céu, e do vento suão, homem carecesse de cuidar comercial*. Usufruí do título de capitão, o que para ele pouco importava, o título era mais uma consequência que uma inquestionável prova de seu poder e status. Um homem da *estirpe daquele* Seô Habão tirava proveito da miséria alheia para garantir o seu: descumpria os valores morais do sertão de dentro. Não proferia ou se entusiasmava com as ideologias do progresso, agia como devia ser: dando ordens. Provavelmente não tinha consciência – não era um

¹⁸³ ROSA. *Grande Sertão: veredas*, p. 586-594. Grifos nosso.

escravocrata aos moldes coloniais – *mas sua natureza queria, precisava de todos como escravos. Cumpria sua sina de reduzir tudo a conteúdo.*

Zé Bebelo, o porta-voz do progresso e da ordem, o homem das ideologias e dos discursos nacionalistas, *cidadão e candidato*,¹⁸⁴ ao adentrar o sertão escancara suas contradições quando faz-se jagunço para acabar com a jagunçagem. Não era *gente da desordem*. Buscava mostrar seu valor e conquistar o respeito de seô Habão reafirmando-se como *jagunço chefe famoso – falava demonstrado*. Seô Habão respeitava, reconhecia o poder de Zé Bebelo e da jagunçagem naquele sertão; mas respeitava para evitar problemas, não por grande admiração e reconhecimento das *glórias* de seu interlocutor: são os novos valores – *Serras que se vão saindo, para destapar outras serras*. Zé Bebelo, percebendo o cortês desinteresse de seô Habão, gentilmente principiava a falar dos *assuntos triviais* que realmente interessavam ao fazendeiro: *todas as pestes de gado, e nas boas leiras de vazante, no feijão-da-seca e nos arrozais cacheando, em que os passarinhos de Deus viram em a má praga. Tinha um certo desejo de agradar ao outro*. Era preciso manter boas relações com *homens definitivos* como seô Habão, assim como era preciso manter boas relações com *homens provisórios* que nada tinham a perder.

Riobaldo, o jagunço letrado capaz de refletir sobre sua condição no mundo – e sobre o próprio mundo – vacila entre valores tradicionais do *sertão de dentro* e os novos que o confrontam. Riobaldo tenta compreender o *profundo que o dinheiro para ele – São Habão – devia de ter valor*. Riobaldo reconhece a sagacidade de São Habão para se adaptar às novas exigências do progresso e se manter como homem definitivo. *Porque: ema, no chapadão, é a primeira que ouve e se sacode e corre – e mesmo em quando tenha razão*. Riobaldo, para conquistar o respeito de seô Habão, recorre a valores supremos do *sertão de dentro*: a família e suas riquezas – *Duvidar, seô Habão, o senhor conhece meu pai, fazendeiro Senhor Coronel Selorico Mendes, do São Gregório?! O jagunço se decepciona com o descaso do fazendeiro frente esta pergunta – talvez ele não soubesse das posses e do renome de seu padrinho, conclui Riobaldo. Já para demonstrar respeito a seô Habão, Riobaldo menciona o título de capitão que encontrou e guardou, por cautela, dentro do oratório: “Seô Capitão Habão”*.

¹⁸⁴ ROSA. *Grande Sertão: veredas*, p. 465. Grifo nosso.

Para o *sertão de dentro* um ilustre favor, uma prova de hombridade. Título da Guarda Nacional e religião. Porém, Seô Habão não agradeceu por isso e nada perguntou, desviando rapidamente o assunto para os estragos causados pela bexiga do Sucruíú – *Estou ciente dos que morreram: foram só dezoito pessoas*. A frieza de Seo Habão dava nervosias em Riobaldo. O jagunço não tinha raiva – tinha um *começo de certo desgosto, que seria meditável*. Era tudo muito novo. Seô Habão não desafiava conscientemente os valores morais do sertão de dentro, não tinha a ânsia de deslegitimar a ordem local nem desafiar os valentes jagunços, era só um homem distante: *a raiva não se tem numa jibóia, porque jibóia constringe mas não tem veneno*.

Riobaldo, Zé Bebelo e Seô Habão: sujeitos do *sertão-fronteira*, sujeitos-*fronteira*, assim como todos nós, de diferentes maneiras, também somos. O que o deseja o homem sertanejo? É difícil pensar em qualquer forma de resistência sem pensar, também, em quais sentidos os sujeitos que resistem atribuem à vida.

O sertanejo mudou, assim como o sertão, assim como o mundo. Em Paredão, não é difícil perceber que muito do que os moradores desejam hoje, não era desejado no passado: não se pensava na importância de um sistema de tratamento do lixo, porque antes da chegada dos produtos industrializados nas localidades mais distantes do sertão, o “lixo” era adubo, e não sinônimo de poluição. Há 50 anos atrás, a pavimentação da estrada que dá acesso à cidade não era uma grande demanda; a maioria das estradas da região era de terra, a dependência em relação aos serviços e equipamentos urbanos era menor e todos seguiam ritmos de vida menos acelerados. As exigências para melhorias no sistema de saúde também não eram as mesmas; novas tecnologias surgiram, assim como novas doenças, e o acesso à saúde passou a ser entendido como de fato deve ser, um direito. Não desejavam um telecentro, pois internet era algo desconhecido e distante. Não exigiam ensino médio na escola do vilarejo, pois saber ler e escrever já bastava para aquele mundo em que viviam. Também não se desejava moto, roupas de marca e aparelhos celular cada vez mais tecnológicos. É certo que, à medida que determinados bens de consumo e serviços tornam-se mais acessíveis ao sertanejo, práticas tradicionais são parcialmente abandonadas, adaptadas, reinventadas ou ressignificadas, de acordo com cada contexto. Os sertanejos não pararam no tempo e, muito menos,

estão livres do nosso sistema-mundo. Porém, em Paredão de Minas – e certamente em outras localidades do sertão – ainda nos deparamos com elementos de uma sociabilidade que foge à racionalidade hegemônica.¹⁸⁵

Aquilo que há muito tempo considero como essencial em toda a questão do desenvolvimento é que os países do Terceiro Mundo tinham, e talvez ainda tenham, a possibilidade de oferecer uma contribuição positiva, original, à necessária transformação da sociedade mundial. [...] Podemos dizer que na maior parte desses países as formas tradicionais de cultura não estavam, ainda, e ainda não estão hoje, completamente dissolvidas, [...] elas preservam alguma coisa que, no Ocidente, foi destruída no e pelo desenvolvimento capitalista: um certo tipo de sociabilidade e de socialização e um certo tipo de ser humano.¹⁸⁶

Figura 17 – Crinaças fazendo beiju no fogão a lenha.



Fonte: Acervo pessoal, 2015.

A chegada dos meios e veículos de comunicação, nas mais diversas e isoladas localidades, apresenta ao sertanejo *recortes de mundo*¹⁸⁷ que ele

¹⁸⁵ Apesar de não nos aprofundarmos no estudo das periferias das grandes cidades, tem-se ciência de que diversas formas de sociabilidade que fogem à racionalidade hegemônica não só são possíveis nestes lugares, como de fato existem. As periferias das cidades colocam em xeque a dicotomia urbano/rural, e nos mostram que a resistência não está só nos que ficam, mas também nos que partem e se reinventam diante de um novo mundo.

¹⁸⁶ GONÇALVES. Formação sócio espacial e questão ambiental no Brasil, p. 331.

¹⁸⁷ “O mundo inteiro poderá mesmo ser visto como uma ficção. Mas isso também valerá para a cidade inteira, o lugar inteiro, o território inteiro. Há recortes de mundo no interior do corpo do

desconhecia. A publicidade se encarrega da inculcação de padrões de vida e consumo, e a mídia de massa apresenta e noticia o mundo da forma mais lucrativa possível. Apesar disso, mesmos os elementos mais questionáveis do campo da comunicação atuam como uma via de mão dupla.

Figura 18 – Casa do José.



Fonte: Acervo pessoal, 2015.

O acesso à informação tem sido importante para que o sertanejo perceba a parcela do desenvolvimento e da modernidade que lhe foi negada, e que é sua por direito. Os noticiários sensacionalistas que exploram a miséria, a fome e a violência nas grandes cidades, curiosamente, também fazem com o que sertanejo olhe para sua terra, seu alimento, para o rio limpo, e veja vida, fartura, e a certeza de que, por mais difícil que as coisas estejam, a tranquilidade, a casa e a comida estão garantidas. O sertanejo, ao redimensionar o mundo, revê seu

_____ mundo. Do mesmo modo, há recortes de lugar, de cidades, assim como recortes de território no interior do corpo do território.” HISSA. *Território de diálogos possíveis*, p. 37.

próprio lugar no mundo, assim como todos nós. Em Paredão de Minas existem coisas que, *ao desmentirem o sertão, o reafirmam*.¹⁸⁸

[Você acha que as pessoas da cidade inferiorizam quem mora na área rural?]

Antigamente era assim. Quem ia pra cidade chamava a gente de roceiro. Hoje está mudando, sabe por quê? Muita gente que foi pra cidade passou muito aperto, achou que ia se dar bem e hoje está desempregado, morando mal. Agora, quando eles sabem que alguém mora em Paredão, já pensam: “tá com a vida sossegada, tá tranquilo morando lá”.¹⁸⁹

Não devemos romantizar a vida no campo. Porém, se pensarmos nas condições de vida dos sujeitos que se espremam nas periferias das grandes cidades, trabalhando para sobreviver e sobrevivendo para trabalhar, expostos às mais diversas formas de violência do meio urbano, percebemos que o homem do campo, que vive no campo, que conhece a natureza e se aproxima de seu domínio, conta com mais autonomia e possibilidades de garantir sua moradia, seu alimento, sua sociabilidade e lazer por meio, inclusive, de trabalhos e atividades que, de alguma maneira, em determinadas circunstâncias, fogem à lógica moderno-capitalista.

Aí o cara fala: “Porque você não vai embora de Paredão?” Eu gosto de Paredão, meus pais moram aqui e estavam precisando de mim. Mas estou com a minha família criada, e se eles quiserem ir embora, que vá. Como eu só tenho o colégio, só tenho um curso técnico, não tenho a faculdade, não dá. Capital não é fácil não, você entendeu? Se eu for pra cidade grande eu vou viver também, porque eu sei trabalhar e eu tenho coragem, de encarar, fazendo qualquer coisa pra sobreviver. Só que não é fácil, né? O meio de viver aqui é bem melhor. Eu vou conseguir viver aqui até final de minha vida. A maneira de viver aqui mudou muito em relação à antigamente, aqui a gente produzia tudo.¹⁹⁰

¹⁸⁸ HISSA. *Entrenotas*, p. 124.

¹⁸⁹ Morador de Paredão de Minas. Diálogo relatado em diário de campo, 2018.

¹⁹⁰ Morador de Paredão de Minas. Transcrição de entrevista, 2015.

Os saberes tradicionais do sertanejo são instrumentalizados, por eles próprios, como formas de resistência que pendulam entre a necessidade de garantir a sobrevivência, e a necessidade de *pertencer ao mundo*. O sertanejo não continua a plantar na barranca do rio, pescar, torrar farinha, criar galinha, produzir remédio porque ele defende um ideal de vida mais “sustentável”, ou por uma simples reverência ao passado. Todas estas atividades são essenciais à sobrevivência da maioria dos que vivem em Paredão de Minas, por exemplo.

Figura 19 – hortas na barranca do Rio do Sono.



Fonte: Acervo pessoal, 2015.

A questão também não se resume à condição monetária destes sujeitos; ela está ligada aos modos de sociabilidade locais e à ausência de oferta de determinados serviços e produtos: em Paredão, de nada resolve ter dinheiro para comprar frutas e verduras simplesmente porque nenhum comércio local vende frutas e verduras; ou se colhe e cultiva, ou se compra na cidade mais próxima, que fica há 80km do vilarejo. Não existe caixa eletrônico, ou qualquer outro meio para saque de dinheiro, nem máquina de cartão. A caderneta do

mercadinho – onde o dono do estabelecimento anota os consumos dos clientes para que paguem depois – ainda é mantida.

Figura 20 – Bar do Zé Amâncio.



Fonte: Acervo pessoal, 2015.

Não há restaurantes no vilarejo, sendo estes improvisados somente quando visitantes ou trabalhadores externos chegam no local. A alimentação dos moradores, portanto, se estabelece de forma muito diferente se comparada a dos sujeitos que vivem nos centros urbanos. Além de sempre cozinharem suas próprias refeições – e produzirem grande parte dos próprios alimentos –, os sujeitos locais compartilham a comida sem, necessariamente, transformá-la em mercadoria.

Sobre a copresença de práticas hegemônicas e não-hegemônicas que – na escala local – se combinam e se movimentam, é interessante perceber como os moradores passam a se dedicar mais à pesca, à caça e ao plantio durante os períodos em que a oferta de empregos diminui. Esta *plasticidade* dos modos de vida dos povos sertanejos, junto à sociabilidades que, em grande medida,

resistem à racionalidade hegemônica, são fatores importantes que, talvez, nos indiquem caminhos para compreender o que é a *liberdade* para esses sujeitos.

Para além das necessidades ligadas à sobrevivência, há os sujeitos que, mesmo contando com algum recurso para adquirir produtos na cidade, ou, até mesmo, viver no meio urbano com certa tranquilidade, voltam ou continuam a morar em Paredão fazendo uso de seus saberes para assegurar – mais que a subsistência – a própria *vida*; e viver, certamente, vai muito além do sobreviver. Mais do que garantir as necessidades do corpo, os saberes e modos de vida locais também asseguram o que estes sujeitos acreditam ser fundamental ao sentido de se estar neste mundo. *Pertencer*.

Figura 21 – Dona Maria.



Fonte: Acervo pessoal, 2015.

Bernardo é quase árvore.
Silêncio dele é tão alto que os passarinhos
ouvem de longe
E vêm pousar em seu ombro.
Seu olho renova as tardes.
Guarda num velho baú seus instrumentos de
trabalho:
1 abridor de amanhecer
1 prego que farfalha
1 encolhedor de rios - e
1 esticador de horizontes.
(Bernardo consegue esticar o horizonte
usando três fios de teias de aranha.
A coisa fica bem esticada.)
Bernardo desregula a natureza:
Seu olho aumenta o poente.
(Pode um homem enriquecer a
natureza com a sua incompletude?)¹⁹¹

¹⁹¹ BARROS. *Livro das Ignorâncias*, p. 97.

5.1) A literatura de Guimarães Rosa no Sertão mineiro

Assim, feito no Paredão. Mas a água só é limpa é nas cabeceiras. O mal ou o bem, estão é em quem faz; não é no efeito que dão. O senhor ouvindo seguinte, me entende. O Paredão existe lá. *Senhor vá, senhor veja*. É um arraial. Hoje ninguém mora mais. As casas vazias. Tem até sobrado. Deu capim no telhado da igreja, a gente escuta a qualquer entrar o borbolo rasgado dos morcegos. Bicho que guarda muitos frios no corpo. Boi vem do campo, se esfrega naquelas paredes. Deitam. Malham. De noitinha, os morcegos pegam a recobrir os bois com lencinhos pretos. Rendas pretas defunteiras. Quando se dá um tiro, os cachorros latem, forte tempo. Em toda a parte é desse jeito. Mas aqueles cachorros hoje são do mato, têm de caçar seu de-comer. Cachorros que já lamberam muito sangue. Mesmo, o espaço é tão calado, que ali passa o sussurro de meianoite às nove horas. Escutei um barulho. Tocha de carnaúba estava alumando. Não tinha ninguém restado. Só vi um papagaio manso falante, que esbagaçava com o bico algum trem. Esse, vez em quando, para dormir ali voltava? E eu não revi Diadorim. Aquele arraial tem um arruado só: é a rua da guerra... O demônio na rua, no *meio do redemunho*... O senhor não me pergunte nada. Coisas dessas não se perguntam bem.¹⁹²

As formas de inserção da *literatura rosiana* no norte mineiro tem se diversificado cada vez mais. A articulação de políticas institucionais e iniciativas coletivas que levam como mote a literatura de João Guimarães Rosa se desdobraram, por exemplo, em grupos de contadores de histórias, circuitos turísticos, na criação do Museu Casa Guimarães Rosa – situado em Cordisburgo – do Parque Nacional Grande Sertão Veredas e do Instituto Cultural e Ambiental Rosa e Sertão – ambos localizados no município de Chapada Gaúcha.

Junto a esta magnitude que a obra de Guimarães Rosa tem alcançado, é possível perceber a crescente articulação de *redes* formadas por diferentes sujeitos que se direcionam aos lugares – citados, recriados ou imaginados – relacionados à obra do escritor mineiro. Estes sujeitos externos estabelecem contatos, movimentam *fronteiras* e esgarçam os *limites* do sertão. Referência para a literatura nacional e internacional, a obra de João Guimarães Rosa tem mobilizado e articulado grupos de estudo, dentro e fora do Brasil, que se dedicam a ler, pensar e reviver a obra do escritor. As viagens pelo “Sertão Rosiano”, que até a última década eram raras e pontuais, agora se intensificam e são instigadas por eventos como festivais literários, caminhadas ecoliterárias e feiras promovidas nos lugares inseridos neste contexto da obra de Rosa.

¹⁹² ROSA. *Grande Sertão: veredas*, p. 130-131. Grifos nosso.

A expansão desta *rede* e a multiplicação dos *atores rosianos* faz com que, cada vez mais, comunidades sertanejas – muitas delas, historicamente invisibilizadas – tenham suas imagens vinculadas à obra de João Guimarães Rosa. Como relembra Tomaz Tadeu da Silva, “quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar identidade”¹⁹³. Diante disso, nos perguntamos: as referências *rosianas* – que têm se destacado nos *sistemas de representação* das comunidades locais – são frutos de processos de *construções identitárias* dos sujeitos locais que – ao estabelecerem contatos com leitores de Guimarães Rosa – estrategicamente negociam, se apropriam, ressemantizam e incorporam *elementos rosianos* em seus sistemas de representação, ou, na contramão, essas *identidades rosianas* tem sido forjadas por agentes externos que vinculam lugares e comunidades a uma “identidade” não negociada e atribuída com base em interesses alheios aos dos sujeitos locais?

O texto de Guimarães Rosa não é de fácil leitura. O escritor utiliza referências de outros idiomas, neologismos, aglutinações de palavras e homofonias, recursos que desafiam a norma culta da língua portuguesa e desestabilizam o leitor. Apesar de incorporar fortes traços da oralidade e da cultura sertaneja em seus textos, vale lembrar que os *códigos* da escrita e da oralidade não são os mesmos. Curiosamente, há os que ignoram os contextos socioculturais das comunidades e acham muito estranho que os sujeitos locais não leiam Guimarães Rosa, pois, afinal, partem do pressuposto de que a *literatura rosiana* é própria cultura local. Ler e decifrar os textos de Guimarães Rosa exige, de antemão, o que Pierre Bourdieu chama de “código refinado”, cujo domínio dos “instrumentos destinados a seu deciframento” está intimamente atrelado à “distribuição desigual das condições de aquisição propriamente estética, [...] (por exemplo, através do acesso às instituições escolares especialmente organizadas com o fim de inculcá-la), e também das disposições para adquirir tal código (por exemplo, fazer parte de uma família cultivada)”.¹⁹⁴ Os textos de João Guimarães Rosa, além de exigirem um bom domínio dos códigos que envolvem a escrita e a leitura, exigem o acesso prévio a outros códigos estéticos ainda mais restritos.

¹⁹³ SILVA (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*, p. 91.

¹⁹⁴ BOURDIEU. *A economia das trocas simbólicas*. p. 117.

Achar “muito estranho as pessoas não lerem Guimarães Rosa”, “levar Guimarães Rosa para valorizar a cultura local” ou considerar que “estes lugares e pessoas são importantes porque estão representados na obra de Rosa”, me parecem, todos, enunciados problemáticos que revelam questões importantes: a “estranheza” que parece vir de uma miopia – ou total desconhecimento – diante as realidades locais; os movimentos em direção ao sertão alimentados por um *habitus de classe*¹⁹⁵ que reproduz e consagra sistemas simbólicos referentes ao *capital cultural*¹⁹⁶ de uma classe culturalmente dominante; e, não menos problemática, a *fetichização* e a *estereotipificação*¹⁹⁷ dos lugares, dos sujeitos locais e da própria literatura, como abordamos ainda no início deste trabalho.¹⁹⁸

Durante o tempo que estive em Paredão de Minas, pude ver “de dentro” a chegada dos mais variados *atores rosianos*. Em geral, todos os visitantes demonstram muita boa vontade em colaborar com Paredão. Contudo, ao mesmo tempo, alguns pareciam entorpecidos pela *literatura rosiana*. Veem Guimarães Rosa em tudo, chegando a ser monotemáticos e muito românticos. Apesar do desejo de ajudar, muitos chegam com ideias consolidadas do que seria bom para o lugar – como se soubessem o que o sertão precisa ter para ser “sertão” – o que dificulta o diálogo com os moradores. É interessante perceber como a *temática rosiana* em Paredão, até então, sempre aparece como uma proposta vinda de fora para dentro – não surgindo espontaneamente durante as reuniões que fazíamos para organizar eventos e festividades da comunidade, por exemplo. De forma geral, os moradores não apresentam resistência em

¹⁹⁵ Pierre Bourdieu define *habitus* como “sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes. Tais práticas e ideologias poderão atualizar-se em ocasiões mais ou menos favoráveis que lhes propiciam uma posição e uma trajetória determinadas no interior de um campo intelectual que, por sua vez, ocupa uma posição determinada na estrutura da classe dominante” (BOURDIEU. *A economia das trocas simbólicas*, p.191). É importante destacar que o *habitus* se trata de uma “inconsciência de classe”, ou seja, é um “princípio gerador de estratégias inconscientes ou parcialmente controladas tendentes a assegurar o ajustamento às estruturas de que é produto tal princípio.” (BOURDIEU, *A economia das trocas simbólicas*, p. 160).

¹⁹⁶ “O *capital cultural* pode existir sob três formas: no estado incorporado, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; no estado objetivado, sob a forma de bens culturais - quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que constituem indícios ou a realização de teorias ou de críticas dessas teorias, de problemáticas, etc.; e, enfim, no estado institucionalizado, forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação ao certificado escolar, ela confere ao capital cultural – de que são, supostamente, a garantia – propriedades inteiramente originais.” (BOURDIEU. Os três estados do capital cultural, p. 3 *apud* NOGUEIRA. CATANI (org.). *Escritos de Educação*, p. 74).

¹⁹⁷ BHABHA. *O local da cultura*.

¹⁹⁸ Ver neste trabalho: *Apresentação*.

incorporar *referências rosianas*, quando assim é proposto. Quando se pergunta aos moradores suas opiniões a respeito da incorporação de alguma referência *rosiana*, eles geralmente dizem não ver problema, uma vez que esta poderia ser uma forma de atrair mais gente para o lugar.

De fato, a literatura de Guimarães Rosa voltou muitos olhares para o sertão mineiro, o que é extremamente importante frente a histórica condição de invisibilidade a que este foi submetido. Porém, devemos sempre pensar nas diversas formas e momentos em que a *literatura rosiana* tem sido instrumentalizada. A meu ver, é indispensável que todo sujeito que se direcione ao sertão com a intenção de não reproduzir uma lógica opressora e colonizadora, estabeleça algum nível de compromisso – ou no mínimo, de empatia – com as realidades e *emergências* locais, que são muitas e diversas. Diante disso, devemos nos perguntar: a literatura rosiana tem funcionado como estratégia política e contribuído para o fortalecimento da autonomia dos sujeitos locais perante seus projetos de emancipação social ou, sem considerar devidamente as *emergências locais*, tem sido instrumentalizada para a reprodução do *habitus* de uma classe culturalmente dominante que acaba por produzir e reproduzir *ausências*?

Conheci *rosianos* maravilhosos durante o tempo da pesquisa, sujeitos que têm grande apreço pela obra de João Guimarães Rosa, mas que não deixam com que a consagração da literatura ou o brilhantismo do autor fale mais do sertão do que os próprios sertanejos. Trabalhos sociais e ambientais importantíssimos têm sido realizados pelo Instituto Cultural e Ambiental Rosa e Sertão e pela ONG Cresertão, por exemplo. As pontuações que faço, mais do que uma crítica, são um convite para pensarmos juntos sobre nossa presença no sertão, e sobre o sertão que nos habita. Nossa presença no sertão reaviva esperanças – é uma promessa, queiramos ou não. Não podemos deixar que todo este movimento – alimentado pela potência da literatura – se resuma a mais uma promessa não cumprida.

5.2) A resistência dos homens provisórios

Figura 22 - Plantar e colher.



Fonte: Acervo pessoal, 2015.

A chegada de uma *nova ordem* no sertão não abala especificamente um dos polos da estrutura social: *homens definitivos e homens provisórios*. A *nova ordem* irá atuar nos interstícios, nos laços que permitiram que a estrutura social se mantivesse relativamente coesa até então. Quando o morador de Paredão se lamenta do enfraquecimento de sua região após a chegada das empresas – “a corda só quebra para o lado mais fraco” –, ele se coloca ao lado dos fazendeiros que foram embora e “ficaram pobres por venderem o que sabiam fazer”.¹⁹⁹ Não existe, nesse momento, o descontentamento de uma classe social e econômica específica a partir de uma consciência de classe, ou uma revolta da plebe rural diante da sua histórica condição subalterna perante os fazendeiros. Em certa medida, a indignação tende mais para o reformismo que para a revolução.

¹⁹⁹ Morador de Paredão de Minas. Transcrição de entrevista, 2015.

O sertanejo se sente menos livre diante da *nova ordem*, apesar de reconhecer, mesmo que parcialmente, sua histórica condição de *homem provisório*. Riobaldo, narrador-personagem de *Grande Sertão: Veredas*, reage contra este *estado escravagista* que não distingue os indivíduos por suas qualidades pessoais e glórias, que ignora as sabedorias e habilidades individuais para reduzir todos à mão-de-obra barata. É importante observar que as relações modernas e impessoais tendem a ajustar os indivíduos em grupos de acordo com suas categorias ocupacionais ou econômicas.²⁰⁰

Eu não entendo a lógica. Pra fazer tanque rede tem que ter carteira, conseguir licença, ter o curso, aí você ainda tem que ver se consegue o financiamento. Você tem que se associar a um órgão qualquer, cooperativa, associação, *porque pessoa não pode...* no fim, quem tem, tem, quem não tem fica sem. Eu sei que cada dia que passa pior fica.²⁰¹

A fala do pescador de Paredão de Minas retrata o estranhamento dos sujeitos locais quando estes passam a ser convocados pelo *sertão de fora* a se posicionarem não enquanto *indivíduos*, e sim como *categoria de indivíduos* – “*porque pessoa não pode*”. Este *sertão de fora* inclui não só empresas, como também o Estado, instituições governamentais e não governamentais.

Proletários, peões, pescadores, geraizeiros, pequenos produtores, barranqueiros, vaqueiros, garimpeiros, caçadores: eles são tudo isso, e ao mesmo tempo nada disso. Eles são tudo isso porque, por mais que alguns se especializem em determinada prática ou ofício, todos os sujeitos cumprem diversas funções: todas as necessárias para que a sobrevivência e a dignidade sejam garantidas, passam “da enxada e do machado para o anzol ou a espingarda; da foice para o visgo, a arapuca, a zagaria, o mindéu, como quem circula na mesma atmosfera contínua de luta pela vida”²⁰². Ao mesmo tempo, não são nada disso porque a categorização de sujeitos por práticas, funções e ofícios não passa de uma *ilusão*, de uma tentativa do *sertão de fora* em apreender, em organizar o que lhe parece *caótico* demais. Os sertanejos têm que definir uma *identidade* para alcançar algum nível de representatividade, mesmo que isto pasteurize toda a complexa pluralidade de seus modos de vida?

²⁰⁰ QUEIROZ. *O mandonismo local na vida política brasileira*, p. 202.

²⁰¹ Morador de Paredão de Minas. Transcrição de entrevista, 2018.

²⁰² CÂNDIDO. *Os Parceiros do Rio Bonito*, p. 175.

As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização de recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. Tem a ver não tanto com as questões “quem nós somos” ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como esta representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios”.²⁰³

Outro processo denunciado pelo pescador são as *burocratizações* de seus meios de vida: cursos, carteiras, licenças, financiamentos. Neste contexto, práticas e saberes que sempre se desenvolveram com certa *autonomia* e possibilitaram a construção de modos de vida não hegemônicos intimamente relacionados às condições naturais de equilíbrio do meio, agora passam por processos de *burocratização*. As burocracias, quando não cumpridas pelos sujeitos locais, facilmente se desdobram na *criminalização* destes e suas práticas. Neste processo, *ausências* são produzidas por meio de verdadeiros *epistemicídios*, ou seja, pela destruição de *saberes locais*, pela inferiorização de outros, e pelo desperdício das diversas experiências de mundo.²⁰⁴

Não nos interessa afirmar uma irreduzível “sustentabilidade” de práticas tradicionais, ou uma perfeita simbiose entre povos tradicionais e natureza. O que buscamos compreender envolve uma série de interações complexas que compõe a *tensão epistêmica-enunciativa*²⁰⁵ que, não raramente, arrebenta a corda para o lado mais fraco.

Cada vez que passa fica mais difícil pra gente arrumar um serviço. E aqui a gente tem a opção do garimpo, a opção da pesca, e eu penso o seguinte: tem coisas que prejudicam muito mais o meio ambiente, como essas grandes empresas aí, do que um pequeno produtor, do que um pescador. Então, eles preocupam muito em punir o lado fraco, é só quem não tem dinheiro. Quem tem dinheiro faz o que quer. Eles pagam licença, né? O pobre não tem dinheiro pra pagar a licença; como é que ele vai fazer? O rico tem, ele vai e paga o governo, paga os órgãos competentes, e mete o cacete. Outra hora, os próprios fiscais que vem são comprados. Eu já vi fazendeiro aqui desmatando e jogando o desmate dele dentro do leito do rio, a polícia chegar e ele comprar os policiais com presentes. Deu uma quantidade em dinheiro, um porco pra cada um, e ficou por isso mesmo. E ele continuou desmatando a margem do rio e jogando dentro do leito o desmate.

²⁰³ HALL. *A identidade cultural na pós-modernidade*, p.108-109.

²⁰⁴ SANTOS. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes.

²⁰⁵ Esta expressão, por nós proposta, hibridiza os conceitos de *tensão epistêmico-política* adotado por Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006) e *lugar enunciativo*, empregado por Homi Bhabha (2013).

Então assim, eu penso que esse tipo de coisa não começa pelo pequeno, o pequeno está começando a fazer isso agora, a exemplo dos grandes. Porque não tem jeito dele sair fora disso, ou ele faz desse jeito ou não sobrevive. *Tem que corromper pra sobreviver*, se não corromper vai ser massacrado, não tem direito de fazer nada.²⁰⁶

A *tensão epistêmica-enunciativa*, neste contexto que apresentamos, pode ser entendida como o campo de forças que se estabelece a partir do momento que novas territorialidades se atravessam em meio ao processo de *politização da natureza*.²⁰⁷ Esta tensão é *epistêmica* porque surge do confronto entre diferentes leituras e concepções de mundo e natureza, assim como é *enunciativa* por, repetidamente, “reinscrever e relocar a reivindicação política de prioridade e hierarquia culturais (alto/baixo, nosso/deles) na instituição social da atividade de significação.”²⁰⁸

Por mais que a lógica moderno-capitalista tenha atravessado os mais diversos modos de vida, as práticas que aqui adjetivamos como *tradicionais* não partem do princípio do lucro máximo, da mais valia, da acumulação e da expropriação. A comercialização de parte da produção – geralmente o excedente – para se ter acesso à *moeda* que oferece acesso a outros bens e serviços passou a ser necessária à sobrevivência destes sujeitos do *sertão-fronteira*.

Mesmos as práticas locais que geram desequilíbrios ecossistêmicos – como a pesca durante a piracema e a produção de carvão vegetal com madeira nativa – devem ser entendidas a partir dos contextos socioeconômicos e políticos em que se inserem. Em Paredão de Minas, por exemplo, a demanda externa por peixes aumenta durante o período da desova. Como no Brasil a pesca profissional é proibida durante esta época do ano, peixarias e restaurantes de Buritizeiro e Pirapora passam a comprar peixes em localidades mais isoladas, onde a fiscalização ambiental não é tão intensa como nas margens do Rio São Francisco. As vendas realizadas nesta época do ano garantem a renda dos moradores de Paredão durante vários meses, apresentando-se como uma das únicas alternativas para os sujeitos que desejam permanecer no lugar. O mesmo acontece com os moradores que aproveitam os momentos de valorização do carvão vegetal para produzi-lo com madeira nativa, uma vez que as extensas

²⁰⁶ Morador de Paredão de Minas. Transcrição de entrevista, 2018. Grifos nossos.

²⁰⁷ GONÇALVES. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-americana, p. 42.

²⁰⁸ BHABHA. *O local da cultura*, p. 285.

“florestas” de eucalipto da região estão nas mãos de empresas privadas que não revertem seus lucros para as comunidades do entorno. Diante disso – assim como aborda Heloísa Costa a respeito do pensamento de Arturo Escobar²⁰⁹ – estas práticas devem ser compreendidas como “derivadas da inserção capitalista e das distorções do desenvolvimento”,²¹⁰ e não, simplesmente, como fruto de uma suposta irracionalidade e falta de consciência ambiental por parte dos sujeitos locais.

As práticas hegemônicas e não-hegemônicas, neste contexto, não só são copresentes como se combinam e se movimentam, imersas em contradições. Aqui, o *giro epistemológico e enunciativo* que propomos nos leva ao seguinte entendimento: o que é compreendido como *atraso e ilegalidade* pelo *sertão de fora*, é a própria *resistência* dos *sujeitos provisórios* do *sertão de dentro*.

5.3) O simulacro da legalidade

Segundo Juliana Santilli, o socioambientalismo que permeia a Constituição brasileira valoriza as dimensões materiais e imateriais dos bens, a função socioambiental da propriedade e a efetivação de processos democráticos e participativos na gestão ambiental, porém, as *injustiças sociais e ambientais* ainda se manifestam através da “validade” ou “não-validade” de direitos constitucionais em determinados territórios.²¹¹

A hora que o povo viu o impacto na água [veredas e cursos d'água secando], que foi ver a lógica do negócio. Mas essas *grandes monoculturas* são assim: chegam na região, implantam aquilo na cabeça do povo, e não mostram o que futuramente vai dar de degradação, de desgaste na natureza, isso aí eles não mostram nunca! Eles chegam e mostram “*nós vamos gerar emprego, que aqui é uma região pobre, que vai ter emprego pra todo mundo*”, e no final das contas faz quase que *trabalho escravo*, paga uma mixaria de nada, e no final, na hora que consegue o que quer, que já lucrou o dinheiro que eles queriam, larga a terra seca, limpa aí, e vão pra outra região. [...] *É onde que eu não concordo com essas leis que existem aí*. Cadê a lei pra punir a empresa que fez o impacto? Essa empresa teve o apoio do governo, né? Então “*não teve impacto*”. O pequeno produtor não tem o apoio que ele precisa do governo, então “*causa impacto né, está degradando*”. Mas na realidade é o contrário, né? [...] Quantas vezes

²⁰⁹ ESCOBAR. Constructing nature: elements for a poststructural political ecology.

²¹⁰ COSTA. Meio Ambiente e desenvolvimento: um convite à leitura, p. 96.

²¹¹ SANTILLI. *Socioambientalismo e novos direitos*: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural, p. 93.

eu estava caçando e vi um animal parido, o filhote com a mãe, e fiquei só olhando esperando eles irem embora e não matar? E *não fiz isso por causa de lei nenhuma*, fiz porque sei que se eu matar a mãe, eu estarei matando também o filhote, e isto não está certo.²¹²

Junto à desestabilização das estruturas sociais locais, o morador de Paredão demonstra sua revolta diante da articulação de novas alianças que pouco fogem aos antigos valores personalistas que a *nova ordem* prometia combater: os acordos e as corrupções entre proprietários, empresas e governo. Mesmo quando – supostamente – não há corrupções, quem conta com as ferramentas necessárias para *legitimar* suas práticas frente ao *sertão de fora*, independente do impacto ambiental e social, provavelmente conseguirá manter-se sob o *simulacro da legalidade*. Eis que surge o argumento que justifica qualquer impacto: o “interesse público”. Que *público* é este? Mais uma vez, os interesses de uma parcela hegemônica se impondo como o interesse geral.

Eles não querem saber se está massacrando uma comunidade, se está acabando com a natureza, eles querem dinheiro, eles passam por cima disso tudo. Você acha que eles estão ligando se tem um remédio aí no mato que cura uma dor de dente? Tem remédio pra anemia, pra verme, tem remédio pra tudo aí na natureza, nessa barranca de rio, e vai inundar tudo [refere-se à construção da PCH Paredão de Minas]. A Cachoeira Grande [prevista para ser inundada pela barragem] é onde vai causar mais impacto. A época que o peixe fica escasso, a cachoeira de melhor acesso pra gente pegar um peixe pra comer é lá. Você não vai ter peixe pra fazer negócio, não tem quantidade pra isso, mas um peixe pra você colocar na sua mesa todo dia, se você for lá você pega. E isso não vai causar impacto? Engraçado né?²¹³

²¹² Morador de Paredão de Minas. Transcrição de entrevista, 2018.

²¹³ Morador de Paredão de Minas. Transcrição de entrevista, 2018.

Figura 23 – Cachoeira Grande. Rio do Sono.



Fonte: Acervo pessoal. Fotografia de Guilherme Felipe, 2018.

Não é interessante às empresas da região estabelecer alianças com os moradores locais, muito pelo contrário. O cerceamento das práticas que proporcionam autonomia a estes sujeitos é, na verdade, bastante conveniente. Impedidos de desenvolver modos de vida autônomos a partir de seus saberes, estes sujeitos locais rapidamente tornam-se mão-de-obra barata para as empresas do entorno. Diante disso, as novas leis – principalmente as ambientais e de direito privado – são instrumentalizadas como forma de opressão. Durante o tempo que estive em Paredão de Minas presenciei a tensão dos moradores frente às recorrentes denúncias dos “novos fazendeiros” contra caçadores, pescadores e garimpeiros, diante da presença da polícia ambiental e das empresas que acusam de invasão os que cortam cercas para ter acesso às poucas estradas da região. A este processo, soma-se a já discutida *comercialização das cooperações vicinais* para responder a questão sobre o aumento da dependência dos sujeitos locais em relação as empresas, bens e serviços urbanos, em detrimento de práticas que antes proporcionavam autonomia e bem estar.

Os moradores locais se vêem obrigados a abandonar várias de suas práticas – permeadas por relações de afeto e pertencimento – e passam a

trabalhar para empresas que geram impactos ambientais e sociais que eles próprios criticam e que os afetam diretamente. As empresas comandadas pelos donos do poder ocupam terras conquistadas à base de históricos privilégios, expropriações, se dedicam às grandes monoculturas, utilizam agrotóxicos, suprimem a vegetação natural, instalam pivôs centrais para irrigação e destroem habitats da fauna silvestre, processos que definitivamente degradam o “meio ambiente”; aquele mesmo “meio ambiente” onde os moradores locais foram impedidos de desenvolver suas atividades sob a justificativa de *crime ambiental* ou *invasão de propriedade*, o mesmo “meio ambiente” onde se assiste veredas, cursos d’água e árvores centenárias abrirem espaço para os desertos verdes dos eucaliptais. Porém, os sujeitos locais não são tão condescendentes quanto o *sertão de fora* deseja; no *sertão de dentro*, como nos alerta o morador de Paredão, é preciso corromper para resistir.

Figura 24 – Fissuras.



Fonte: Acervo pessoal, 2015.

Esta forma de opressão e impacto socioambiental, ofuscados pela condição de legalidade sob a qual se mantêm, elucida nosso questionamento:

por que a rapina ambiental e os conflitos territoriais são veementemente velados, inclusive e principalmente pela grande mídia?

Enquanto a grande mídia se preocupa em denunciar o famoso aquecimento global, o buraco na camada de ozônio, a diminuição da porcentagem de água potável do mundo, o derretimento das geleiras, criando um clima de tensão em massa frente a um temeroso futuro de escassez e devastação, povos e comunidades são afetados por esse “futuro” que, na verdade, nada mais é *que o presente* vivenciado por lugares como Paredão de Minas. A análise de impactos socioambientais sempre deve partir de *leituras territorializadas*, pois, afinal, eles não afetam a “nação” ou o “mundo” de forma simultânea ou homogênea. Não por coincidência, os grandes impactos e degradações geralmente são provocados naqueles lugares *inexistentes*, praticamente invisíveis por serem colocados do *outro lado da linha*.

Naquele tempo os fazendeiros só mexiam com boi [...] Depois vendeu. O velho morreu e os herdeiros – os filhos – foram vendendo. Vendeu pro grupo XX [nome da empresa]. Me dá uma tristeza. A gente chegava lá, chegava pra você ver: aquele mundo de gado, igual essa novela do Rei do Gado [...]. Aquele montão de gado dentro dos pasto, das pastaria. Hoje você chega lá, você só vê... não vê. Você não vê um veado, uma ema, nenhum, nada nada nada nada, você entendeu? Uma onça as vezes andando, qualquer coisa assim, qualquer um animal, uma anta – aqui na região tem muita anta – você entendeu? Um caítitu, uma capivara. Hoje em dia você só vê é pau de eucalipto. Me dá uma tristeza rapaz... quem conheceu. Você chegava lá na sede, parecia uma vila. Tinha escola, posto de saúde, tudo [...] E hoje você só vê pau plantado, até no terreiro das casa eles plantam eucalipto. Dá uma tristeza. Não enche mais, secaram as lagoas. Por isso que as águas tão acabando.²¹⁴

É importante observar que, segundo relato dos moradores de Paredão, os antigos fazendeiros – aqueles que moravam nas propriedades e ocupavam o topo das pirâmides das parentelas – compartilhavam do mesmo *sistema de valores* deles. Permitiam que os garimpeiros levantassem ranchos dentro de suas propriedades, com a condição de que dessem prioridade de venda dos diamantes para eles. Cediam terrenos para a criação e pequenos plantios, desde que os moradores fossem fiéis aos seus interesses e defendessem a propriedade. Permitiam a entrada de pescadores e caçadores dentro da fazenda, desde que estes tivessem a gentileza de levar uma carne ou um peixe para a

²¹⁴ Morador de Paredão de Minas. Transcrição de entrevista, 2015.

família do fazendeiro de vez em quando. Participavam da vida social do vilarejo e até financiavam algumas festividades, a reforma da igreja, uma melhoria aqui outra ali. Além de não cercearem os modos de vida tradicionais, os antigos fazendeiros, de certa forma, garantiam à plebe rural o acesso à terra.

Quando eu era mais novo, trabalhei a vida toda em carvoeira, em garimpo, nunca perturbaram. De uns quinze anos pra cá, quinze, vinte anos é que o bicho tá pegando: fiscaliza, aplica multa, vira um rolo danado. [...] Essa lógica, de que o povo é vagabundo, é interesseiro, você acha que parte de onde? Que é do próprio povo? Você acha que essa lógica, a princípio, parte é do povo? Eu não acredito que seja do próprio povo, é algo que vem de cima, é bolado lá em cima e vem sendo implantado na cabeça do sertanejo, do homem do campo, que está mais desinformado, que não teve oportunidade de andar, conhecer as coisas do mundo.²¹⁵

A imposição da *nova ordem* não só abalou as estruturas sociais, restringiu o acesso à terra, como – ambigualmente – fortaleceu o sentimento de igualdade entre a plebe rural e os antigos fazendeiros – *a nostalgia em relação ao que foi*. Isso esclarece muitas contradições com as quais nos deparamos ao adentrar este *sertão-fronteira*.

Internamente heterogêneas quanto à economia, muitas vezes formada de grupos familiares, de diversa forma, distribuídos numa hierarquia que revelava a influência do poder econômico e político; assim eram as *parentelas*. Porém, paradoxalmente, indivíduos e famílias, no seu interior, *se sentiam unidos pelos mesmos interesses sócio-políticos e econômicos, e unidos os defendiam*; sobrepunha-se o interesse da parentela ao das famílias e ao dos indivíduos, e por isso mesmo aquele se tornara finalmente o primeiro interesse de todos.²¹⁶

Retomamos outras perguntas presentes no início do texto da pesquisa: *Por que os moradores não questionam e reivindicam a posse da terra que está nas mãos de uns poucos que sequer nela vivem ou trabalham? Por que as articulações e adesões políticas ainda se estabelecem com base nos “antigos” valores personalistas e patriarcais e não a partir de, por exemplo, uma consciência de classe?*

Esmola pro pobre cego
Que perdeu seu de comer...
[...]
Seu Inácio era homem bom,
Don'Ana melhor não há.

²¹⁵ Morador de Paredão de Minas. Transcrição de entrevista, 2018.

²¹⁶ QUEIROZ. *O mandonismo local na vida política brasileira*, p. 184.

Na vida eu busco um tom
Pra sua bondade louvar.

O filho não lhe puxou
A bondade sem igual.
Em doutor já se formou
Mas aos pobres só faz mal.

Ruim que nem Satanás
Homem de mau coração,
É Artur, seu capataz
Incapaz de u'a boa ação...
[...]
Esmola pra um pobre cego
Que perdeu o de comer...²¹⁷

A ordem local já incorporava a propriedade privada – na forma do latifúndio – nas bases de sua estruturação e, como já abordado, os grupos sociais se baseavam em *estruturas solidárias verticalizadas* – pertencentes à distintas classes sociais – em que os sujeitos compartilhavam um mesmo sistema de valor e se uniam em torno dos mesmos interesses – os definidos pelos senhores rurais.

Livre, e por isso mesmo dependente. Sem ter nada de seu, e por isso mesmo servidor pessoal de quem tem. Inconsciente de seu destino, e por isso mesmo tenho seu destino totalmente determinado por outrem. Sem causas a defender, e por isso mesmo chefiado autoritariamente e fixado em sua posição de instrumento. Posto em disponibilidade pela organização econômica que não necessita de sua força de trabalho, e por isso mesmo encontrando quem dele disponha, para outras tarefas que não as da produção. Tal é a condição dessa imensa massa de sujeitos disponíveis em suas “existências avulsas”, que estavam aí para serem usados, e que o foram, ao longo de toda a história brasileira.²¹⁸

Esta *dupla condição subalterna*, em que os sujeitos têm seus modos de vida cerceados e seus saberes desvalorizados ao mesmo tempo em que são condenados à mão de obra barata, relaciona-se diretamente às duas manifestações mais cabais do *pensamento abissal* – o conhecimento e o direito modernos.²¹⁹

Eu penso que esses estudos [estudo de impacto ambiental] não deveriam ser igual eles fazem. Tudo bem, geólogo estudou, mas geólogo não foi criado aqui dentro, é claro que nós aqui do lugar vamos saber muito mais. A pessoa aqui do lugar, que presta atenção na

²¹⁷ AMADO. *Seara Vermelha*, p. 32.

²¹⁸ QUEIROZ. *O mandonismo local na vida política brasileira*, p. 41-42.

²¹⁹ SANTOS. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes, p. 24.

natureza, que presta atenção no lugar, que vive da caça, da pesca do lugar, ela sabe muito mais do impacto do que um geólogo que é formado, que sai lá não sei de onde e chega aqui. Ele não vai saber da metade do impacto que causa. Eu acredito que nós barranqueiros, que vivemos disso aqui, vamos ter muito mais conhecimento do que pode gerar de ruim do que a pessoa que vier de lá pra cá. E o que acontece é o contrário: eles [empresas] vêm, traz essas pessoas [pesquisadores] aqui, pega uma pessoa do lugar pra andar com eles, e eles [pesquisadores] é que vão falar o que é e o que não é. *Mas muitas vezes anda com você no mato e passa pisando numa planta que é remédio e não sabe que é um remédio.*

No dia da audiência [audiência pública da PCH Paredão de Minas] eu questionei a respeito do impacto. A mulher respondeu que no livro tinha. Eu falei pra ela: “eu sou preguiçoso, não gosto de ler não”. Um puta livro! Acho que tem umas mil páginas. E eu vou ler uma *coisera* dessa? E te garanto que pode ir lá, nas páginas, que não vai encontrar as informações que precisa. E foi isso que eu questionei na audiência: “pois é, vocês vão tirar isso tudo, árvore frutífera, ramos, raízes que são remédios. Vocês estão falando que vão repovoar envolta da represa... mas será que vocês vão plantar tudo de volta? Eles fazem os ranchos na beira da barragem, pra vender pra pescador, igual aconteceu em Três Marias. Repovoou o que? Encheu de rancho de pescaria, lotearam e venderam lote a preço de ouro. E tudo gente de fora, só barão, só quem tem dinheiro, e o pessoal mesmo, que era do lugar, ficou sem nada. E a mulher [palestrante na audiência] me mandou calar a boca porque eu “estava perturbando a audiência”! Oxi!²²⁰

Ao revisitarmos o arcabouço de leis e diretrizes que regulamentam a conservação do meio ambiente, rapidamente percebemos a confusa e burocrática estrutura fiscal e normativa: órgãos e entidades multiescalares tratando de questões comuns com baixíssima intersectorialidade, legislações sobrepostas e por vezes divergentes, conceitos esvaziados de sentido, dentre outros problemas que alargam o *abismo cognitivo* que separa, inclusive, o meio e o homem. Os processos de licenciamento ambiental apresentam falhas muito bem denunciadas pelo morador de Paredão de Minas, falhas que, se ignoradas, reduzem toda legislação ambiental a um simples *instrumento de legitimação de impactos* gerados pelos empreendimentos dos *donos do poder*: quem tem “influências” ou consegue cumprir todas as *burocracias*, tem direito à terra. A questão não se resume, pontualmente, às falhas técnicas, aos questionáveis processos ditos participativos, à prolixidade dos estudos de impacto, às corrupções ou à “interdisciplinaridade de fachada”²²¹ das equipes técnicas. Estas

²²⁰ Morador de Paredão de Minas. Transcrição de entrevista, 2018.

²²¹ GUATTARI. Fundamentos ético-políticos da interdisciplinaridade, p. 24 *apud* HISSA. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*, p. 107.

falhas, na verdade, são consequências da *crise do projeto da modernidade*, da *hegemonia da ciência e do direito modernos* a partir dos quais a questão ambiental é pensada.

5.4) Migração: um pobre caminhozinho²²²

A expansão da lógica moderno-capitalista pelo sertão tem relação direta com os processos migratórios, principalmente das populações rurais. De forma geral, a diminuição do número de habitantes das áreas rurais do norte mineiro relaciona-se diretamente à migração destes sujeitos.

A modernização capitalista de um modelo agrário que persiste em se manter fundado na grande propriedade de terras vem agravando o quadro de exclusão social no campo brasileiro. A migração, como válvula de escape, favorece a perpetuação do modelo e as políticas de colonização [e] apenas têm configurado o velho hábito das elites do país de deslocar o problema em vez de resolvê-lo.²²³

Apesar do êxodo rural no nordeste brasileiro ser comumente associado à seca, autores como Celso Furtado²²⁴ e Darcy Ribeiro²²⁵ afirmam que esta era apenas uma das fragilidades da região, que acabava por reforçar outras. A principal questão, sempre adiada e ofuscada pelos projetos de planejamento regional, esteve a todo momento ligada à *estrutura fundiária* extremamente concentradora e às precárias condições sociais e econômicas de trabalho.

A forma como se deu a expansão do capitalismo industrial no norte mineiro está diretamente relacionada à concentração populacional em determinados centros urbanos, sendo grande parcela desta população formada por antigos moradores das áreas rurais que se direcionaram às cidades. As localidades que mais se destacaram industrialmente na região – como Montes Claros, Pirapora e Várzea da Palma – tornaram-se, a partir da década de 1970, os principais destinos daqueles que buscavam melhores condições de vida.

²²² “Mas liberdade – aposto – ainda é só alegria de um pobre caminhozinho, no dentro do ferro de grandes prisões.” ROSA. *Grande Sertão: veredas*, p. 432.

²²³ GONÇALVES, Carlos Walter-Porto. *Formação sócio espacial e questão ambiental no Brasil*, p. 327.

²²⁴ FURTADO. *A fantasia Desfeita*.

²²⁵ RIBEIRO. *O povo brasileiro*.

O atual município de Buritizeiro emancipou-se de Pirapora em 1962. Neste mesmo ano, o novo município passou a contar com a sede e dois distritos: Cachoeira do Manteiga e Paredão de Minas. Em 1997, o vilarejo de Sambaíba de Minas também foi reconhecida como distrito.²²⁶ Dentre os municípios de Minas Gerais, Buritizeiro possui a 5ª maior extensão territorial – 7.217km² – e, atualmente, conta com uma população estimada de 27.988 habitantes.²²⁷ Ao se emancipar, Buritizeiro passou a ser responsável pela administração de mais de 90% da área rural que antes pertencia à Pirapora. As cidades de Pirapora e Buritizeiro apresentam malhas urbanas conurbadas, sendo divididas por um marco natural, o rio São Francisco.

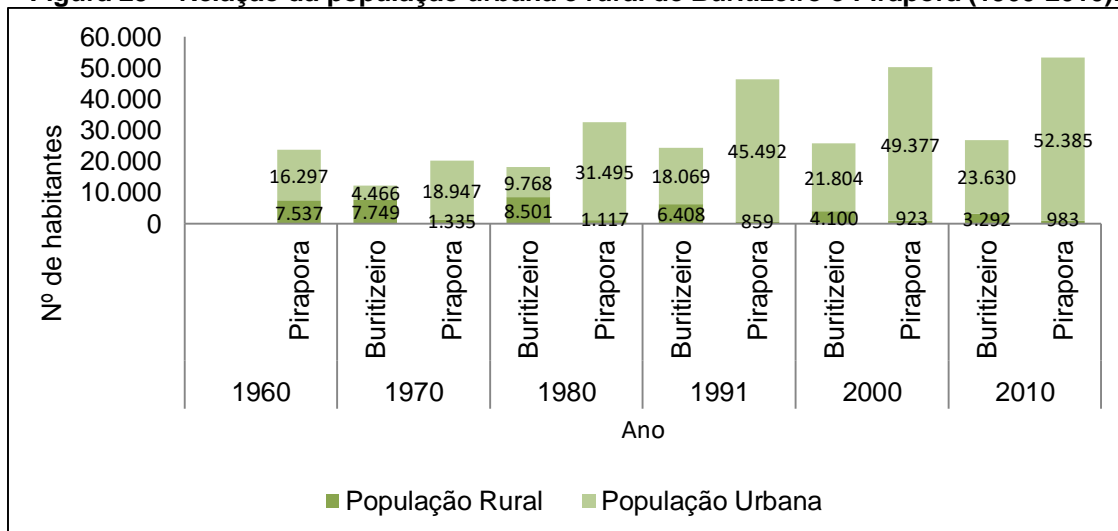
O reordenamento de 1962 colocou Buritizeiro na contramão das dinâmicas territoriais e demográficas dos municípios brasileiros. No auge das taxas de urbanização do país, Buritizeiro se deparou com 63% (7.749 habitantes) de sua população total vivendo na área rural²²⁸ e uma sede urbana pouco estruturada que mantinha alto grau de dependência em relação aos serviços e equipamentos urbanos de Pirapora. Até a década de 1980, a população rural de Buritizeiro cresceu cerca de 10% se comparada aos dados do Censo IBGE de 1970. Porém, após este período, o declínio do número de habitantes da área rural foi intenso.

²²⁶ De acordo com o *Sindicato Rural de Buritizeiro*, além dos 4 distritos (incluindo a sede) o município conta com 6 assentamentos, 14 povoados, além de ocupações tradicionais ribeirinhas, indígenas e quilombolas, muitas destas ainda não reconhecidas pelos órgãos competentes.

²²⁷ IBGE. *Cidades. Buritizeiro*. v4.3.14.0. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/buritizeiro/panorama>. Acesso em 11 de dezembro de 2018.

²²⁸ IBGE. *Censo Demográfico 2010*.

Figura 25 – Relação da população urbana e rural de Buritizeiro e Pirapora (1960-2010).



Fonte: IBGE. Séries históricas e estatísticas. *População por situação de domicílio*. Elaboração da autora.

Os moradores e ex-moradores de Paredão de Minas, quando questionados, enfatizam a *falta de emprego* como um dos principais motivos da migração para os centros urbanos. *A resposta que explica a migração rumo às cidades realmente se resume à falta de emprego?*

Existem outras justificativas, como, por exemplo, a possibilidade de formação em instituições de ensino superior e técnico, acesso a equipamentos de saúde, ou até mesmo a escolha por uma vida urbana. Porém, a questão é que a grande maioria dos que migram o faz mais por falta de condições para permanecer no lugar do que por uma livre escolha diante de uma suposta gama de possibilidades oferecidas pelo “mundo moderno”. Além disso, muitos ex-moradores relatam o desejo de voltar.

[Quando você saiu de Paredão?]

Sáimos de lá em 2004. Faltava emprego e só tinha até a quinta série.

[A família toda se mudou?]

Sim. Quase todos, só ficou uma irmã.

[Com o que sua família trabalhava?]

Minha mãe trabalhava na roça, com limpar lavoura.

[Muita gente disse que trabalhava na roça, mas que hoje não tem trabalho. Por que não tem trabalho?]

Antes tinha muito fazendeiro ao redor de Paredão. Aí foi parando aos poucos, e cada dia fica mais difícil de trabalhar. E ainda vai ter muita gente saindo de lá por falta de emprego. Estive lá essa semana e fiquei

triste por ver o lugar onde nasci naquela situação. Políticos só aparecem lá só quando querem votos, e depois somem. Lá só está ficando os aposentados e alguns poucos que tem barzinho ou outro comércio.

[Você ou sua família voltariam pra lá se tivessem oportunidade de emprego e melhores condições de educação e saúde?]

Sim, com certeza! Eu adoro aquele lugar.²²⁹

[Quando você saiu de Paredão?]

Eu saí de Paredão com 12 anos. Hoje tenho 42. Fui morar com uma família aí em BH, para estudar e trabalhar na casa deles. Morei com eles por 20 anos. Aí me casei, tive filhos e hoje moro em Uberaba. Naquela época isso era normal as meninas irem morar com famílias para estudar e trabalhar. A escola lá só tinha até a 5ª série, mas hoje tem até o 2º grau.

[Sua família ainda mora em Paredão?]

Hoje, só um irmão e minha tia com a família dela. Moram em uma fazenda próxima de lá.

[E seus pais, na época que você morava em Paredão, trabalhavam com o que?]

Na roça, no garimpo, no que aparecia. A vida lá era muito difícil, as famílias plantavam e pescavam para sua sobrevivência. Mas mesmo com toda dificuldade, era um paraíso!

[Seus pais ainda estão vivos?]

Os meus avós que faleceram, minha mãe ainda está viva e gozando de boa saúde. Lá em Paredão todos a conhecem como Eva de Mocó, que era o apelido do meu avô.

[E ela mudou de lá por quê?]

Foi mesmo por causa de trabalho. Mas minha mãe ainda vai muito lá, tem muitas amigas por lá.

[Muita gente foi embora, muitas casas estão abandonadas... Porque você acha que isso está acontecendo?]

Eu acho que é mesmo por uma qualidade de vida melhor. Paredão não tem emprego, saúde. Eu não tenho muita certeza, mas acho que não tem mais transporte de Buritizeiro para Paredão, que antes era diário. O custo de vida lá era alto. Tudo lá é muito difícil, é uma cidade abandonada. Os políticos da região só lembram de lá nas eleições, e infelizmente, ainda perduram os votos de cabrestos.

²²⁹ Ex-morador de Paredão de Minas. 2015. Entrevista realizada via Facebook.

[O que foi mais marcante pra você durante a infância, lá em Paredão?]
O rio era lindo e muito gostoso. Passar as minhas tardes dentro dele era perfeito. As mangueiras que eu subia no pé... as famílias eram unidas, uns cuidavam dos outros, e nas noite de lua cheia sentávamos na calçada da casa do Sr. Nestor e Dona Santinha, que era a esposa dele. Enquanto minha mãe e ela faziam farinha ou biscoito de polvilho, ele ficava contando histórias para nós. Se por acaso você tiver a oportunidade, pede para ele contar para você. A quantidade de crianças que ficavam por horas ouvindo as histórias. Brincávamos muito uns com os outros. Não tinha brinquedo comprado, tudo era feito por nós.²³⁰

Hoje, Paredão de Minas conta com 120 habitantes e cerca de 50% das residências abandonadas. *Até que ponto a migração para centros urbanos é uma escolha diante das mudanças de valores e referências culturais, e até que ponto reflete a expropriação de sujeitos que tem seus meios e modos de vida cerceados por uma ordem externa que se insere no território?*

A substituição de antigas técnicas e produções pouco mecanizadas – pecuária extensiva, pequenas plantações, produção de queijo, farinha, rapadura, artefatos de couro – por *modelos de produção e técnicas intensivas em capital*,²³¹ características das grandes monoculturas e da pecuária intensiva – reduziu as possibilidades de trabalho, que, inclusive, já não eram muitas. Isto, somado ao que já discutimos sobre o cerceamento das práticas que antes proporcionavam aos sujeitos modos de vida mais autônomos, e à alteração das estruturas sociais a partir do processo de comercialização da cooperação e proletarização do trabalho, relacionam-se diretamente aos processos migratórios. Além do número de postos de trabalho de fato diminuir, a demanda por trabalhos remunerados tem crescido. Forma-se, a partir destes quatro processos que enfatizamos, uma *classe proletária* que antes não era tão bem definida. Dentro desta classe, estão principalmente os jovens.

Os sertões se fizeram, desse modo, um vasto reservatório de força de trabalho barata, passando a viver, em parte, das contribuições remetidas pelos sertanejos emigrados para sustento de suas famílias. O grave, porém, é que emigram precisamente aqueles poucos sertanejos que conseguem alcançar a idade madura, com maior vigor físico, tendendo a fixar-se nas zonas mais ricas do Sul aqueles nos

²³⁰ Ex-moradora de Paredão de Minas. 2015. Entrevista realizada via Facebook.

²³¹ VARSANO. *Os incentivos fiscais do imposto de renda das empresas*.

quais a paupérrima sociedade de origem investiu o suficiente para alfabetizar e capacitar para o trabalho. Desse modo, o elemento humano mais vigoroso, mais eficiente e mais combativo é roubado da região, no momento preciso em que deveria ressarcir o seu custo social.²³²

Como muitos jovens de Paredão – principalmente os nascidos já nos anos 2000 – não acompanharam o processo de rompimento do isolamento a partir da chegada das grandes empresas, da energia elétrica, da água encanada, dos produtos industrializados e da televisão – eles nasceram quando estas coisas já estavam lá – as relações de *pertencimento* da maioria com o lugar e os *antigos modos de vida*, não são tão fortes se comparada aos moradores mais velhos. Além disso, o acesso cada vez maior à referências de um modo de vida urbano – principalmente com a chegada do sinal de celular e internet em 2013 – faz com que estes jovens passem a desejar outras coisas que Paredão de Minas não oferece. Mesmo assim, há os que desejam ficar.

Eu tento buscar coisas boas pra cá, sabe? Eu uso desse lado meu artístico pra isso. Muita gente fala que aqui não tem um campo aberto pra esse lado, que aqui é um lugar pequeno. Aí fala: “você desenha, é bom pra compor poemas”. Então, isso aqui não tem, não tem como você, por exemplo, levar isso profissionalmente, não tem como. Então tem gente que fica falando isso comigo, falava que eu estou desperdiçado: “Ah Tião, você está desperdiçado aqui, você tem que sair...”. Então é isso aí, eu gosto de fazer as coisas mais pra esse lado, não só falando da minha história, mas olhando a de algumas pessoas também daqui. Eu queria trazer isso pra cá, esse interesse das pessoas em passar a conhecer mais Paredão, de coisas boas virem pra cá. Na realidade, meu sonho é esse.²³³

Faz-se importante, neste momento, refletir sobre os diferentes caracteres da antiga e da nova *mobilidade*. Antes dos processos de sedentarização em terras sertanejas, a mobilidade se apresentava como um mecanismo de ajustamento do “equilíbrio instável” das sociedades caipiras, como abordado no primeiro capítulo desta pesquisa. Mesmo a mobilidade dos povos sertanejos, especificamente, apresentava-se como um mecanismo de ajustamento devido às grandes extensões de terra, à dispersão dos povoamentos e às atividades da pecuária extensiva. Os vaqueiros e boiadeiros percorriam grandes distâncias para transportar as reses, e por vezes criavam pequenos currais distantes quando recebiam – como forma de pagamento – algumas cabeças de gado.

²³² RIBEIRO. *O povo brasileiro*, p. 347.

²³³ Morador de Paredão de Minas. Transcrição da entrevista, 2015.

Porém, a *nova mobilidade*, associada à chegada da *nova ordem moderno-capitalista*, rompe este “equilíbrio instável”.

A incorporação à economia capitalista altera as posições na estrutura tradicional e possibilita a definição de outras, fora dela. Este último processo se prende aos *novos tipos de mobilidade*. Como foi assinalado mais de uma vez, esta representou sempre, na sociedade caipira, um mecanismo de reajustamento do seu equilíbrio instável. Mas a mobilidade de outrora levava à multiplicação constante de agrupamentos do mesmo tipo [...]. Deste modo, *recriava os mínimos de sociabilidade* em torno dos mínimos de subsistência, promovendo pela conjugação de ambos, a reorganização das condições próprias aos agrupamentos de vizinhança. Ao contrário, a *mobilidade de hoje* conduz muitas vezes ao abandono completo dos gêneros tradicionais de vida, quer levando o caipira ao trabalho em zonas de *agricultura moderna*, onde se incorpora aos novos padrões, quer, sobretudo, incorporando-o ao *proletariado urbano*.²³⁴

Não podemos desconsiderar todo o processo de *inferiorização* dos modos de vida camponeses em relação à vida urbana, o esforço da grande mídia em inculcar novos padrões de vida e consumo, assim como todos os processos de cerceamento e opressão aqui discutidos. Porém, devemos assumir algum nível de consciência e autonomia dos que migram para os centros urbanos em busca de um outro estilo de vida. Estes de fato existem, mas pensamos que seria necessário um estudo mais aprofundado a respeito das subjetividades destes processos migratórios. Não partimos do pressuposto que todos deveriam querer permanecer nos lugares onde nasceram ou foram criados, porém, não podemos entender a *nova mobilidade* como algo “natural” à cultura local, nem mesmo reduzi-la a uma simples *questão de escolha*.

Se considerarmos o histórico *regime colonial de subalternidade* ao qual a plebe rural sertaneja sempre esteve submetida, a migração rumo aos centros urbanos não se contrapõe à histórica condição desses sujeitos: a de *homens provisórios*.

Por mais anos ou gerações que permaneça numa terra, o sertanejo é sempre um *agregado transitório*, sujeito a ser desalojado a qualquer hora, sem explicações ou direitos. Por isso, sua casa é o rancho em que está apenas arranchado; sua lavoura é uma roça precária, só capaz de assegurar-lhe um mínimo vital para não morrer de fome, e sua atitude é a de reserva e desconfiança, que corresponde a quem vive num mundo alheio, pedindo desculpas por existir. Quando, apesar de todos os seus cuidados para viver desapercibido, torna-se objeto de atenção, é para ver desencadearem-se sobre si novas iniquidades,

²³⁴ CÂNDIDO. *Os Parceiros do Rio Bonito*, p. 185. Grifos nosso.

que só pode enfrentar com a violência, agravando ainda mais suas desgraças.²³⁵

Em certa medida, estes sujeitos aceitavam a *fragilidade dos laços* que lhes possibilitavam o acesso à terra. Ainda hoje, não questionam diretamente – por ignorância, submissão ou medo – os históricos privilégios dos proprietários rurais.

Quem é pobre, pouco se apega, é um giro-o-giro no vago dos gerais, que nem os pássaros de rios e lagoas. O senhor vê: o Zé-Zim, o melhor meeiro meu aqui, risonho e habilidoso. Pergunto: – “Zé-Zim, por que é que você não cria galinhas-d’angola, como todo o mundo faz?” – “Quero criar nada não...” – me deu resposta: – “Eu gosto muito de mudar...” Está aí, está com uma mocinha cabocla em casa, dois filhos dela já tem. Belo um dia, ele tora. É assim. Ninguém discrepa. Eu, tantas, mesmo digo. Eu dou proteção. Eu, isto é – Deus, por baixos permeios...²³⁶

Porque tudo que desejava nesse mundo onde se está para sofrer, teria sucedido, e não lhe restaria mais nada em que pensar, pois de há muito aprendera que desejar a posse da terra que trabalhavam era um sonho impossível e irrealizável.²³⁷

Segundo Hanna Arendt²³⁸, nem o poder mais despótico apoia-se exclusivamente na coerção por não poder prescindir totalmente de uma dose de consentimento. Porém, como pontua Eric Hobsbawm, “mesmo aqueles que aceitam a exploração, a opressão e a submissão como norma da vida humana sonham com um mundo [em] que [estas] não existam.”²³⁹

Deixa, que, daqui uns meses, neste nosso Norte, não se vai ver mais um qualquer chefe encomendar para as eleições as turmas de sacripantes, desentrando da justiça, só para tudo destruírem, do civilizado e legal.²⁴⁰

A migração – assim como o ajustamento dos modos de vida perante à imposição da *nova ordem* – nesta perspectiva, manifesta-se como estratégia de sobrevivência e alimentação da esperança: eles, os *homens provisórios*, apegam-se às suas relativas liberdades e tentam convencer-se de que, com a permissão de Deus, terão uma vida melhor, menos provisória, talvez. A

²³⁵ RIBEIRO. *O povo brasileiro*, p. 362. Grifos nosso.

²³⁶ ROSA. *Grande Sertão: veredas*, p. 51-52.

²³⁷ AMADO. *Seara Vermelha*, p. 20.

²³⁸ ARENDT. *Da violência*, p. 31-32.

²³⁹ HOBBSAWM. *Bandidos*, p. 21.

²⁴⁰ ROSA. *Grande Sertão: Veredas*, p. 178.

resistência não está só nos que ficam, ela também está nos que partem e levam dentro de si o sertão – que é o mundo.

Figura 26 – Voo.



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

Liberdade – aposto – ainda é só alegria de um pobre caminhozinho, no vão dos ferros de grandes prisões. Tem uma verdade que se carece de aprender, do encoberto, e que ninguém não ensina: o beco para a liberdade se fazer.²⁴¹

²⁴¹ ROSA. *Grande Sertão: Veredas*, p. 432.

5.5) A adesão pelo abandono

Como argumentamos ao longo do trabalho, a vida política brasileira é marcada pela grande capacidade de ajustamento às estruturas de poder por parte dos *homens definitivos*. A vida política do sertão de hoje nos revela muitas das estratégias de dominação que ainda perduram.

O coronelismo dependia da existência das *relações solidárias verticalizadas*, personalistas, paternalistas – aquelas parcialmente abaladas com a chegada da nova ordem. Portanto, por mais que tenha sido “uma forma de poder político que floresceu na Primeira República”,²⁴² o coronelismo estendeu-se por um longo período nos lugares onde o Estado permaneceu ausente e a lógica moderno-capitalista demorou a se impor. Paredão de Minas foi um destes lugares. Portanto, por mais que não vivam o coronelismo *stricto sensu*, muitos “hábitos políticos” desta estrutura de poder ainda se manifestam sob o manto da democracia.

Em Paredão de Minas a população é composta principalmente por idosos e crianças. Os poucos jovens que desejam permanecer em Paredão disputam os escassos cargos públicos que o distrito oferece: atendente da casa de correio, agente do posto de saúde, agente de limpeza urbana, chefe distrital, agente do SAAE para manutenção da caixa d’água, posto da guarda municipal e alguns cargos auxiliares da escola. Dos cargos técnicos, ou que exigem formação superior – como os ofertados pela escola – são, majoritariamente, ocupados por pessoas de fora.

No município de Buritizeiro, de modo geral, os cargos públicos – que em sua maioria são *cargos de indicação* – tornam-se uma forte *moeda* para compra de votos e articulações políticas, principalmente em lugares onde a oferta de emprego é pequena. É praticamente uma nova modalidade do “voto de cabresto”. Esta relação não se estabelece estritamente entre o governo municipal e funcionários indicados. Ela se estende à medida que muitos destes tornam-se *cabos eleitorais* dos políticos da situação. Este sistema de indicação de cargos públicos também reflete na constante desestruturação das secretarias e órgãos do município. Afinal, a substituição frequente e arbitrária de funcionários

²⁴² QUEIROZ. *O mandonismo local na vida política brasileira*, p. 155.

– substituições que pouco envolvem critérios de formação ou qualidade da atuação profissional – baseiam-se em *interesses particulares*. As críticas dos sujeitos locais em relação a isto ainda são muito incipientes. De certa forma, esta lógica é aceita com naturalidade pelos moradores de Paredão, pois este “novo sistema” pouco difere das antigas relações de opressão as quais, até pouco tempo, estavam submetidos. Porém, também é possível perceber certo descontentamento frente a tais injustiças.

Certamente, esta não é uma realidade política restrita a Paredão, muito menos ao município de Buritizeiro. Apesar disso, nos ateremos a refletir sobre este processo a partir das situações realmente vividas e presenciadas durante a pesquisa.

É de assinalar, porém, que o *despertar da consciência sertaneja* para sua própria causa não assume, ainda, uma atitude de rebeldia generalizada. Mas alcança já uma postura de *inconformismo* que contrasta com a resignação tradicional. Não chega a explicar a vida social em termos realistas de interesse em choque e, raramente, põe em dúvida as *representações sagradas* do mundo que explicam pela sorte e pela *ajuda divina* a riqueza dos ricos e a pobreza dos pobres. Sua inconformidade revela-se, principalmente, por *atitudes de fuga*: a *idealização do passado* como uma idade mirífica em que o vaqueiro era pago em reses e em que as terras eram livres para quem as quisesse ocupar e trabalhar; a idealização da vida em outras regiões do país, onde a vida é fácil e um homem, com pouco esforço, pode comer fartamente e viver com dignidade. E a *esperança* de ver surgir um novo *paternalismo governamental*, que seja mais sensível à sua causa do que aos interesses dos fazendeiros. Essas atitudes, porém, antes conduzem ao *abandono do sertão* por outras paisagens rurais e pelas cidades e a um *redentorismo político* do que a uma pressão ativa pela reordenação da sociedade sertaneja.²⁴³

Numa visão mais ampla a respeito da vida política em Paredão de Minas, podemos dizer que a *ausência de critérios ideológicos* nas relações políticas – situação abordada no primeiro capítulo – apresenta-se como uma constante. O que acontece é, na verdade, uma *adesão pelo abandono*. Distanciados dos antigos fazendeiros aos quais recorriam quando o Estado era ainda mais ausente, os sujeitos locais tendem a estabelecer laços com aqueles políticos que parecem se importar com o pequeno distrito. Neste contexto, tanto os projetos e planos de gestão, quanto as ideologias, são praticamente ignorados como critério de adesão política: vota-se em quem promete não condená-los à situação de abandono.

²⁴³ RIBEIRO. *O povo brasileiro*, p. 360-361. Grifos nosso.

Apesar da *adesão pelo abandono*, o critério ideológico aparece à medida que a escala administrativa se distancia. No nível presidencial, por exemplo, discute-se – mesmo que de forma incipiente – sobre as propostas de governo. O conservadorismo é evidente. Existe preconceito racial, religioso, machismo e homofobia. Religião – principalmente as cristãs – e família são duas bases extremamente valorizadas pelos sujeitos locais e, por mais que muitos reconheçam a importância das políticas sociais dos últimos governos do Brasil, as “ideia da cidade”, como por vezes são adjetivadas, de fato não contemplam muitos dos valores locais. Porém, mesmo e principalmente enquanto pesquisadores, acredito não podemos abrir mão de nossa condição de *sujeitos do mundo*. Isto significa que não devemos permanecer calados e inertes frente ao que nos parece injusto e violento. Precisamos construir novas formas de diálogo, novas estratégias de luta que, certamente, não serão iguais as que aprendemos a mobilizar nos centros urbanos. É um grande desafio.

5.6) A institucionalização dos laços comunitários

O Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Distrito de Paredão de Minas foi fundado em 1986.²⁴⁴ Durante os primeiros anos, a associação buscou desenvolver projetos de plantio de mandioca, hortas comunitárias e a ampliação do sistema de canalização de água para as casas.

Os 14 moradores locais que não contavam com água encanada em seus quintais reivindicaram mudança no projeto, solicitando que a verba fosse destinada para aumentar o sistema de canalização. Os interessados na alteração do projeto também alegaram que a utilização de xafaris já havia sido experimentada e, na ocasião, gerou desordem e brigas, chegando a ser eliminada pela administração anterior.²⁴⁵

Porém, de acordo com os registros do livro de atas do Conselho, estes projetos não se concretizaram. Diante das dificuldades, tanto em relação à

²⁴⁴ A Associação Comunitária de Paredão de Minas foi registrada com a razão social *Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Distrito de Paredão de Minas*. Desta forma, o termo Conselho será empregado, neste trabalho, para se referir à Associação.

²⁴⁵ *Livro de Atas* do Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Distrito de Paredão de Minas. Paredão de Minas: 15 de outubro de 1986.

gestão comunitária quanto às condições naturais da região, a Associação paralisou seus trabalhos entre os anos de 1987 a 1991.

O Sr. Juvêncio, na qualidade de presidente, esclareceu que o dinheiro veio em nome da Associação Comunitária de Buritizeiro, e que o Sr. Nivaldo Batista estava efetuando a aplicação do referido dinheiro na qualidade de presidente da referida associação de comum acordo com Sr. Juvêncio, e a diretoria efetuando a compra do material, desmatamento, gradação, compra de arame, grampos, formicida e que o material não aplicado estava guardado a disposição de quem interessasse ver. [...] Logo em seguida, falou-se a respeito do plantio de mandioca, que não estava satisfatório. O Sr. Juvêncio apelou para que os plantadores fizessem o máximo empenho possível no sentido de que fossem replantadas as áreas de mandioca que tiveram muitas falhas devido o tempo pouco chuvoso. [...] Juvêncio disse não ter interesse na horta, porém Paulo pontuou que, como presidente, ele deveria coordenar.²⁴⁶

A partir de 1991, o Conselho buscou parcerias com órgãos como a SUDENOR – Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas e a EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais. Em 1995, através do PAPP – Programas de Apoio ao Pequeno Produtor Rural da Região Mineira do Nordeste, Paredão de Minas conseguiu o financiamento de um trator agrícola, de um sistema completo de irrigação e ferramentas. Também foi iniciada a construção de um galpão para armazenamentos dos equipamentos e o cercamento do terreno destinado ao plantio.

De 1991 até o início do ano de 2018, o trator pouco foi utilizado para os plantios comunitários. Os projetos sempre eram interrompidos antes e as atividades paralisadas. No período em que estive em Paredão, o trator encontrava-se com um fazendeiro, o que era constante motivo de discórdia entre os moradores. O sistema completo de irrigação nunca foi instalado. Alguns dutos haviam sido furtados ou “emprestados”, e o motor estava abandonado sob as ruínas do galpão que nunca foi finalizado. O terreno destinado ao plantio estava tomado pelo mato. Era nítida a frustração dos moradores de Paredão frente ao histórico da Associação. Além da frustração, a desconfiança em relação às diretorias do Conselho era geral.

²⁴⁶ *Livro de Atas* do Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Distrito de Paredão de Minas. Paredão de Minas: 8 de janeiro de 1987.

Em 1996, ano em que o Conselho interromperia por um longo período suas atividades, a última reunião foi marcada por uma briga entre irmãos – membros de uma mesma *parentela* – que há anos se revezavam na presidência. Segundo os moradores, o conflito foi tão intenso que impossibilitou o funcionamento da Associação. Os interesses individuais dos mais influentes minavam todas as incipientes iniciativas de gestão comunitária. A Associação de Paredão de Minas só retomaria suas atividades no primeiro semestre de 2018, durante o período em que estive presente.

Ex-presidente da Associação: Igual a diretora da SUDENOR falou, não pode olhar pra trás. Nós temos 36 tubulões, canos de irrigação. Foi “desviado”, a gente não sabe pra onde foi. A política aqui é tão suja, que tiveram várias eleições só para enganar a comunidade. Fulano e Ciclano eram presidente e vice-presidente só na conversa, não registravam as atas. Ficou só no Paredão. É aquela política pra acamar, “aqui ninguém mexe”.²⁴⁷

Uma das primeiras *emergências* que identifiquei em Paredão foi o desejo de alguns moradores em reativar a Associação. Diante disso, nos reunimos, verificamos as medidas legais que deveriam ser tomadas, definimos o dia da reunião para eleição da chapa e reativamos oficialmente a Associação. As primeiras reuniões foram grandes desabafos sobre como, até então, teria funcionado a associação comunitária. *Por que um vilarejo de 120 habitantes apresenta tantos conflitos internos e dificuldades para se representar enquanto comunidade?* Era o que me perguntava.

Rixas pessoais – que muitas vezes não envolviam diretamente os atuais moradores, mas eram derivadas de oposições antigas entre famílias e parentelas – ressurgiam das cinzas e exaltavam os ânimos durante as reuniões. Muitos desconfiavam que, uma hora ou outra, a Associação acabaria sendo corrompida pelos interesses individuais dos membros da diretoria ou de algum político que quisesse tirar proveito da comunidade. A desconfiança e a frustração tinham fundamentos, pois, de fato, era para essa direção que as coisas sempre caminhavam.

²⁴⁷ Reunião do Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Distrito de Paredão de Minas para eleição da chapa da nova diretora. 15 de fevereiro de 2018, Paredão de Minas. Transcrição de áudio.

Presidente da Associação: Se quiserem montar outra chapa pode, não tem problema nenhum. Ter outra chapa não quer dizer que está dividindo.

Associado: Mas tem que ir na reunião pra ouvir. Porque eles não vem ouvir, e ficam por fora falando.

Presidente da Associação: Nós até falamos, nas outras reuniões, o seguinte: as pessoas têm que participar, mas eu queria muito que usassem o bom senso, pra não ferir. Eu estou falando isso não é dos que tão aqui, é do passado. Já teve briga dentro da Igreja! O padre até barrou, disse que não podia mais reunir na Igreja. Quase que dá porrada dentro da igreja. Eu acho que aquilo que é bom vai ser bom pra todos, não é só pra um. Pra que precisa brigar? E o que nós vamos lutar pra não interferir é a política, querer fazer política dentro de associação. Todas associações que tiveram aqui junto com política, não funcionaram.

Associado: muitos vem buscar o voto do povo através de associação.

Presidente da Associação: Aqui no Paredão, nos outros governos, política derrubou. Travou tudo, brigaram com prefeito, virou um anjo de carvão. Então, o que tem que ser resolvido dentro da Associação é em reunião.²⁴⁸

Além deste histórico, foi possível perceber a ausência de *senso comunitário* por parte de muitos moradores. Poucos compareciam às reuniões, muitos não se dispunham a colaborar com as tarefas, as críticas nada construtivas eram constantes e os poucos realmente engajados se sentiam sobrecarregados. Inicialmente, minha hipótese era que este suposto *senso comunitário* havia sido abalado devido a chegada das empresas. Porém, ao investigar as condições históricas e políticas da formação dos grupos sociais sertanejos – abordadas principalmente no primeiro capítulo deste trabalho – percebi que, na verdade, esse *senso comunitário* ainda estava por ser construído. Isto retoma a afirmativa de Maria Isaura Pereira Queiroz: “a *solidariedade horizontal*, sem nada a ver com a parentela, não apenas era inexistente como não encontrava facilidade para surgir”.²⁴⁹ Walnice Galvão também soma a esta reflexão:

Na tipologia das instituições do direito público costumeiro, falta ainda estabelecer um nexo de análise entre essas várias instituições – a solidariedade da família senhorial, o partido do coronel, o banditismo coletivo, etc. – e o sistema global de que fazem parte. Todas elas se reportam a um regime autoritário de dominação, ao poder que emana

²⁴⁸ Reunião do Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Distrito de Paredão de Minas para eleição da chapa da nova diretora. 27 de fevereiro de 2018, Paredão de Minas. Transcrição de áudio.

²⁴⁹ QUEIROZ. *O mandonismo local na vida política brasileira*, p.202. Grifos nosso.

de cima, do chefe ou senhor: *a massa da população, a ele submetida, não reconheceu qualquer forma de organização que lhe fosse própria e defendesse seus interesses.*²⁵⁰

Em certa medida, as *relações solidárias horizontais* fundamentadas no *fator vizinhança* – fator que deriva dos *comuns* decorrentes da *partilha* do tempo, do lugar e dos valores – fortaleceram-se quando os moradores viram suas *estruturas solidárias verticalizadas* esfacelarem-se com a chegada da *nova ordem*. O poder perde sua face: os antigos fazendeiros são substituídos por empresas que ninguém sabe a quem pertence. A quem recorrer?

Apesar de não ser a condição que se deseja, a situação de extremo abandono impulsiona a *cooperação vicinal cotidiana* entre os moradores para além das parentelas e laços consanguíneos. A reativação da Associação de Paredão de Minas, neste contexto, se manifesta como um desejo de conquista de autonomia por parte dos sujeitos do lugar. Porém, o que torna este processo complexo, é o fato de a *cooperação vicinal cotidiana* se fortalecer ao mesmo tempo que os moradores passam ser interpelados por instituições modernas – o *sertão de fora* – não como indivíduos isolados, mas como uma *comunidade*. Ou seja, o incipiente fortalecimento das *relações horizontais* na escala do cotidiano ocorre ao mesmo tempo em que estas mesmas relações são institucionalizadas, elevando-as ao patamar político, o da *representatividade*.

²⁵⁰ GALVÃO. *As Formas do Falso: um estudo sobre a ambiguidade no Grande Sertão: Veredas: um estudo sobre a ambiguidade no Grande Sertão: Veredas*, p. 23. Grifos nosso.

Figura 27 – Trabalhos coletivos.



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

Figura 28 – Jovens trabalhando nos preparativos da Festa Julina.



Fonte: Acervo pessoal, 2015.

Quando os moradores enfatizam a necessidade de não se “colocar política dentro da Associação”, torna-se claro que o que eles entendem por *política* se resume ao que de pior há dentro da política – e eles tem motivos para pensar assim. Ainda não há uma consciência clara, por parte dos sujeitos locais,

de que a associações comunitárias são entidades essencialmente políticas, e que, na verdade, o que se precisa fazer é colocar em xeque os “velhos hábitos políticos” e, ao mesmo tempo, reinventar a própria política. Como exigir destas associações comunitárias – como a de Paredão de Minas – uma coesão interna e representativa? É tudo muito novo. A partir daí, conformam-se vários conflitos e contradições: antigos *sistemas de valores* se mesclam aos novos, novas linguagens e burocracias – que fogem à ordem local – surgem como grandes entraves, e a dificuldade em lidar com dissensos sem que estes se transformem em brigas insustentáveis se torna uma tarefa árdua.

Infelizmente, não é difícil perceber que o esforço de adequação e reestruturação é predominantemente unilateral: a comunidade, através de um processo lento e moroso, se desdobra para conseguir se adaptar às regras impostas para que ela possa reivindicar direitos, conquistar lugar de fala e autonomia. Afinal, a hegemonia e a prepotência das instituições modernas as levam a crer que as coisas funcionam como deveriam ser: os *cidadãos* que tratem de se informar e participar. Ainda, há os *sujeitos do sertão de fora* que ignoram completamente os contextos destas comunidades e utilizam de suas fragilidades para deslegitimar causas e suprimir lugar de fala. Foi o que aconteceu, por exemplo, durante os Estudos de Impacto Ambiental da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Paredão de Minas. Muitos moradores – convencidos das vantagens do empreendimento pela promessa de geração de emprego e aumento do fluxo de visitantes – posicionaram-se a favor da PCH. Outros muitos – cientes dos impactos ambientais e sociais que tal empreendimento causaria – posicionaram-se contra. Sob o argumento da “falta de consenso interno da comunidade”, as reivindicações não foram devidamente consideradas por parte dos responsáveis pelo estudo e execução do empreendimento.

[E o que vocês acham da represa? Vai ser bom ou não?]

Pai: Olha, eu acho que vai, sabe porquê? A área que eles estão fazendo quase que não é área ambiental, é área só de pedra. Ao invés deles fazerem na área ambiental, eles tiram essas pedreiras e passa esse *trem* [barragem] nessa pedreira. Aí deixa as área que tem as matas, e usa a pedreira, não é melhor?

Filho: Mas vai acabar com a pedreira da Cachoeira Grande, eu não gosto desse *trem* não.

Pai: Mas ele não vai acabar com a pedra, ela só vai ficar tampada.

Filho: Mas uma cachoeirona daquela, um *trenção* bonito desse, vai tampar isso aí tudo? E o lugar dos peixes desovarem?!

Pai: Mas filho, tudo é estudo em cima do estudo, são vários anos de estudo.

Filho: Agora vai tampar a cachoeira que todo mundo já pescou, já morou lá muitos anos, viveu lá. Todo mundo conhece a Cachoeira Grande, todo mundo conhece aqui, e os caras vão tampar o *trem*? Os gringos, esse pessoal que acabou com ela, acho que o povo até entrou na justiça, não foi pai?²⁵¹

Pai: Foi.

Filho: Pois é, entrou na justiça. Um *trem* relíquia, de muitos anos, o cara vai meter água *em riba*? Vai pegar a cachoeira, vai *comer* tudo? Se eu fosse polícia não deixava de jeito nenhum. Se eu fosse polícia eu falava: “É parceiro, essa aqui você não vai quebrar não”

Pai: Isso é tudo estudado.

Paulo Roberto: Eu sei que tá estudado. Eu sei que eles não vão deixar, que se começar a parar peixe ali a polícia vai lá e é um problema doido. Mas eu não estou entendendo é que, olha pra você ver: a cachoeira moço, tem quanto tempo que tem essa cachoeira aí? Todo mundo que anda aqui conhece a cachoeira Cachoeira Grande, todo mundo vai na Cachoeira Grande. Agora, Paredão sem a Cachoeira Grande? “E aí, e a cachoeira?” “Não, não tem mais não, agora vocês vão lá na Cachoeira Comprida, há não sei quantos quilômetros...vai lá...” Ah! Eu não gosto desse *trem* não, esse povo tá errado!

Muito já foi feito durante este primeiro ano de trabalho após a reativação do Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Distrito de Paredão de Minas. A Associação, com muito empenho, conseguiu quitar a multa que se acumulou durante os vários anos em que as declarações de imposto de renda não foram realizadas. O trator – que estava “emprestado” a um fazendeiro – voltou para a posse da comunidade, e tem sido utilizado para projetos internos ou alugado como forma de cobrir os custos de manutenção. Ainda no tempo em que estive

²⁵¹ Nesta passagem, o morador se refere ao roubo de diamantes que ocorreu em Paredão no ano de 2010. Segundo relato de moradores, um pequeno avião aterrizou nas proximidades da Cachoeira Grande, próxima à sede urbana do distrito. Os homens – que, ainda segundo os moradores, eram “gringos” e mal sabiam falar português – desceram e dinamitaram a Cachoeira para retirada de diamantes. A atividade foi denunciada ao Ministério Público. A Polícia Federal chegou a comparecer no local, porém o avião já havia partido levando toneladas de cascalho. Ainda hoje, é possível ver as marcas das explosões na Cachoeira, que teve seu curso d’água permanentemente alterado.

presente, organizamos eventos e festividades que se mostraram fundamentais para a integração dos moradores, para a articulação da comunidade a agentes e instituições externas, assim como para levantar recursos.

Figura 29 - Cortejo de flauta. I Encontro Viva Paredão de Minas.



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

Figura 30 – Cavalgada Grande Sertão Veredas.



Fonte: Acervo Pessoal, 2018.

Felizmente, as reuniões continuam a acontecer toda segunda quarta-feira do mês, e parcerias já foram fechadas com a Secretaria de Meio Ambiente de Buritizeiro e com a EMATER. Neste processo, é interessante perceber como algumas propostas feitas, durante o tempo em que estive em Paredão, têm sido incorporadas como estratégia por parte da comunidade. No evento *Viva Paredão de Minas* – como contávamos com a presença de muitos visitantes – propus aos moradores montar uma grande mesa com produtos da região. Desta forma, articulamos vários moradores – do distrito e das fazendas do entorno – para exporem e venderem seus produtos – muitos deles produzidos somente para consumo próprio. Tinha de tudo um pouco: pimentas, mel, mandioca, feijão de corda, doces de frutos do cerrado, castanha de barú, remédios naturais, licores, queijo, cachaça e artesanatos. Conseguimos vender praticamente tudo que foi exposto, e os moradores ficaram muito animados. A partir disso, sempre que há previsão da presença de visitantes, a comunidade se organiza para a exposição dos produtos. Além destas feiras esporádicas, tem-se conversado durante as reuniões sobre a possibilidade de formação de uma cooperativa.

Figura 31 – Mesa com produtos da região.



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

Iniciativas semelhantes têm acontecido em relação às divulgações das festividades. Os moradores reclamavam que as festas estavam cada vez mais vazias, sendo este um dos motivos para se tornarem cada vez menos

frequentes. Diante disso, passamos a realizar divulgações via Facebook e WhatsApp. Antigos moradores, familiares distantes, residentes das fazendas próximas, de Buritizeiro e Pirapora, começaram a comparecer em peso. Depois disso, sempre que a comunidade organiza algum evento, inclui na lista de tarefas as atividades de divulgação.

Figura 32 – Divulgação do I Encontro Viva Paredão de Minas

VIVA PAREDÃO DE MINAS
PRIMEIRO ENCONTRO

DIAS
04 e 05
/ MAIO

Venham participar, conhecer e se envolver na nova vereda Roseana, que brota em Paredão de Minas - Distrito de Buritizeiro (MG) - Cenário da batalha final do "Grande sertão: Veredas"

PROGRAMAÇÃO:

Dia 04/05 (sexta-feira)
Café da manhã | 7h30
Cortejo de flauta com o músico Tiago Oliveira |
Contação de estória e mágica com Companhia Borandá | 9h00
Projeção de filme | 13h00
Oficina de tingimento natural de Tecidos com Lara Pereira Módulo I | 13h30 às 17h00
Lanche | 15h00
Adote sua muda! Plantio na praça | 15h30

Dia 05/05 (sábado)
Café da manhã | 7h30
Violino com Tiago Oliveira | 8h30
Teatro de palhaços com o Circo Borandá | 9h30
Apresentação Paredão nosso de cada dia | 11h00
Almoço | 12h00
Oficina de tingimento natural de Tecidos Módulo II com Lara Pereira | 13h30 às 17h00
Lanche | 15h00

E MAIS!
Stand Doces do Cerrado
Bazar de roupas
Ação Global/ Documentação/ Retrato 3x4
Atendimento psicossocial (psicólogos)
Bolsa família/ BPC (cadastro, renovação)
Pintura Facial
Capoterapia (terapia com capoeira)
Pula-Pula
Algodão doce

As inscrições para as oficinas de tingimento natural devem ser feitas até dia 03/05 no número: 31 99295-8387

PARCERIAS: CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE PAREDÃO DE MINAS; SETE E SEDEST - PREFEITURA DE BURITIZEIRO, ESCOLAS TEGODORA A. SANTOS E PAREDÃO DE MINAS, AMIGOS DA "VIAGEM AO CORAÇÃO DO LUGAR" E VOLUNTÁRIOS

TRANSPORTE ESCOLAR RURAL FUNCIONARÁ NOS DOIS DIAS DE EVENTO.

Fonte: Acervo pessoal, 2018

Figura 33 – Divulgação da Festa de São Sebastião Paredão de Minas 2019.



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

O caminho é longo e tortuoso, e eles sabem disso. A Associação Comunitária de Paredão de Minas voltou em forma de luta, autonomia e esperança. Através dela, os sujeitos locais tem construído – com base em suas próprias potências – caminhos para *emancipações sociais*.

6) Considerações finais

Esta pesquisa, deste sua concepção, pretende reafirmar a importância dos sujeitos dos lugares para a construção das leituras de mundo. Buscamos questionar, a todo momento, as falsas distâncias “entre o *eu* e o *mundo*, entre o pesquisador e o que está em observação, entre os projetos de conhecimento e os projetos de transformação, entre o *saber* e o *fazer* [e] entre as disciplinas aparentemente autônomas”.²⁵² Nossa metodologia se constrói junto a própria trajetória da pesquisa e, inevitavelmente, deixa-se afetar pelo mundo e seus percalços. Os caminhos percorridos são construídos através do diálogo, da troca de experiências e a partir da relevância que os próprios sujeitos do lugares atribuem a momentos de suas vidas e ao que os cercam.

Quando se pretende produzir conhecimento *junto ao outro* – e não sobre o outro – será preciso criar, também, junto ao outro, *modos de fazer*.²⁵³

Certo dia, provocativamente, me perguntaram se eu era pesquisadora ou ativista. “Não é possível ser as duas coisas?”; foi o que, confusa, respondi. Hoje, com mais clareza, acredito que – como abordado por Cássio Hissa a respeito do pensamento de Félix Guattari –, é necessária a construção de uma nova *política da ciência* que não se contente com passivismos, uma *nova prática* em que a *participação cognitiva* dos sujeitos que pesquisam – *sujeitos do mundo* – é indissociável do próprio *engajamento humano*.²⁵⁴

Ainda há muito por fazer, e por isso me refiro a esta pesquisa como algo presente. Quais os sentidos atribuídos à vida motivam o sertanejo a resistir? O que faz do Sertão, Sertão? Como garantir a presença dos sujeitos dos lugares na produção do conhecimento? Como promover a apropriação coletiva dos frutos da ciência como instrumento da democracia e da liberdade?²⁵⁵

Iniciamos o texto da pesquisa retomando certas condições históricas que consideramos fundamentais para se compreender o sertão de hoje. Esta retomada histórica – desde o período colonial – não pretende, neste contexto,

²⁵² HISSA. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*, p.107.

²⁵³ HISSA. *Entrenotas*, p.128.

²⁵⁴ HISSA. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*, p.107.

²⁵⁵ HISSA. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*, p. 87.

construir um estado da arte da temática proposta, mas, sim, embasar a compreensão da condição de subalternidade de determinados grupos sociais a partir de seus contextos históricos e políticos. A história oficial, narrada pelos *homens definitivos*, reafirma a todo tempo a invisibilidade de determinados sujeitos e lugares. É através dela, por exemplo, que nos são inculcados – desde crianças – “fatos históricos” como o “descobrimento” do Brasil, a abolição da escravidão conquistada graças à generosidade da princesa Isabel, a preguiça do índio e o mito das três raças que, além de relativizar a violência da dominação colonial exercida pelos portugueses sobre os povos ameríndios e africanos, fundamenta a ilusão de que não existe, em nossa sociedade atual, racismos. Diante disso, sob outra perspectiva que não a dos *homens definitivos*, buscamos compreender processos socioespaciais que – ao longo da história – se relacionam à manutenção da *colonialidade do poder e do saber*.

As narrativas dos moradores de Paredão de Minas – transcritas ao longo deste texto – apresentam novas noções de *meio ambiente*, *impacto socioambiental e justiça*, além de denunciarem a imposição da superioridade da ciência moderna e dos saberes hegemônicos sobre os sujeitos e saberes do lugar. A partir disso, procuramos ouvir – e trazer para a reflexão o que me foi e o que lhes foi possível – os sujeitos locais para que, junto a eles, possamos compreender os sistemas de opressão, os processos de construção de *alteridades* e formas de *resistência* de grupos subalternos, assim como construir novos caminhos para *emancipações sociais*. Além disso, acreditamos que os conceitos de meio ambiente, impacto e justiça – assim como vários outros – devem ser revistos para além dos paradigmas modernos que regem a ciência e o direito.

A modernidade está em crise, e desta crise surge a possibilidade da criação de novos formatos de produção do saber.²⁵⁶ Diante disso, deseja-se mais que a participação dos sujeitos locais nas tomadas de decisão que afetam suas vidas, lugares e territórios; deseja-se a incorporação de outros valores, sujeitos e concepções de mundo na produção do conhecimento para que, assim, ele de fato possa ser um instrumento da democracia e da liberdade. Deste objetivo estamos certos, porém, os *modos de fazer* este projeto ainda são obscuros e

²⁵⁶ HISSA. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*, p. 64.

desafiadores, e não teria como ser diferente. Precisamos aprender a construir a partir da desconstrução. Não há receita ou manual que dê conta da diversidade do mundo, dos mundos dentro do mundo, dos *sertões dentro do sertão*,²⁵⁷ das travessias do *Sertão-fronteira*. Qual sertão nos habita?

Figura 34 – Janela lateral.



Fonte: Acervo pessoal, 2015.

²⁵⁷ HISSA. *Entrenotas*, p. 122.

7) Referências

- ACSELRAD, Henri. Políticas ambientais e construção democrática. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N.; FALEIRO, A. (orgs.). *O desafio da sustentabilidade: um debate sócio-ambiental no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- AMADO, Jorge. *Seara Vermelha*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ANDRADE, Thompson A. Industrialização e Incentivo Fiscal: Minas Gerais no período 1970/1977. *Encontro Nacional de Economia* (8:1988: Nova Friburgo – RJ) Anais/ Brasília: ANPEC, 1980, v1., pp. 385-460.
- ANDRADE. *Áreas de domínio da Pecuária Extensiva e Semi-Extensiva na Bahia e Norte de Minas*. Recife: SUDENE, 1982.
- ARENDDT, Hannah. *Da violência*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1970.
- AUGUSTO, Rosely Carlos. *A Intervenção do Estado na Região Norte de Minas Gerais – (Subsídios para Discussão)*. Montes Claros: CPT – Norte de Minas, dez/1988.
- BARROS, Manoel de. *O livro das ignoranças*. 11ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2004a.
- BELCHIOR, Antônio Carlos. *Conheço o meu lugar. Era uma Vez um Homem e Seu Tempo*. LP Vinil. São Paulo: BMG Ariola, 1988.
- BHABHA. *O local da cultura*. 2ª edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- BOTELHO, André; CARVALHO, Lucas C. A sociedade em movimento: dimensões da mudança na sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz. *Revista Estado e Sociedade*, v. 26, n. 2, 2011, Brasília. Pp. 209-238. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922011000200011>. Acesso em: 10 de agosto de 2018.
- BOURDIEU, Pierre Félix. *A economia das trocas simbólicas*. 6ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BOURDIEU, Pierre Félix. *Os três estados do capital cultural*. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 2º edição. pp. 71-79, 1999.
- BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados. Congresso Nacional. Anais da Câmara dos Deputados, vol. V, 1912, Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio, 1915. In: CAVALCANTI, Flávio. *Ferrovias Pirapora-Brasília: de Pirapora à Belém do Pará*. Brasília: BRAZILIA.JOB (site), 2013. Disponível em: <<http://doc.brazilia.jor.br/Ferrovias-Historia-Brasilia/EFCB-Pirapora-Formosa-Belem-1907-1912.shtml>>. Acesso em: 20 de junho de 2018.
- BRASIL. Artigo 16 da Lei Nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959. *Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências*. Diário Oficial: Brasília/DF, 1959.
- BRASIL. Artigo 18 da Lei Nº 3.692 de 15 de dezembro de 1959. *Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências*. Diário Oficial: Brasília/DF, 1959.

BRAZILIA.JOB. *Ferrovias para Brasília - 1956-1959* (mapa). Brasília. Disponível em <<http://doc.brazilia.jor.br/Ferrovia-Historia-Brasilia/1956-Novacap-assume-ferrovias-Brasilia.shtml>>. Acesso em 10 de maio de 2018.

CÂNDIDO. *Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 8ª edição. São Paulo: Duas Cidades, 1998.

CARDOSO. A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene (Org.). *Formação social e econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Editora Unimont.es, 2000.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. A questão da tradição: algumas considerações preliminares para se investigar o saber-fazer tradicional. *Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável* (UFMG. Online), v.7, pp. 1-14, 2014. Disponível em:<http://www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio/article/view/141>. Acesso em: 10 de novembro de 2018.

CAVALCANTI, Flávio. *Ferrovia Pirapora-Brasília: de Pirapora à Belém do Pará*. Brasília, 2013. Disponível em <<http://doc.brazilia.jor.br/Ferrovia-Historia-Brasilia/EFCB-Pirapora-Formosa-Belem-1907-1912.shtml>> Acesso em: 20 de maio de 2018.

CIRCUITO TURÍSTICO GUIMARÃES ROSA. *Apresentação*. Disponível em: <<http://circuitoguimaraesrosa.com.br/home>>. Acesso em: 16 de junho de 2018.

COSTA, Heloísa Soares de Moura. Meio Ambiente e desenvolvimento: um convite à leitura. In: HISSA, Cássio Eduardo Viana. *Saberes Ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Pp.55-70.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *Panorama Atual da Produção de Carvão Vegetal no Brasil e no Cerrado (2007)*. Platina, DF: Embrapa Cerrados/Eny Duboc. 2007. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CPAC-2009/28620/1/doc_197.pdf>. Acesso em: 15 de junho de 2017.

ERNARDINO-COSTA, Joaze. GROSFOGUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. *Revista Sociedade e Estado*, vol.31, n.1. [online], 2016, Brasília. Pp.15-24. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 de maio de 2017.

FURTADO. *A fantasia desfeita*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FURTADO. *Formação econômica do Brasil*. 27ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.

GALABRA. *Âmbitos de investigação*. Disponível em <<http://galabra.ceb.ufg.br/p/10583-ambitos-de-investigacao>>. Acesso em: 15 de junho de 2018.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *As formas do falso: um estudo sobre a ambiguidade no Grande Sertão: Veredas*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

GATTARI, Félix. Fundamentos ético-políticos da interdisciplinaridade. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, n.108, jan./mar. 1992.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-americana. *Revista GEOgrafia*, v. 8, n. 16, pp. 41-55. Niterói, 2006.

GONÇALVES, Carlos Walter-Porto. Formação sócio espacial e questão ambiental no Brasil. In: BECKER, B. et al. (orgs). *Geografia e meio ambiente no Brasil*. Rio de Janeiro: Hucitec/UGI, 1995.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 9ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. *Entrenotas: compreensões de pesquisa*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. Território de diálogos possíveis. In: RIBEIRO, Maria Teresa Franco; MILANI, Carlos Alberto Sanchez (Orgs.). *Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo transdisciplinar*. Salvador: EDUFBA, 2008. pp. 36-84.

HOBBSAWM, Eric J. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1975.

IBÁ. Indústria Brasileira de Produtores de Árvores. *Relatório IBÁ 2017 ano base 2016* (carta ao leitor). Brasília: 2017. 100 p. Disponível em: <<http://iba.org/pt/biblioteca-iba/publicacoes>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2017.

IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE. *Cidades*. Buritizeiro. v4.3.14.0. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/buritizeiro/panorama>>. Acesso em: 11 de dezembro de 2018.

IBGE. PEVIS - *Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2017*. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, v.32, pp.1-8. Rio de Janeiro: 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/agricultura-pecuaria/9105-producao-da-extracao-vegetal-e-dasilvicultura.html>>. Acesso em: 20 de outubro de 2018.

IBGE. Séries históricas e estatísticas. *Censo Agropecuário 1920/2006*. Até 1996 dados extraídos de: Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=1&op=0&vcodigo=AGRO34&t=producao-vegetal>>. Acesso em 12 de junho de 2017.

IBGE. Séries históricas e estatísticas. *População por situação de domicílio*. Censo Demográfico 1950/2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1993, vol. 53, 1993. Disponível em: <<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=CD91&t=populacao-situacao-domicilio-populacao-presente-residente>>. Acesso em: 10 de novembro de 2017.

IPEA. Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais. *Anuário estatístico 2013 ano base 2012*. Brasília: ABRAF, 2013. Disponível em <<http://www.ipef.br>> Acesso em 20 de fevereiro de 2018.

IPHAN. *Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

LA BLACHE, Paul Vidal de. *Princípios de geografia humana*. Lisboa: Cosmos, 1954.

LASCHEFSKI, Klemens. Licenciamento e equidade ambiental: as racionalidades distintas de apropriação do ambiente por grupos subalternos. In: ZHOURI, A (org.). *As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. pp. 21 - 59.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e história*. Lisboa: Presença, 1980.

MATA-MACHADO, Bernardo. *História do sertão noroeste de Minas Gerais (1690-1930)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MELO, Adriana Ferreira. *Sertões do mundo, uma epistemologia; Uma cosmologia do sertão*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2v. Belo Horizonte: 2011.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MORAES, Dione. *Organizações Não Governamentais e Campesinato: Novas Alianças Políticas no Campo Tecnológico: o caso do CAA – Norte de Minas e os Camponeses de Corgão/ Boa Esperança* (monografia). Campina Grande: UFPA, 1993.

NASCIMENTO, Milton; BRANT, Fernando. Ponta de Areia. In: NASCIMENTO, Milton. *Minas*. São Paulo: EMI-Odeon, 1975. 1 LP. Faixa 6.

OLIVEIRA, Marcos Fábio M. A inclusão do Norte de Minas na Área de Atuação da SUDENE. *Caderno Geográfico*, V. ii, nº2, UNIMONTES. Montes Claros: out/1993.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene (Org.). *Formação social e econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Editora Unimont.es, 2000.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de Queiroz. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina. In: *Anuário Mariateguiano*. Lima: Amatua, vol. 9, n. 9, 1997.

- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologia do Sul*. Pp. 84-130. São Paulo: Cortez, 2009.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade, Poder, Globalização e democracia. *Revista Novos Rumos*, nº 37, pp. 1-25. Marília/SP, 2002.
- REZENDE, Pedro Paulo. *Estações ferroviárias do Brasil (1922-1930)*. Disponível em <http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_mg_ramais/buritizeiro.htm> Acesso em 20 de maio de 2018.
- RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ROCHA, Amanda Alves Maciel. *Paredão de Minas: análise do espaço-tempo e do desenvolvimento como liberdade (Monografia)*. Escola de Arquitetura. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.
- ROSA, João Guimarães. *Ave, palavra*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: veredas*. Série Brasileira, v. II. São Paulo: Nova Aguilar, 1994.
- SANTILLI, Juliana. *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Peirópolis, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, B. S.; MENESES, Maria Paula (orgs). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2009.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, pp. 237-280. Coimbra, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa.; MENESES, Maria Paula (orgs). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2009.
- SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço*. 4ª edição. São Paulo: Edusp, 2006.
- SANTOS, Milton. A questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar [1994]. *GeoTextos*, vol.1, n.1, 2005. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br>> Acesso em 20 de fevereiro de 2017.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. 4ª edição. Coleção Espaços. São Paulo: Nobel, 1997.
- SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional*. 4ª edição. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SEN, Amartya. *A Ideia de Justiça*. Tradução de Ricardo Doninelli Mendes e Denise Bottman. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2011.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta. 3ª edição. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Marina. M. da (colaboração de Diva Maria de Andrade LIMA). *Sertão Norte: área do Sistema Gado-Algodão*. Recife: SUDENE, Coordenadoria de Planejamento Regional, Série Estudos Regionais, 1982.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

SINDIFER. Sindicato da Indústria do Ferro no Estado de Minas Gerais. *Anuário Estatístico de 2016*. Belo Horizonte: 2017. Disponível em: <http://www.sindifer.com.br/institucional/anuario/anuario_2016.pdf>. Acesso em: 13 de agosto de 2018.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STRALEN, C. Johannes Van. *A capitalização do Campo e as políticas de Saúde: o caso do Norte de Minas*. Belo Horizonte: Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa/ Centro Regional de Saúde de Montes Claros, 1980.

SUDENE. *Mapas*. Área de atuação da SUDENE em Minas Gerais. Disponível em: <<http://sudene.gov.br/dados-abertos/58-paginas/678-mapas>> Acesso em 22 de novembro de 2018.

VARSANO, Ricardo. Os incentivos fiscais do imposto de renda das empresas. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 107-128, abr. 1982. ISSN 1806-9134. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/285/6509>>. Acesso em: 17 Jul. 2018.